



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

PERCEPÇÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NO  
BAIRRO DE SÃO PEDRO, TERESÓPOLIS, RJ: INJUSTIÇA AMBIENTAL COM  
RECORTE RACIAL NA FAVELA.

JÉSSICA ALVES COELHO

RIO DE JANEIRO

2023

JÉSSICA ALVES COELHO

PERCEPÇÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NO  
BAIRRO DE SÃO PEDRO, TERESÓPOLIS, RJ: INJUSTIÇA AMBIENTAL COM  
RECORTE RACIAL NA FAVELA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG EICOS/UFRJ), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Área de concentração: Ecologia Social  
Comunidades e Sustentabilidade (Linha I)

Orientador: Prof. Drº. Ricardo Lopes Correia

Coorientador: Prof. Drº. Rafael Ângelo Fortunato

RIO DE JANEIRO

2023

---

### CIP - Catalogação na Publicação

A672p      Alves Coelho, Jéssica  
Percepções sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ: injustiça ambiental com recorte racial na favela / Jéssica Alves Coelho. -- Rio de Janeiro, 2023. 131 f.

Orientador: Ricardo Lopes Correia.  
Coorientador: Rafael Ângelo Fortunato.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2023.

1. Racismo Ambiental . 2. Direito à Cidade . 3. Injustiça Ambiental . 4. Favela. 5. Comunidade. I. Lopes Correia, Ricardo , orient. II. Ângelo Fortunato, Rafael, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Jéssica Alves Coelho

PERCEPÇÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE NO  
BAIRRO DE SÃO PEDRO, TERESÓPOLIS, RJ: INJUSTIÇA AMBIENTAL COM  
RECORTE RACIAL NA FAVELA.

Dissertação de Mestrado ao apresentada  
Programa de Pós Graduação Psicossociologia de  
Comunidade e Ecologia Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro (PPG EICOS/UFRJ),  
como requisito final para obtenção do título de  
Mestre em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social.

Aprovada em 20/10/2023

---

Prof. Drº Ricardo Lopes Correia (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

---

Prof.ª Drª Patrícia Silva Dornelles (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

---

Prof.ª Drª Marcela do Nascimento Padilha (Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
-UERJ)

---

## EPÍGRAFE

*"Eles me disseram tanta asneira, disseram só besteira  
Feito todo mundo diz  
Eles me disseram que a coleira e um prato de ração  
Era tudo o que um cão sempre quis  
Eles me trouxeram a ratoeira com um queijo de primeira  
Que me, que me pegou pelo nariz  
Me deram uma gaiola como casa, amarraram minhas asas  
E disseram para eu ser feliz  
Mas como eu posso ser feliz num poleiro?  
Como eu posso ser feliz sem pular?  
Mas como eu posso ser feliz num viveiro,  
Se ninguém pode ser feliz sem voar?  
Ah, segurei o meu pranto para transformar em canto  
E para meu espanto minha voz desfez os nós  
Que me apertavam tanto  
E já sem a corda no pescoço, sem as grades na janela  
E sem o peso das algemas na mão  
Eu encontrei a chave dessa cela  
Devorei o meu problema e engoli a solução”  
A carta (Djavan)*

## AGRADECIMENTOS

Difícil é transcrever em palavras toda a gratidão que possuo por todos os atores que contribuíram para que eu pudesse pisar em solos a mim destinados pela minha ancestralidade. Desta forma, objetivamente, saúdo: à Deus, que em sua bondade, me possibilitou vida para chegar nessa etapa. Aos meus pais, Maria de Fátima e Antônio Carlos, pela pavimentação de parte do meu caminho, dentro de suas singelas e amorosas possibilidades. Ao meu companheiro, marido e melhor amigo, Michell, por segurar minha mão e caminhar comigo ao longo desses quatorze anos. Obrigada por todo o suporte e amor. À minha filha, Joana, que me mostra todos os dias novas possibilidades de fazer, ser e existir. Ao amigo e professor, Rafael Fortunato e todos os professores e colegas que encontrei em minha estadia na UERJ enquanto pós graduanda de Lato Sensu em Desenvolvimento Territorial. Todos os conselhos, dicas e escutas também me trouxeram até aqui. Ao meu orientador, professor Ricardo Correia, que realizou com maestria sua função de orientador, prezando pelo acolhimento, pelo respeito e pela empatia em todos os momentos. A minha experiência de mestrado foi mais leve e significativa com sua ajuda. Às minhas colegas de curso e linha de pesquisa (e porque não, amigas) Gabriela e Brunna, pelos desabafos, incentivos e parceria ao longo dessa jornada. Ao Ponto de Luz Coletivo, por topar o convite para as oficinas, disponibilizando tempo, acolhimento, conhecimento e visão sobre a construção da pesquisa e sobre o território. Vocês demonstram como a mobilização popular organizada pode modificar e reescrever histórias. E, correndo o risco de não ter mencionado todos os que, de alguma forma, participaram dessa construção, saúdo a todas as pessoas que atravessaram meu caminho até aqui. Muita coisa aprendi, reformulei e questionei em função das diversas experiências e realidades que me foram apresentadas. E parafraseando o rapper *Snoop Dog* “*I wanna thank me*”. Sim, é preciso reconhecer meu mérito. Por nunca ter desistido, por ter me esforçado e persistido. Por ter rompido com o paradigma racista e excludente que coloca meus iguais em condições de vulnerabilidade, que por vezes parecem intransponíveis. Me movo e com isso, movo a base. E que eu e meus irmãos pretos e pretas possamos alcançar lugares que deixarão nossa ancestralidade orgulhosa. Ubuntu.

## APRESENTAÇÃO

Eu sou Jéssica. Filha de Maria de Fátima e de Antônio Carlos. Nascida e criada no morro. Cria da Educação Pública. Mulher. Negra. Mãe. Filha. Irmã. Esposa. Tantos são os fatores que constituíram meu caminho até então, que é preciso pensar nos diversos atravessamentos que perpassam minha formação acadêmica e minha formação de vida. Cresci no bairro de São Pedro e lá fui criada como criança livre, daquelas que brincam na rua até tarde, aproveitando todo o sumo delicioso que só uma infância brincante pode oferecer. Ali também fui formada, tanto na educação formal, quanto nos ensinamentos que a vida traz pra gente (sendo pobre, preta e favelada). Lembro de muitos detalhes desde a Educação Infantil no antigo “Ceromzinho” e o Ensino Fundamental I e II nas E.M’s. Sebastião Branco, e Cerom. Vivi no bairro as tardes pós aula, nas praças, nas ruas e vielas. Já no ensino médio, que fiz fora do bairro, experimentei outras realidades. No Colégio Estadual Edmundo Bittencourt (famoso “Estadual”) no centro da cidade, meu pequeno mundo infanto-juvenil se expandiu. Ao mesmo tempo que me assustei com realidades diversas (visto que nesse colégio também estudavam pessoas de realidades mais confortáveis que a minha), enxerguei possibilidades de futuro. E todas essas possibilidades passavam pela educação. Pela formação de criticidade para com o mundo, para com a realidade (im) posta. Fato é que, mesmo enxergando essas possibilidades, elas se fizeram um tanto quanto distantes, uma vez que (felizmente) não entrei no ensino superior logo após o ensino médio. Precisamente, do ensino médio à faculdade foram seis anos tendo que adiar o sonho do diploma superior para me dedicar ao famoso “trabalhar pra se manter”, inclusive nos cursos de pré-vestibular. Fato é que minha primeira opção de curso era o de Jornalismo, e a segunda opção era o de Ciências Biológicas. O primeiro partia da vontade de descobrir o mundo e contar histórias. O segundo do bom e bem humorado exemplo dos professores de ciências/biologia que tive ao longo da educação básica (inclusive, obrigada Mauro, Vianna, Daniela e Tiago). Contudo, o sonho do jornalismo não aconteceu, não passei no Enem (de 2010) com nota de corte suficiente para o curso (concorridíssimo na época). Mas, adivinhem: passei bem para Biologia. Passei para o melhor curso de Licenciatura dessa área no Estado do Rio, contudo, a impossibilidade financeira de me manter em outra cidade durante os cinco anos necessários para a formação, me fizeram abrir mão da vaga. Mas, não esse não seria o fim! Na minha cidade, Teresópolis, havia aberto na principal instituição de ensino superior (privada) o curso de Ciências Biológicas e eu (aproveitando o sinal do destino) me inscrevi. Fui bem na prova de redação exigida e comecei o curso. É preciso registrar aqui que foram os cinco anos mais corridos da minha vida, enquanto estudante e trabalhadora. Era umas das melhores alunas. Sentia que precisava entregar o meu melhor por mim. Consegui. Enfim, bacharela e

licenciada em Ciências Biológicas no fim de 2015. Formada. E agora (risos nervosos)? Em 2016 dei um salto no escuro. Me lancei na docência na Educação Básica. Trabalhei por três anos em escolas do município de Magé/RJ. E ali eu acendi um alerta na minha formação. O quão “isento” o ensino de ciências pode ser? Como falar sobre ambiente saudável e medidas sustentáveis para pessoas (sim crianças são pessoas) que vivem em situações insalubres? A culpa era porque elas não tomavam um banho curto? O quão descolada da realidade pode ser a conversa sobre meio ambiente dentro da escola? Ainda não muito preocupada, mas pensativa, em 2016 participei (a convite de um dos professores da minha graduação, o Professor Leandro Costa) do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, promovido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da FIOCRUZ. Ali, naquele exato momento eu pude nomear um sentimento de distanciamento experimentado por mim desde sempre sobre o “meio ambiente”. O ambiente que cresci, me formei, trabalhei e vivi. Meu cotidiano era atravessado por um fenômeno ainda desconhecido por mim: o racismo ambiental. “Encucada” com isso (porque nesse momento muitas coisas fizeram sentido), me coloco a pensar sobre como esse fenômeno se expressa onde eu vivo. Reunindo alguns colegas que estiveram presentes nesse fórum, criamos o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social de Teresópolis, que mediante um fórum de discussão no *Facebook* buscou organizar um encontro presencial na universidade local para discutir as questões na cidade. Esse encontro reuniu pensadores de diversas áreas e criou grupos de estudos e ações educativas na cidade que pensassem justiça climática. A discussão aconteceu e as ações foram lançadas, mas a vida, a perda e alguns colegas e as demandas diárias cessaram lentamente as ações do fórum. Bom, seguindo minha jornada, em 2018, ingressei na Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis para trabalhar no Departamento Pedagógico. E o que seria inicialmente um trabalho auxiliar me colocou numa posição de articuladora de projetos de Educação Ambiental entre a educação formal e a educação informal. Fazendo o trabalho de intermediar a visita das crianças e adolescentes da rede pública municipal aos parques naturais da cidade, me deparei com o fato de que esses alunos (pobres e negros em sua maioria) não tinham acesso facilitado a esses espaços. Ainda que esses espaços fossem de acesso gratuito e a bastante tempo funcionando no município. Porque? A reflexão veio, talvez fosse em função desse atravessamento entre raça e meio ambiente que restringe o acesso ao tal do “meio ambiente”. E talvez, já que a educação formal se colocava isenta em seu currículo, a educação não formal de alguma maneira pudesse dar conta dessa lacuna. TALVEZ. Em 2019, já com muitas questões na cabeça, ingressei no curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial, cedido pelo Departamento de Turismo do polo UERJ em Teresópolis. Nesse momento, mais peças se encaixaram e eu percebi mais

profundamente como o racismo, a economia, a estrutura social e a história, podem influenciar na criação de ambientes saudáveis ou não, a depender da etnia. De fato, o curso foi divisor de águas na minha trajetória acadêmica, porque nele eu experimentei o ato de pesquisar o campo pela primeira vez. Falei sobre racismo ambiental na comunidade de Santa Cecília e sobre como os moradores (por meio da representação da associação de moradores e amigos do bairro, a AMASC Santa Cecília) driblaram a insalubridade e o descaso ambiental, construindo um importante centro de reciclagem onde antes só havia lixo e descaso por parte do poder público. O bairro é vizinho ao bairro de São Pedro e foi escolhido por ter uma dinâmica parecida, mas em menor escala (e também por um receio meio bobo de pesquisar o local onde nasci e cresci). Durante o curso engravidei, pari, atravessei uma pandemia e pesquisei o campo (remotamente em 2020 em função do isolamento social). Acompanhei as ações da AMASC Santa Cecília por meio do grupo de *Whatsapp* do bairro). Concluí o curso e queria muito mais. Queria entender as questões geradas e debatidas ao longo do TCC do curso. Como, quando, onde, de que maneira se manifesta esse fenômeno na cidade? Com a ajuda do meu orientador na Especialização, o professor Drº Rafael Fortunato, vislumbrei a continuação da investigação sobre o tema no mestrado. Formulamos um projeto de pesquisa que pretendia falar sobre racismo ambiental urbano. E o local? A cidade toda? Eu não teria braços para isso. E surgiu o bairro de São Pedro como possibilidade. Contudo, meu receio era de não poder me distanciar do lugar de simbiose com o local de pesquisa. Como eu poderia ser isenta dentro do local que fui criada e, nesse momento, percebia que era imensamente atravessado pelo racismo ambiental? Mal sabia eu que a isenção (é talvez aquela construída na formação acadêmica de graduação) beira o campo do impossível dentro de pesquisas socialmente engajadas. Fato é que, submeti o projeto, passei para o EICOS e construí (junto ao meu orientador Professor Drº Ricardo Lopes Correia) essa pesquisa. Tantas foram as minhas surpresas e descobertas ao longo dessa construção coletiva que eu mal consigo acreditar em meus receios de outrora. Então, cá estou. Apresentando ao leitor este trabalho, tão plural e rico, tão intimamente ligado à minha história. À história do meu povo, em sua potência e resistência cotidianas. Com esse trabalho, mais questões foram geradas e mais reflexões emergiram do campo. Como interpretá-las e resolvê-las? Serão linhas (pretensiosamente) escritas no futuro próximo.

## RESUMO

COELHO, Jéssica Alves. **Perspectivas sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ: injustiça ambiental e recorte racial na favela.** Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

Dado o crescimento urbano desordenado nos grandes centros e também no interior, nota-se o aumento no número de favelas e no número de habitantes das mesmas. No Brasil, o racismo estrutural faz com que estes lugares sejam majoritariamente ocupados por pessoas pretas e pardas. A ausência do Estado nesses locais precariza a aplicação de políticas públicas de saneamento ambiental, saúde, lazer e cultura. Desta maneira, analisando a literatura sobre o conceito de racismo ambiental e entendendo que o mesmo se ancora em uma estrutura de poder liderada por pessoas brancas, esta é uma pesquisa que parte da hipótese de que é preciso explorar esse conceito no cenário das favelas, discutindo a questão ambiental no exercício do direito à cidade dentro desses territórios. Entende-se que é necessário discutir sobre como se desenha o fenômeno do racismo ambiental no contexto urbano, bem como sobre o poder de uma narrativa histórica hegemônica sobre a construção do território. Para tanto, foi conduzida uma investigação ação participativa (IAP), que é um processo dialético complexo no qual se analisam os fatos e se concebe as questões para que ações de transformação dos contextos sejam fomentadas em uma construção de conhecimento e mudança de realidade elaboradas juntamente com os atores. Neste sentido, este estudo coloca o racismo ambiental como um tema a ser compreendido e enfrentado no cotidiano da cidade. Para isso, cria e explora estratégias metodológicas participativas baseadas no envolvimento ocupacional de seus moradores, envolvimento este que compreende aquilo o que as pessoas fazem diariamente para (re)produzir o território onde vivem e, através desta prática, participar socialmente, atribuindo significado humano às experiências individuais e coletivas. Desta maneira, marcadores étnicos, de gênero, sexualidade, econômicos, da localidade, etários, da deficiência, entre outros, implicam em camadas de diferenciação, opressão e precarização no envolvimento ocupacional dos sujeitos, colocando-os em maior ou menor possibilidade de superação de dificuldades no território local. Portanto, este projeto tem como objetivo primário compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos moradores do Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chaves:** racismo; racismo ambiental; Direito à Cidade; favela; ecologia social; psicossociologia.

## ABSTRACT

COELHO, Jéssica Alves. **Perspectives on environmental racism and the right to the city in the neighborhood of São Pedro, Teresópolis, RJ: environmental injustice and racial profile in the favela.** Rio de Janeiro, 2023. Dissertation (Master in Psychosociology of Communities and Social Ecology). Institute of Psychology. Federal University of Rio de Janeiro, 2023.

Given the disordered urban growth in the big cities and also in the countryside, there has been an increase in the number of slums and their inhabitants. In Brazil, structural racism means that these places are mostly occupied by black and brown people. The absence of the state in these places makes the application of public policies for environmental sanitation, health, leisure and culture precarious. Thus, by analyzing the literature on the concept of environmental racism and understanding that it is anchored in a power structure led by white people, this research is based on the hypothesis that it is necessary to explore this concept in the context of favelas, discussing the environmental issue in the exercise of the right to the city within these territories. It is understood that it is necessary to discuss how the phenomenon of environmental racism is drawn up in the urban context, as well as the power of a hegemonic historical narrative over the construction of the territory. To this end, participatory action research (PAI) was conducted, which is a complex dialectical process in which facts are analyzed and issues are conceived so that actions to transform contexts can be fostered in a construction of knowledge and change of reality developed together with the actors. In this sense, this study places environmental racism as an issue to be understood and confronted in the daily life of the city. To this end, it creates and explores participatory methodological strategies based on the occupational involvement of its residents, which includes what people do on a daily basis to (re)produce the territory where they live and, through this practice, participate socially, attributing human meaning to individual and collective experiences. In this way, ethnic, gender, sexuality, economic, locality, age and disability markers, among others, imply layers of differentiation, oppression and precariousness in people's occupational involvement, placing them in a greater or lesser position to overcome difficulties in the local territory. Therefore, the primary objective of this project is to understand the experience of environmental racism in the (re)production of the right to the city for residents of the São Pedro neighborhood, in the city of Teresópolis, state of Rio de Janeiro.

**Keywords:** racism; environmental racism; Right to the City; favela; social ecology; psychosociology.

---

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - arquivos disponibilizados pelo Programa EICOS/UFRJ	15
Quadro 2 - Marcos legais (e as os trabalhos de discussão) utilizados na construção do referencial teórico	16
Quadro 3 - livros impressos utilizados na pesquisa	16
Quadro 4 – busca sistemática nas bases de dados	18
Quadro 5 - Documentos históricos, de domínio público, fornecidos pela Casa da Memória Arthur Dalmaso.	61
Quadro 6 - material consultado nas plataformas de vídeo on line sobre a história de Teresópolis	62
Quadro 7 - resumo do perfil dos participantes da pesquisa	80
Quadro 8 - identificação das categorias de análise	100

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Teresópolis - RJ	63
Figura 2 - Casa da Memória Arthur Dalmaso	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 3- George March	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 4 - ilustração do Quilombo da Serra, quadro conjectural feito a bico-de-pena por H. Amado	68
Figura 5 - bairro de São Pedro na década de 1960	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 6 - Mapa do Bairro de São Pedro	73
Figura 7- o bairro de São Pedro atualmente	74
Figura 8 - parte do deslizamento ocorrido em 2002 na favela do Perpétuo	75
Figura 9 representação de "F" sobre o território e sobre si	86
Figura 10 - representação de "M" sobre o território e sobre si	86
Figura 11 - representação de "D" sobre o território e sobre si mesmo	87
Figura 12 - representação de "V" sobre o território de sobre si mesmo	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 13 - representações de "J" e "T" sobre o território e sobre si mesmos	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 14 - mapa coletivo do bairro de São Pedro	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 15 - esquema sobre os códigos que atravessam a vivência dos participantes da pesquisa no Bairro de São Pedro.	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CUT – Central Única das Favelas

EICOS – Estudos Interdisciplinares em Ecologia Social

EPA - *Environmental Protection Agency*

EUA – Estados Unidos da América

FBOM - Fórum Brasileiro de ONGs e dos Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

IAP – Investigação Ação Participante

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAB – Movimentos dos atingidos por barragens

MOSOP – Movimento pela sobrevivência do Povo Ogoni

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não governamental

PCB – Bifenil-policlorado

PDL – Ponto de Luz Coletivo

POP – Poluente orgânico persistente

RCLE - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

RJBA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

SUFEM - Superintendência de Fundos Especiais Municipais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - Referencial Teórico e revisão bibliográfica da literatura</b> .....	<b>15</b>
1.1 Procedimentos para a construção da revisão bibliográfica da literatura sobre racismo ambiental e direito à cidade .....	15
1.2 Da escravidão ao racismo ambiental nos territórios das cidades.....	21
1.3 Direito à Cidade e a racialização dos espaços urbanos: racismo ambiental como negação de direitos dentro da lógica do desenvolvimento .....	39
1.4 Racismo Ambiental e a Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social .....	46
<b>2 CAPÍTULO II - Dos objetivos aos procedimentos metodológicos da pesquisa</b> .....	<b>52</b>
2.1 Objetivo primário: .....	52
3.1.1. Objetivos secundários:.....	52
2.2 Procedimentos metodológicos .....	52
2.2.1 Reflexões e implicações sobre a IAP .....	53
2.3 Metodologia de produção de dados .....	55
<b>3 CAPÍTULO III - Resultados</b> .....	<b>62</b>
3.1 Pesquisa documental: compreendendo a formação do espaço social da cidade de Teresópolis e do bairro São Pedro. ....	62
3.1.1- Organização do material.....	62
3.1.2 - História institucional de Teresópolis: supostos resquícios de uma colônia inglesa .....	63
3.1.3 A formação do bairro de São Pedro.....	73
3.2 Repensando o campo: pesquisa ideal x pesquisa real.....	78
3.3 Oficinas de intervenção: identidade, território e protagonismo. ....	81
3.3.1 Oficina I: “Quem sou eu nesse território?” .....	81
3.3.2. Oficina II: “Que território é esse e o que a questão ambiental tem a ver com isso?” .....	90
3.3.3 Oficina III: “O que é racismo ambiental e como ele interfere no direito à cidade?” .....	96
3.3.4 Oficina IV - Como lidar com o fenômeno do racismo ambiental na vivência cotidiana? .....	100
3.4. Categorias de análise .....	102
<b>CAPÍTULO IV - Discussão</b> .....	<b>105</b>
4.1 O embranquecimento do direito à cidade e a percepção ambiental histórica e socialmente forjada: uma análise do racismo ambiental no cotidiano do território São Pedro .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Meio ambiente, racismo, direito à cidade e território são conceitos marcados por atravessamentos que influenciam de diferentes formas as vidas das pessoas. Esses atravessamentos revelam cenários de privilégios ou de negação de direitos, a depender da aparência, da classe social, da origem e da cultura. Para desvendar um possível caminho dentro desse labirinto de conceitos, é preciso puxar o "fio de Ariadne" que guiará esse trabalho um uma jornada interdisciplinar e repleta de encruzilhadas.

Bertrand e Bertrand (2007) postulam sobre o conceito de meio ambiente como uma evolução da concepção naturalista da flora e da fauna para o entendimento de comunidade (biocenose). Entretanto, atualmente, não se entende o ser humano como centro de todo um ecossistema, mas como parte de um universo de relações complexas. No entanto, mesmo em face da evolução conceitual que se discute sobre meio ambiente, o entendimento naturalista sobre ele insiste em se propagar, gerando verdadeiros desafios para aqueles que apontam a necessidade de olhar sob a perspectiva social e humana para esse campo, como a Psicossociologia de Comunidades e a Ecologia Social.

Diante do exposto, na tentativa de discutir o cotidiano das favelas e a questão ambiental, esta pesquisa aborda o racismo ambiental e o direito à cidade junto ao Coletivo Ponto de Luz (um importante coletivo de jovens periféricos atuantes nas favelas de Teresópolis/RJ) no cotidiano de favela. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa participante com o emprego de métodos mistos, documental e de intervenção, enquanto estratégias de produção de dados e construção/mudança das percepções e (talvez) da própria realidade dos participantes da pesquisa.

Este estudo focaliza a vida cotidiana dos sujeitos no espaço social da cidade, através daquilo o que fazem, como fazem, com quais sentidos fazem, com quem fazem e onde fazem, a fim de produzir um conhecimento situado na realidade local, exercendo uma dupla função: a de produzir conhecimento científico socialmente engajado e (tentar) modificar a realidade local, sobretudo aquela que se coloca enquanto impossível na vida cotidiana de seus habitantes e que, portanto, impede o efetivo direito à cidade.

Correia e Gonçalves (2021), a partir dos argumentos de Law (2002) definem que envolvimento ocupacional compreende aquilo o que as pessoas fazem diariamente para (re)produzir o território onde vivem e, através desta prática, participar socialmente, atribuindo significado humano às experiências individuais e coletivas. O contexto em que o envolvimento

ocupacional acontece é um entramado de fatores sócio-histórico-culturais-políticos que determinam a qualidade da experiência ocupacional. Assim, fatores étnicos, de gênero, da sexualidade, econômicos da localidade, etários, da funcionalidade, entre outros, implicam em camadas de diferenciação, opressão e precarização no envolvimento ocupacional dos sujeitos, colocando-os em maior ou menor possibilidade de superação de dificuldades no território local.

Sobre um destes fatores, Coelho (2021) argumenta sobre como o racismo ambiental realça as desigualdades a nível global e local, colocando boa parte da população em situações de conflito e risco dentro de seus territórios. Pretos, pardos e indígenas, em razão da cor de suas peles e de sua origem, presenciam em seu cotidiano a falta de saneamento ambiental e políticas públicas que busquem garantir a saúde, direitos, bem-estar e a proteção do lugar onde habitam. Cada vez mais pessoas de pele escura são empurradas para condições ambientais injustas e indignas.

Dado o crescimento urbano desordenado nos grandes centros e também no interior, nota-se o aumento no número de favelas e no número de habitantes das mesmas. Por questões históricas atreladas à prática cotidiana brasileira, o racismo estrutural faz com que estes lugares sejam majoritariamente ocupados por pessoas pretas e pardas. Nesses locais, onde há ausência do Estado, ou atuação insuficiente, políticas públicas de saneamento ambiental, de saúde, lazer e cultura, por exemplo, são por consequência precárias ou até mesmo inexistentes. Entretanto, no que diz respeito aos bairros nobres e brancos das cidades, é possível notar a presença do ente público nas áreas acima citadas, ordenando, de maneira suficiente, os modos de vida e garantindo a estrutura mínima ou excessiva para a qualidade de vida de seus habitantes, sempre orientada pelos interesses do mercado financeiro (Coelho, 2021).

Portanto, diante do exposto, é necessário discutir sobre como se desenha o fenômeno do racismo ambiental no contexto urbano. Será que aqueles que enfrentam problemas ambientais nas favelas associam o fato à sua cor e etnia? Como este sujeito percebe esta questão, ou se a percebe, na (re)produção dos espaços sociais da cidade e como o direito à cidade lhe é garantido? Ainda dentro deste tema, é salientada a importância do protagonismo destas comunidades nas ações que buscam a conquista de territórios saudáveis, justos e de convivência que valorizem os conhecimentos, a cultura e a paisagem local.

Além disto, neste trabalho é feita uma breve abordagem histórica sobre o racismo e o racismo ambiental, de modo a evidenciar sobre como se deu seu surgimento, seus principais desdobramentos, tanto no Brasil como fora do país e sobre como estes acontecimentos refletem na dinâmica dos dias atuais. Discute-se sobre o que Almeida (2018) argumenta a respeito de como o modelo econômico atual empurra a população preta e parda para locais insalubres.

Questões que relacionam o racismo ambiental ao direito à cidade, à luz de Henri Lefebvre também são arroladas neste trabalho. Pois, uma vez que a população preta e parda é encurralada a nichos precários dentro das cidades, o pertencimento territorial deste público é ignorado.

Contudo, para aprofundar esta questão é necessário ainda adentrar na questão da divisão racial dos espaços, pautada pelo racismo. Considerando o cenário histórico do país, pautado em ações de embranquecimento da população onde o “ser branco” ou chegar o mais próximo disso, é estar em lugar de privilégio, esta é uma discussão pertinente a ser inserida no contexto do racismo e do racismo ambiental. Será que a população preta e parda das periferias está ciente do direito e do pertencimento que possuem com relação à cidade?

O bairro de São Pedro, no município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro (RJ), é o local deste estudo, a fim de se tentar compreender as referências teóricas e generalizar os resultados obtidos. Para tanto, foi realizada uma identificação dos fenômenos do envolvimento ocupacional atrelados ao racismo ambiental no cotidiano desta localidade. Tal compreensão contextualiza o racismo ambiental na cidade, buscando saber com os sujeitos do local suas histórias, seus conceitos e entendimentos sobre meio ambiente dentro do recorte racial e as implicações no que diz respeito ao direito à cidade.

Enquanto pesquisa socialmente engajada, esperou-se a percepção e construção ou ampliação da consciência crítica dos atores do bairro São Pedro sobre os efeitos do racismo ambiental em suas ocupações cotidianas, bem como a identificação de estratégias de enfrentamento de suas problemáticas, como a vulnerabilidade simbólica e econômico-social.

Assim, o objetivo desta pesquisa de mestrado é compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos atores do Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro. Para tanto, esta dissertação se organiza da maneira esmiuçada a seguir. O primeiro capítulo é dividido em três tópicos, onde no primeiro tópico é feita uma breve contextualização sobre a construção história do território brasileiro durante e após o período de escravidão, evidenciando como a legislação influenciou não só na manutenção da escravidão, bem como na restrição de direitos civis e sociais de pessoas negras ex-escravizadas. Discute-se ainda sobre como essa restrição de direitos influenciou na construção social dos espaços nas cidades, colocando pessoas negras em situação de vulnerabilidade. Após é apresentado o conceito de racismo ambiental e como ele se estabeleceu nos territórios vulneráveis, a partir de práticas relacionadas ao sistema capitalista, que coloca em xeque a saúde ambiental de países periféricos em prol do lucro. Para tal, argumentos de Robert Bullard, Tânia Pacheco, Selene Herculano são trazidos para o entendimento da fusão entre racismo e meio ambiente.

No segundo tópico são trazidos argumentos sobre como o racismo ambiental age como fator restritivo para acesso à direitos sociais, como moradia, saúde, educação e mobilidade, ocasionando também a restrição do direito à cidade. Neste sentido, são trabalhados os argumentos de Henry Lefebvre sobre direito à cidade na tentativa de antagonizar esse conceito à ideia de desenvolvimento econômico e sobre como essa noção de desenvolvimento segrega os espaços das cidades, substituindo o valor de uso pelo valor de troca (pelo capital). Logo após, no terceiro tópico, o racismo ambiental é abordado pela ótica da Psicossociologia de Comunidades e da Ecologia Social, de modo a discutir sobre como as subjetividades interferem na experiência sobre meio ambiente do morador de favela, bem como da cidade como um todo. Ainda é explanado sobre a construção desse campo de conhecimento e sobre como o olhar “suleado” e comunitário para as questões sociais e ambientais pode modificar realidades a partir da abordagem coletiva dessas questões.

Após a explanação do tema, o Capítulo II apresenta os objetivos de pesquisa e os procedimentos metodológicos por meio da abordagem da Investigação Ação Participante (IAP), de Fals Borda, utilizando os recursos de rodas de conversa e oficinas de formação. Ainda apresentam-se os procedimentos para a investigação do referencial teórico desta pesquisa a respeito de seu tema principal: racismo ambiental e direito à cidade. Bases de dados como Scopus, Web Science, Periódicos Capes, Scielo e Google Acadêmico foram acessadas para o levantamento do quadro teórico e discussão dessa produção. Ainda neste capítulo são demonstrados os procedimentos para a produção dos dados da pesquisa, que consistirão na realização de oficinas dialógicas sobre direito à cidade e racismo ambiental no bairro de São Pedro, junto ao Ponto de Luz Coletivo, bem como na busca de documentos oficiais e de domínio público sobre a cidade de Teresópolis/RJ. Neste sentido, os procedimentos éticos da pesquisa são demonstrados, bem como abordam-se os procedimentos para a análise dos dados a partir da análise de conteúdo de Bardin.

O terceiro capítulo é constituído pelos resultados da coleta de dados, no trabalho de campo junto ao Ponto de Luz Coletivo e também pela apresentação dos achados históricos sobre a construção da cidade de Teresópolis, desde os tempos das sesmarias até os dias atuais. Sobre o relato das oficinas dialógicas, este capítulo aborda quase que integralmente, as percepções sobre o território do bairro de São Pedro, sob a ótica dos integrantes do Ponto de Luz Coletivo, destacando o cotidiano dos mesmos e suas experiências sobre o local. Questões como racismo, território, história local, pertencimento, afetividade, identidade, mobilidade foram levantadas pelos participantes de maneira instintiva, embora a questão sobre meio ambiente e raça tenha sido abordada apenas após provocação por parte da pesquisadora. Sendo assim, foi utilizado

nos resultados a metodologia de análise de dados de Bardin, onde os relatos foram depurados e separados em unidades de conteúdo como códigos que identificassem o racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade de Teresópolis. Para tal, foram elencados códigos relacionados à teoria e a literatura que sustentam esse trabalho, informados pelas unidades de registro (trechos e palavras expressas pelos participantes da pesquisa). Também foi aferida a frequência desses códigos, diretamente ou por similaridade (palavras, expressões, frases que estejam relacionados ao tema) com o objetivo de investigar a importância das subjetividades colocadas pelos participantes.

O quarto capítulo discute os resultados da pesquisa, a partir da categoria de análise depurada no capítulo anterior, relacionando os relatos dos participantes às bases teóricas trazidas até o momento. Primeiramente, se rememora sobre os principais aspectos sobre a história da cidade de Teresópolis, evidenciando como a narrativa única pode ser perigosa para as culturas e etnias que divergem da vertente do colonizador. Posteriormente, a partir da tríade espacial elaborada por Lefebvre, a construção do espaço do bairro de São Pedro (e de Teresópolis) são analisadas de modo a tentar ilustrar a dinâmica do racismo ambiental, da percepção ambiental influenciada pela história unilateral e do embranquecimento do direito à cidade no espaço teresopolitano.

## CAPÍTULO I – Referencial Teórico e revisão bibliográfica da literatura

O capítulo a seguir apresentará os procedimentos metodológicos para a construção do referencial teórico sobre racismo ambiental e direito à cidade nesta dissertação. São explicadas questões a respeito da utilização de leituras anteriores à realização deste trabalho, bem como a busca sistemática em bases de dados. Após as elucidações, as reflexões teóricas sobre o tema são apresentadas, a fim de contextualizar o leitor a respeito da pertinente discussão sobre racismo ambiental e direito à cidade no ambiente de favela.

### *1.1 Procedimentos para a construção da revisão bibliográfica da literatura sobre racismo ambiental e direito à cidade*

Esta pesquisa utiliza metodologia mista na qual o método de levantamento bibliográfico se baseia em uma revisão de literatura do tipo narrativa, onde não se fez necessário o esgotamento de todas as fontes de informação para fins de construção de sua base bibliográfica. Sendo assim, a seleção dos artigos e trabalhos publicados podem estar sujeitas à subjetividade de seus autores.

Como já havia interesse prévio pela temática racial e a construção dos territórios, bem como o contato com as leituras disponibilizadas pelo programa EICOS/UFRJ ao longo das aulas, algumas literaturas foram inseridas no contexto deste trabalho sem passar pela sistematização de referências descrita mais à frente. Como é o caso dos artigos utilizados para as definições sobre racismo ambiental, que trazem as reflexões de Robert Bullard e os cruzamentos entre racismo ambiental e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, que foram construídos a partir de leituras provindas do programa, com referências base sobre o tema escritos por docentes e discentes do curso (QUADRO 1).

Quadro 1 - arquivos disponibilizados pelo Programa EICOS/UFRJ

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>REVISTA/ANO</b>
Psicossociologia desde a América Latina	TAKEIT, Beatriz Akemi et al.	Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2021.
Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina	CAMARGO, Daniel Renaud et al.	Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2021.

Caminhos para uma abordagem psico-socioambiental: contribuições da psicossociologia para as discussões socioambientais	DE CASTRO FIUZA, Alex de Castro; COSTA, Samira Lima da; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo	Revista Psicologia Política, 2018.
Raízes da Ecologia Social: o Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção.	CARVALHO, Vílson Sérgio de.	Tese de Doutorado

Fonte: elaborado pela autora

Foram ainda consultadas legislações do contexto escravista brasileiro, para fins de investigação a respeito da construção do espaço físico e social durante e após o processo de abolição da escravatura, bem como artigos que detalhassem os pormenores desses marcos legais na construção do território brasileiro (QUADRO 2).

Quadro 2 - Marcos legais (e as os trabalhos de discussão) utilizados na construção do referencial teórico

<b>LEI</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>ANO</b>
Lei de Terras (Lei nº 601/1850)	Proibia a prática de ocupação de terras em território nacional e dava outras providências	1850
A Lei Eusébio de Queiroz (Lei Nº581/1850),	Proibia o tráfico de africanos para o império brasileiro.	1850
Lei do Ventre Livre, ou Lei da Abolição Gradual (Lei Nº 2.040/1871)	Tornava livres as crianças nascidas de mulheres escravizadas a partir de sua aprovação.	1871
Lei dos Sexagenários (Lei Nº3.270 /1885)	Tornava livres os escravizados acima de 60 anos de idade	1885
Lei Áurea (Lei Nº3.353/1888)	Declarou extinta a escravidão no Brasil.	1888
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>REVISTA/ANO</b>
A Lei dos Sexagenários como estratégia para manutenção da precariedade socioespacial no Brasil	MANOEL, Julio Cesar Costa.	Revista ABPN, 2020
Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de abolição gradual	LAIDLER, Christiane Vieira.	Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa), 2013
Manual Jurídico da Escravidão.	CAMPELLO, André Barreto	2018

Fonte: elaborado pela autora

Com relação aos livros utilizados, a leitura dos mesmos se deu ao longo das reflexões sobre racismo, racismo ambiental, meio ambiente e territórios adquiridas em momentos anteriores à esta pesquisa e inseridos na mesma à medida que a escrita solicitava mais detalhes sobre os temas expostos (QUADRO 3).

Quadro 3 - livros impressos utilizados na pesquisa

<b>Livro</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Editora</b>	<b>Resumo</b>
O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história	Carolina Vianna DANTAS; Hebbe MATTOS e Martha ABREU (org.)	2012	Objetiva	O Negro no Brasil reconta, em formato de aulas formativas, a história brasileira a partir das lutas pela liberdade, pela construção de identidades e pelo ativismo político que envolvem a história negra no Brasil.
O que é racismo estrutural.	ALMEIDA, Sílvia	2019	Pólen	No livro, são apresentados dados estatísticos e discutido como o racismo está na estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira.
Os porquês da desordem mundial: o desafio ambiental	Carlos Walter PORTO - GONÇALVES	2012	Record	O autor trata o assunto sobre o problema ambiental da atualidade mais do que como uma crítica ao capitalismo, mas como um valor fundamental da humanidade.
A História das Coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos	LEONARD, Anne.	2011	Zahar	A autora fala sobre como os meios de produção, desde a extração até o descarte, influenciam diretamente na dinâmica socioambiental e provocam injustiças ambientais e desordem de consumo a nível mundial.
Direito à Cidade	LEFEBVRE, Henry	2010	Centauro	O livro discute a respeito do Direito à Cidade como um projeto orientador de outra sociedade, a Sociedade Urbana.

Fonte: elaborado pela autora

Com relação à busca sistemática de referências sobre o tema central desta pesquisa, foram consultadas bases de dados como Scielo, Web of Science, Scopus, Repositório Arca e Google Acadêmico. O critério para definição dos descritores para a busca de artigos *on line* em revistas científicas foi escolher palavras que se relacionassem diretamente ou indiretamente

com o tema da pesquisa, sendo os termos “racismo ambiental” e direito à cidade” os termos diretos e “racismo”, “meio ambiente”, “Brasil” e “favelas” os termos indiretos. Esses termos diretos e indiretos foram mesclados na tentativa de direcionar a busca para produções que destacassem a discussão sobre o tema dentro do contexto das cidades (QUADRO 4).

Quadro 4 – busca sistemática nas bases de dados

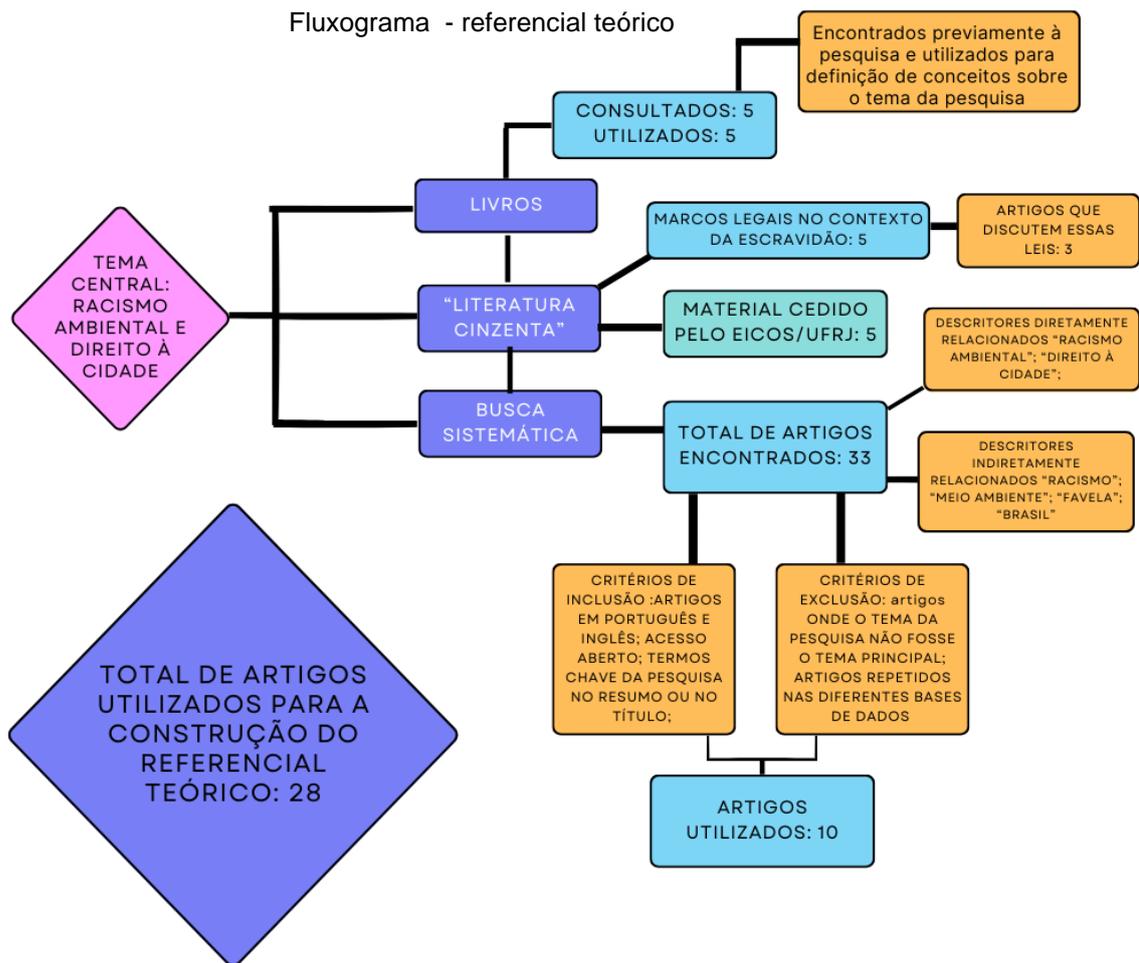
<b>BASE DE DADOS: SCOPUS</b> <b>TEMA: RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL</b> <b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: 9</b> <b>ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO: 3</b>					
TÍTULO	TEMA/OBJETO	REVISTA	AUTOR / ANO/ TIPO DE ESTUDO	PAÍS	PALAVRAS -CHAVE
Bem-estar comunitário: os impactos da desigualdade, do racismo e do meio ambiente em uma favela litorânea brasileira	Promove a discussão sobre como a estrutura de bem-estar se mostra útil para entender como o bem-estar da comunidade é impactado pela presença de racismo sistêmico, desigualdade e impactos ambientais.	World Development Perspectives	Gillam e Charles (2019). Pesquisa de campo / revisão de literatura	Canadá	“racismo ambiental” e “Brasil”
Building environmental justice in Brazil: a preliminary discussion of Environmental Racism	Faz uma análise sobre a construção do conceito de Justiça Ambiental no Brasil, relacionando organizações populares como fundamentadoras das lutas por territórios mais justos	International Clinical Sociology	PACHECO, Tânia; HERCULANO, Selene (2008) Revisão de Literatura	Brasil	“racismo ambiental” e “Brasil”
Inequality, environmental injustice and racism in Brazil: Beyond the question of color	Discute sobre como o racismo ambiental atinge etnias, culturas e territórios de pessoas não brancas;	Development in Practice	PACHECO, Tania	Brasil	Racismo Ambiental” `Brasil
<b>BASE DE DADOS: WEB OF SCIENCE</b> <b>TEMA RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL</b> <b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: 10</b> <b>ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO: 3</b>					
TÍTULO	TEMA/OBJETO	REVISTA	AUTOR / ANO/ TIPO DE ESTUDO	PAÍS	PALAVRAS -CHAVE

Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas	Argumenta-se que o racismo ambiental é a manifestação da negação de direitos sociais que priva os não-brancos da cidadania ambiental.	Ateliê Geográfico	Filgueira (2021) / Revisão Teórica	Brasil	“Environmental Racism” e “Brazil”
Se acabar o rio, a comunidade acaba”: dimensão pedagógica do racismo ambiental	O trabalho evidencia a necessidade de aproximação entre a educação ambiental e a discussão sobre injustiça e racismo ambiental, a partir da imersão na comunidade quilombola de Barreiros do Itaguaçu, na Bahia, que depende do Rio Verde para a sobrevivência. Discute ainda sobre a relação intrínseca com a natureza vivenciada pelos povos tradicionais em contraste com a noção mercadológica ocidental européia para com o meio ambiente.	Praxis e Saber	Melo e Barzano (2021)/ pesquisa de campo	Brasil	“Environmental Racism” e “Brazil”
Mapeamento da Justiça Ambiental e Racismo Ambiental na bacia do Córrego do Morro do “S”, São Paulo/SP	Foi realizado um mapeamento da região do Córrego do Morro do “S” em São Paulo, para fins de construção de um índice de justiça ambiental (considerando variantes como coleta de lixo, luz elétrica e água potável, esgotamento, arborização, renda e mobilidade).	Geoambiente On-line	Morato, Machado e Martinez (2018)/ Pesquisa de campo do tipo quantitativa	Brasil	“Environmental Racism” e “Brazil”
<b>BASE DE DADOS: SCIELO</b> <b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: 8</b> <b>DIREITO À CIDADE E RACISMO AMBIENTAL</b> <b>ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO: 1</b>					
<b>TÍTULO</b>	<b>TEMA/OBJETO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>AUTOR / ANO/ TIPO DE ESTUDO</b>	<b>PAÍS</b>	<b>PALAVRAS -CHAVE</b>
Direito à Cidade contra o desenvolvimento	Tensiona a noção de desenvolvimento (econômico), colocando-a como antagonista ao Direito à Cidade. Explica ainda a divisão racista dos espaços da cidade (rurais e urbanos). Classifica como colonialista e capitalista o entendimento sobre desenvolvimento que,	Direito e Praxis	Coelho e Cunha (2020)		“Direito à Cidade” e “Racismo”

	aquém das populações não brancas, enxergam e tratam a natureza como recurso a ser expropriado e quantificado em capital.				
<b>BASE DE DADOS: GOOGLE ACADÊMICO</b> <b>FAVELAS, RACISMO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE</b> <b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: 6</b> <b>ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO: 3</b>					
<b>TÍTULO</b>	<b>TEMA/OBJETO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>AUTOR / ANO/ TIPO DE ESTUDO</b>	<b>PAÍS</b>	<b>PALAVRAS -CHAVE</b>
Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos	Trabalha a temática da exclusão ambiental e formação de grupos outsiders ambientais criados pelas decisões biopolíticas do estado	Opinión Jurídica	ABREU, Ivy de Souza (2013)  Revisão de literatura	Colômbia	“racismo ambiental” e “direito à cidade” "favelas"
Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital	Desata o modo de produção capitalista como mola propulsora da degradação ambiental e como as consequências dessa degradação atingem a população de forma desigual,	Temporalis	SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Everton Melo da; SILVA, Myena da. (2022)	Brasil	“racismo ambiental” e “direito à cidade” "favelas"
Racismo Ambiental urbano: Omissão do poder público na efetivação do direito humano ao saneamento básico na cidade de Porto Velho	Destaca o fenômeno do racismo ambiental nas cidades tendo a questão do saneamento básico nas periferias da cidade de Porto Velho	Anais do I Congresso Acadêmico de Direito Constitucional	ALMEIDA, Ana Carolina Barros; SALIB, Maria Luisa L. (2017)	Brasil	“racismo ambiental” e “direito à cidade” "favelas"

Fonte: elaborado pela autora

Desta forma, o fluxograma abaixo demonstra a totalidade de materiais utilizados para a construção do referencial teórico



Sendo assim, a reunião de conceitos e argumentações sobre o tema da pesquisa é apresentado ao longo dos parágrafos a seguir.

### 1.2 *Da escravidão ao racismo ambiental nos territórios das cidades*

Para fins de contextualização sobre racismo ambiental, se faz necessário discorrer, mesmo que brevemente, a respeito do estabelecimento do racismo enquanto alicerce na construção da sociedade. Desta maneira, o racismo é definido a partir da relação de poder entre etnias. De maneira geral, esse poder é exercido em detrimento de toda a etnia e cultura que não estejam dentro do padrão eurocêntrico. No Brasil o racismo tornou-se parte da estrutura social, fazendo com que leis, acordos, diretrizes e as relações sociais da vida cotidiana fossem construídos sob um viés de inferiorização de pessoas não brancas (Silva, 2018).

Filgueira (2021) discute que a divisão racial dos seres vivos se originou nos estudos botânicos com a intenção de classificação da diversidade de fauna e flora. A utilização desse

recurso de classificação em humanos ocorreu a partir do século XVI, sendo aplicado aos francos e gauleses, onde esses últimos eram considerados inferiores, ou seja, a plebe. Essa divisão pode ter sido o início do uso do conceito de raça como uma forma de hierarquização da espécie humana, baseada em características morfológicas. Nesse caso, os francos eram posicionados como uma raça superior aos gauleses. Essa transferência do sentido de raça classificatória para raça produtora de hierarquização, ocorreu para que os colonizados oriundos dos continentes americano e africano pudessem ser diferenciados dos francos. Neste sentido, Filgueira (2021) explica que criar hierarquias raciais foi uma etapa fundamental para a construção do racismo como uma ideologia essencialista que tem como pilar a divisão hierarquizada da sociedade pautada nos traços morfológicos das pessoas.

Filgueira (2021) traz ainda a reflexão sobre o conceito de racismo não apenas como parte da sociedade moderna, mas como parte da construção histórica da sociedade, uma vez que a raça é fator estrutural do estabelecimento das relações, determinadas pela pigmentocracia, “Ou seja, um ordenamento de sociedade marcado pela divisão dos grupos em melanodérmicos e não melanodérmicos” (Filgueira, 2021 pg. 195).

Diante do exposto, considerando o racismo como componente histórico, cabe analisar como o processo de abolição da escravidão no Brasil foi permeado por interesses escravocratas de manutenção de poder nas mãos da elite. Pessoas negras até então escravizadas não obtiveram nenhum tipo de reparação por todo dano sofrido por mais de três séculos. Ao contrário, a legislação foi construída para dificultar a emancipação da população negra, mediante a negação de direitos básicos como moradia adequada, emprego e renda e o direito de ir e vir. Neste sentido Manoel (2020), coloca que a letra da lei foi uma ferramenta utilizada pelas elites para tardar o fim da escravidão no país e dificultar que os ex escravizados acessassem políticas de reparação sob os efeitos da escravidão. A estratégia foi engendrar regras que, supostamente, estariam sob os vieses da liberdade, mas que, na verdade, mantinham o poderio dos escravagistas.

Dentro do contexto do Brasil Império/Colônia, a discussão sobre quem seria de fato considerado cidadão permeava a identidade do sujeito "brasileiro". Grinberg (2012) destaca que nas reuniões da Assembleia Constituinte, em 1823, existia a discussão sobre quem se encaixaria nas categorias “brasileiro” e “membro da sociedade brasileira”. A dificuldade de se estabelecer a cidadania do indivíduo residia na polêmica sobre como classificar cidadãos não nascidos no Brasil, como portugueses e africanos. Alguns indivíduos, segundo a discussão, mesmo sendo nascidos no Brasil, não teriam direito à cidadania reconhecida, como no caso de escravizados e

indígenas. Após deliberação, foi estabelecido que escravizados africanos não seriam reconhecidos como brasileiros, diferentemente de imigrantes europeus que poderiam se naturalizar. Contudo, os escravizados nascidos neste território teriam sua cidadania afirmada, caso obtivessem alforria.

A princípio, ainda segundo a autora, o reconhecimento da cidadania no Brasil estava diretamente relacionado à renda. Os direitos civis e políticos das pessoas poderiam ou não ser exercidos de acordo com os seguintes critérios: havia os que eram considerados cidadãos passivos, sem renda suficiente para obter direitos; os cidadãos ativos votantes, detentores de recursos, mesmo que modestos, que os permitiam escolher quem poderia votar e ser votado; e por fim os cidadãos ativos eleitores e elegíveis, que com renda anual superior de 200 mil réis e nascidos livres, exerciam plenamente seus direitos e defendiam seus próprios interesses. Além da restrição da cidadania aos escravizados africanos ser abertamente estabelecida, nada mais nas deliberações fazia distinção com relação à raça do cidadão. Assim, em uma primeira análise, percebe-se que o reconhecimento de cidadania estava unicamente ligado ao capital. Contudo, quando se debruça sobre o fato da impossibilidade de um escravizado alforriado ter renda e posses suficientes para exercer sua cidadania, constata-se que na verdade, o exercício de direitos civis, políticos e sociais ficavam nas mãos de homens de pele branca (Grinberg, 2012).

Outro exemplo a ser destacado é a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), que proibia a prática de ocupação de terras em território nacional. Essa lei admitia apenas que as terras fossem herdadas ou compradas, fazendo com que esses procedimentos fossem os únicos que legitimadores de posse de terras, principalmente de terras devolutas<sup>1</sup>. Para além do intuito de regular a maneira como as terras seriam adquiridas, a Lei de Terras estabeleceu formas de regulamentação e operacionalização da colonização europeia no Brasil, incentivando a imigração de trabalhadores europeus pobres para morarem e trabalharem nas lavouras (Brasil, 1850). Essa legislação representou um efetivo instrumento de restrição ao acesso de terras pelas pessoas negras libertas, uma vez que essas pessoas não possuíam a renda necessária para aquisição de terras, bem como não tinham a possibilidade de acessá-las como herança.

A Lei Eusébio de Queiroz (Lei Nº581/1850), que proibiu o tráfico de africanos para o império brasileiro, foi rodeada de críticas e falhas em sua fiscalização (Manoel, 2020). Mesmo com o monitoramento do Estado brasileiro e o acompanhamento e repressão por parte dos britânicos para com o Brasil nesse sentido, o tráfico interno de africanos se estabeleceu. O

---

<sup>1</sup>Segundo a Lei 601/1850, entende-se como terras devolutas aquelas que não possuem destinação pelo Poder Público, não integrando em nenhum momento, algum patrimônio particular (mesmo que sob posse irregular

comércio ilegal de africanos gerou um verdadeiro impasse para o Estado brasileiro, uma vez que quando eles eram capturados, eram entregues às autoridades e incorporados ao serviço do próprio Estado ou doados a particulares, sendo assim introduzidos no sistema escravagista. Essa introdução legitimava a irregularidade com a anuência das autoridades, o que demonstra o alinhamento do Estado aos interesses escravagistas e à manutenção da escravidão. Laidler (2013) cita o decreto expedido por Nabuco de Araújo, ministro da Justiça de 1853 a 1857, que concedia emancipação a esses africanos, mediante a prestação de serviços a particulares durante 14 anos. Entretanto, a autora argumenta que essa ação era incoerente, pois essas pessoas eram juridicamente livres em função de serem introduzidas ilegalmente no país por meio do tráfico de escravizados. Os africanos introduzidos irregularmente ao sistema escravista brasileiro tornaram-se livres apenas no ano de 1864, quando o decreto assinado por Francisco José Furtado, Ministro da Justiça e chefe de gabinete, emancipou tanto os que prestavam serviços ao Estado quanto os que prestavam serviços particulares.

Já a Lei do Ventre Livre, ou Lei da Abolição Gradual, aprovada em 1871, que tornava livres as crianças nascidas de mulheres escravizadas a partir de sua aprovação, foi cercada por conflitos de interesse e motivações escusas. Para a Laidler (2013), a lei significou sinônimo de segurança para os proprietários de escravizados e legitimação da manutenção da instituição escravocrata. Na verdade, a iniciativa seria mais para acalmar os ânimos das nações inglesas, que pressionavam o país para estabelecimento de um plano de ação para findar a escravidão.

Neste sentido, especulava-se que a inclinação abolicionista de Dom Pedro II era uma ilusão, uma vez que a outorga régia para a emancipação dos escravizados parecia não estar perto de ocorrer. A disputa parlamentar para a aprovação da Lei do Ventre Livre se estendeu por um longo período de tempo e se debruçada sob o uma questão central: havia a ciência de que o país deveria pensar em mecanismos para a abolição, contudo, sem que esses prejudicassem os direitos vigentes (dos proprietários de escravizados) e os interesses essenciais da ordem pública (no caso, as lavouras, consideradas a primeira indústria brasileira e o sossego público entendido como a segurança da nação). Com relação à lavoura, seria necessário assegurar a propriedade e mantê-la funcionando ao longo da transição gradual do regime escravocrata para o regime de trabalho remunerado. Essa preocupação girava em torno da proteção do capital investido nas lavouras e também da necessidade da implementação do trabalho remunerado para escravos livres ou para imigrantes. Esse impasse dificultou que as ações imediatas para estabelecimento da abolição fossem empregadas. Tanto conservadores como liberais discutiam a questão, não se colocando contra o fato de que a abolição deveria ocorrer, mas os dois lados precisavam considerar as consequências econômicas de uma decisão imediata (Laidler, 2013).

O plano da Coroa, dentro do escopo da garantia de direitos anteriores à legislação, era a extinção da escravidão para a geração futura, adotando medidas homeopáticas que permitissem um período de adaptação e de transição (sem de fato estabelecer um prazo final para essa transição). Argumentava-se que na lei não havia real planejamento para a emancipação dos escravizados e discutia-se a proposta de indenização a ser paga pelos escravizados, sem prejuízos à propriedade e sem ônus ao Estado. À exemplo de outros países, o Estado brasileiro libertaria os escravizados, com prazo suficiente para que aqueles alugados para serviços particulares, fossem substituídos. Outra estratégia seria a alforria voluntária, apontando ser a única maneira para emancipação dos escravizados que ainda existiam. Para o parlamento, a legislação precisava criar mecanismos para a indenização da propriedade tornando o direito ao pecúlio<sup>2</sup> do escravizado normatizado. A indenização por parte do escravizado poderia ser paga através de serviços contratados pelo prazo máximo de sete anos, bem como por meio de doação, legados ou heranças (mesmo que essa última opção fosse bastante improvável) desde que houvesse concordância do senhor. Entretanto, a comissão que discutia o texto da lei, achou que não deveriam se ater às questões relacionais entre senhores e escravizados, deixando de fora da legislação a regulamentação sobre castigos e limites de punições. Mais uma vez, a intenção era trabalhar na abolição homeopática, sem que o poder e o moral dos escravagistas fossem abalados, para fins de manutenção da ordem (Laidler, 2013).

Laidler (2013) ainda explica que a discussão do projeto de abolição gradual entendia que a alforria de escravizados de ordens religiosas e daqueles que salvassem a vida de escravagistas e de sua ascendência ou descendência, seria suprimida pelo prazo de sete anos, para que os escravizados não encontrassem brechas e pudessem forjar situações que lhes proporcionasse o direito à alforria imediata. O projeto ainda permitiria que o escravizado se declarasse livre, desde que possuísse a permissão do escravagista. Contudo apenas para as situações nas quais os escravizados viviam distantes dos escravagistas (“por si mesmos”) com a premissa de ter que prestar contas e devolutivas financeiras aos escravagistas.

Fato é que a partir de 28 de setembro de 1871, as crianças nascidas a partir de ventres escravizados passaram a ser livres. Entretanto, também de acordo com a lei, as crianças libertas permaneciam sob posse dos escravagistas que também tinham a posse de suas mães. Os donos dos escravizados tinham a obrigação de criar essas crianças até que completassem oito anos de idade. A partir de oito anos completos, essas crianças libertas eram entregues ao governo, que

---

<sup>2</sup> Segundo a lei, o pecúlio seria o direito de o escravizado juntar fundos financeiros para a compra de sua alforria. Esse fundo poderia ser construído por meio de doações, herança, ou legados, desde que autorizado pelo proprietário do escravizado.

decidia seus destinos e indenizava o escravagista com 600 mil réis. Outra vantagem para o escravagista era que o mesmo poderia manter os serviços gratuitos das crianças libertas até que as mesmas completassem 21 anos de idade (Manoel, 2020).

Essas recompensas aos escravagistas foram inseridas por meio de emenda à legislação, para ceder às pressões que exigiam indenizações pelas ditas perdas geradas pela lei. A liberdade gradual se mostrou como uma medida de adiamento do fim da escravidão no Brasil, pois a regra que as crianças livres deveriam permanecer sob a posse dos escravagistas, nos termos descritos acima, configurava um estratagema para manter o cativo, ao mesmo tempo que os ânimos pró abolição eram acalmados. Cita-se ainda os casos nos quais a legislação foi desrespeitada e os infratores permaneceram impunes. Argumenta-se que caso a legislação fosse cumprida, mesmo diante de todas as suas contradições, a mesma promoveria uma modificação socioespacial, cultural e econômica no país. Esse fato fez com que mais pressão fosse feita sob o império pelos abolicionistas, para que medidas efetivas fossem tomadas para findar a escravidão. O embate entre os abolicionistas e escravagistas havia levado o Estado a um caos político, tornando palpável o medo de uma revolta dos escravizados, que se organizavam diante da luta pelo fim da escravidão (Manoel, 2020).

Para Laidler (2013), ficou evidente o esforço dos parlamentares (conservadores e liberais) em manter o prestígio e a autoridade dos escravagistas sob os escravizados. A comissão também retirou do texto o princípio do juizado especial para causas de liberdade, para evitar que os escravizados tivessem a oportunidade de acesso ao recurso. O argumento girava em torno da existência de suspeita (entre os escravagistas) de que a manutenção de um juízo especial facilitaria a fiscalização cotidiana e atenta por parte dos escravizados e dos negros libertos ao cumprimento da lei.

Ainda dentro da discussão sobre o arcabouço legal em detrimento da abolição, Manoel (2020) argumenta que a Lei dos Sexagenários (aprovada em 1885 e que tornava livres os escravizados acima de 60 anos de idade), foi um desenrolar político da Lei do Ventre Livre e também a última tentativa da elite brasileira para manter o sistema da escravidão. Diante do impasse e da discussão gerada pela lei anterior, e também para acalmar os ânimos populares, Dom Pedro II convocou o experiente político baiano, Manuel Pinto de Sousa Dantas, para formar um novo ministério e discutir sobre a formulação de um novo projeto. O governo intencionava ampliar o fundo criado para a emancipação dos escravizados e tornar possível a liberdade de escravizados acima de 60 anos, sem a necessidade de pagamento de indenização aos escravagistas. A proposta foi apresentada no parlamento e gerou grande polêmica, afastando ainda mais abolicionistas e escravagistas. Para os aliados da manutenção da escravidão, não se

podia ferir o direito à propriedade e prejudicar o investimento feito pelos escravagistas ao longo dos séculos do regime escravocrata. Se antes, a Lei do Ventre Livre foi criticada pela elite, nesse momento ela virou argumento a favor da manutenção de seus privilégios. Diante da possibilidade de vitória dos escravagistas, Dantas pediu ao imperador que o congresso fosse desfeito e novas eleições fossem convocadas. O que de fato foi feito, contudo, mesmo com novo congresso, o boicote às ideias de Dantas surtiu efeito e o mesmo foi destituído do cargo, sendo substituído por José Antônio Saraiva, que embora fosse do partido liberal, acabou se alinhando aos interesses escravagistas e conduziu a discussão da lei sob a ótica da manutenção dos interesses antiabolicionistas (Manoel, 2020).

Embora existisse a possibilidade de liberdade para escravizados considerados idosos, a emancipação não seria completa. Foram criados mecanismos que burocratizavam excessivamente o processo de libertação, como a obrigatoriedade de indenização na forma de mais três anos de trabalho prestado pelo escravizado ao escravagista. Importante salientar que na época, a estimativa de vida de um cidadão livre era de 65 anos de idade. Para escravizados, devido ao contexto de constante violência ao qual estavam submetidos, a estimativa era 30 anos de idade. Desta maneira, a legislação “contemplou” uma ínfima parte da população de escravizados, uma vez que eram raros os que conseguiam alcançar os 60 anos de idade, mais raros ainda eram os que dispunham de mais três anos para o pagamento da indenização. Ainda foram criados mecanismos para impedir que os sexagenários fossem abandonados pelos escravizados, diante da idade avançada, da invalidez e da libertação. A lei previa que todos os sexagenários ficassem sob a guarda dos escravagistas, diante da obrigação destes de prestar cuidados aos ex-escravizados. Todavia, o que parecia ser uma boa saída para que de alguma forma essas pessoas fossem bem cuidadas após décadas de exploração, acabou forjando mais uma maneira de cerceamento cruel, pois os escravagistas poderiam se aproveitar da mão de obra dos ex-escravizados, à medida de sua força de trabalho (Manoel, 2020).

A Lei dos sexagenários ainda restringia a mobilidade dos ex-escravizados. Os ex-cativos eram proibidos de deixar as cidades nas quais receberam suas alforrias por um período de cinco anos. Caso deixassem as localidades, os mesmos seriam considerados vagabundos, devendo ser presos pela força policial e serem encaminhados para trabalhos públicos ou trabalhos em colônias agrícolas (Brasil, 1885). Aqui, é possível perceber a tentativa de marginalização da população negra ex-escravizadas. Manoel (2020) argumenta que essas regras representaram nítidas violações à liberdade e a integração do negro na sociedade e no território brasileiro. A migração era uma possibilidade para a sobrevivência. Famílias constituídas por ex - escravizados tentavam se distanciar das cidades nos quais foram escravizados, buscando a

possibilidade de recomeçar social e economicamente. Com o estabelecimento de tantas regras impeditivas para a plena liberdade dos escravizados, a Lei dos Sexagenários se configurou como mais uma estratégia da elite para a manutenção da servidão cruel de pessoas negras, bem como para o estabelecimento do estigma de inferioridade dessas pessoas. O território socioespacial no Brasil estava claramente delimitado.

Cerca de três anos após a aprovação da Lei dos Sexagenários, a insatisfação popular diante dos horrores da escravidão era evidente. O Estado e os escravagistas tinham que lidar com constantes revoluções da população negra e, mais ainda, com a desobediência civil frente aos entraves legais para a liberdade plena. Cada vez mais escravizados fugiam das lavouras e se refugiavam nas províncias que já haviam proclamado a abolição, como no Maranhão e no Ceará. Encarando um sistema em decadência, o parlamento se viu obrigado novamente a buscar a letra da lei, não para mais uma vez travar a abolição, pois ela já se estabelecia na prática, mas para normalizá-la definitivamente. Desta maneira, em uma tramitação rápida de cinco dias, sem muitas discussões sobre o destino dos escravizados, a abolição definitiva dos cativos foi promulgada em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea (Campello, 2018).

Um pouco mais de um século se passou após o fim da escravidão no Brasil e ainda é possível notar o mesmo “apagamento” promovido pelo racismo para com a população negra e indígena. Encarceramento e morte em massa da juventude negra, cada vez menos demarcação do território indígena (e a perda cada vez maior dos territórios demarcados<sup>3</sup>), falta de acesso à educação de qualidade, falta de acesso à saúde e falta de moradia digna são algumas das problemáticas enfrentadas por populações de minoria política. Desta maneira, é importante refletir sobre as tentativas de embranquecimento da cultura e dos espaços brasileiros, como exposto acima. Silva (2000) argumenta que o embranquecimento da população brasileira como projeto, ratificou ao longo dos anos a ideia de que quanto mais negro, mais distante do “humano” se está. Em função dessa ideia perpetuada, juntamente ao mito da democracia racial, Silva (2000) discute que a identificação do povo brasileiro como misto ou mestiço evidencia o sucesso deste projeto. Quanto mais claro, mais bem-sucedido, quanto mais claro, mais distante do feio, quanto mais claro, mais distante de uma história de sofrimento e não aceitação social. Os chamados pardos ou mestiços não conseguiram ao longo dos anos alcançar o *status* da pessoa branca. Esta observação salienta o fato de que o preconceito relacionado somente à questão social não é suficiente para explicar a questão racial da pobreza. Ainda segundo Silva

---

<sup>3</sup> Vide a aprovação, em 30 de maio de 2023, do Marco Temporal, que define a demarcação apenas de terras que já eram ocupadas por povos indígenas até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

(2000), a ideologia do embranquecimento é uma das mais eficazes e cruéis manifestações do racismo, destacando duas linhas de raciocínio: a primeira é que essa ideologia rouba de um povo a possibilidade da identificação de suas raízes, distanciando-o cada vez mais de sua essência. A outra argumenta que este pensamento exclui a discussão da questão racial, defendendo a ideia de igualdade entre brancos e negros, ao mesmo tempo que coloca o mais claro em um lugar de privilégio.

Neste sentido, Almeida (2018), argumenta sobre como a economia também produz mecanismos de discriminação racial. Analisando o racismo estrutural sob a lente do capitalismo, o autor traz uma discussão pertinente: o mercado age, não de forma involuntária, para reforçar os estereótipos racistas construídos historicamente. Na divisão racial do trabalho, os cargos de menos “prestígio”, com menor requisito intelectual e remuneração não são ocupados por pessoas pretas e pardas ao acaso. Muito pelo contrário, o que Almeida (2018) busca discutir é sobre como o mercado, também por meio da cultura de massa difundida pelos meios abertos de comunicação, faz o imaginário popular acreditar que pessoas negras ganham menos ou ocupam cargos de subalternidade por uma questão cultural. Para o autor, as políticas econômicas reforçam privilégios para grupos raciais dominantes (como citado acima, lê-se pessoas brancas, em função de uma renda erroneamente distribuída ao longo da história) em detrimento das minorias.

Estes privilégios podem ser notados quando se analisa a tributação, por exemplo. Almeida (2018) diz que no Brasil, a tributação ocorre sobre o salário e consumo. Tal fato deixa a tributação mais severa em pessoas pobres e assalariadas, que ganham menos, pagando a mesma taxa de quem ganha mais. Quando na verdade, a tributação deveria ocorrer sob patrimônio e renda, o que faria com que os mais ricos pagassem mais impostos sob seus ganhos. Desta forma, o autor argumenta como esta maneira de tributar favorece o empobrecimento da população, sobretudo mulheres negras que são o grupo que estatisticamente recebem os salários mais baixos.

Outro aspecto também defendido pelo autor é que a economia, além destes aspectos tributários, também manifesta o racismo de maneira subjetiva. A partir das reflexões de Michael Reich, Almeida (2018, pg. 134) lembra que o racismo legitima a “desigualdade, a alienação e a impotência” imprescindíveis para a manutenção de um sistema capitalista. Além disto, ainda nesta linha de raciocínio, o racismo, no prisma econômico, naturaliza a ideia de que pessoas pretas, pardas e indígenas sejam psicologicamente incapazes de romper com os ciclos de pobreza e descaso, então tal pobreza seria um lugar natural para estes grupos. A partir deste

aspecto se perpetua o ciclo de pobreza das minorias em face da manutenção da riqueza dos grupos dominantes.

Muito em razão dos aspectos socioeconômicos, bem como a divisão dos espaços e da construção deficiente de cidadania para as pessoas negras, o racismo também pode se explicitar por meio de práticas que impõem a pretos, pardos e indígenas situações ambientais e climáticas precárias. Uma das práticas é o racismo ambiental. Para Bullard (1996), professor norte-americano e precursor do conceito, analisando o cenário das comunidades negras norte-americanas, o colonialismo mental contemporâneo faz com que os espaços sejam transformados em zonas de descarte e de pobreza, espaços esses predominantemente ocupados por pessoas pretas. Para esses territórios é destinado o indesejável, em contraste com bairros mais ricos (e brancos). Bullard (1996) também explica que diante disso, a qualidade ambiental está sob influência do racismo institucional, que age sob permissões de uso de terra, áreas de proteção ambiental e demais políticas voltadas para essas questões. Desta forma, por definição, racismo ambiental se configura como qualquer ato, política ou posicionamento sobre o meio ambiente que afeta negativamente grupos ou comunidades marcadas pela raça ou pela cor.

Outra conceituação importante é pontuada por Pacheco (2008), no sentido de que o racismo ambiental é um cruzamento de injustiças sociais e ambientais que recai sobre grupos demográficos vulnerabilizados pela segregação espacial. Para a autora, mais do que correlacionadas, as injustiças ambientais e sociais se retroalimentam. Desta forma, sob o viés das desigualdades sociais, Pacheco (2008) esclarece que o racismo, e por consequência o racismo ambiental, é um fenômeno que extrapola o quesito cor, atingindo pessoas marcadas por culturas não euro centradas e marginalizadas, como as comunidades ribeirinhas, nordestinos pobres e as populações tradicionais.

Fato é que as discussões sobre o racismo ambiental surgiram na década de 1980 nos Estados Unidos da América (EUA) como resultado de lutas pelos direitos civis de negros estadunidenses no decênio de 1960. Nesta ocasião, a comunidade negra de *Warren Country*, Carolina do Norte, protagonizou um levante contra a alocação de um depósito de resíduos tóxicos de bifenil-policlorado (PCB) nos arredores da localidade. A *Environmental Protection Agency (EPA)*, entidade de proteção ambiental norte-americana, responsável pela descontaminação deste composto tóxico, retirava a terra contaminada de outras regiões da Carolina do Norte e a depositava no condado negro de *Warren* (Bullard, et al, 2013).

O PCB é um composto artificial formado por aproximadamente 709 substâncias que integram o grupo das dioxinas. Sintetizado na Alemanha em 1800, os PCBs foram inseridos na produção industrial a partir de 1922 na fabricação de transformadores e capacitores para evitar

ocorrência de incêndios e explosões em estações subterrâneas. A substância é utilizada até os dias atuais na confecção de fluidos hidráulicos, isolantes elétricos, tintas, adesivos, entre outros. A contaminação do solo, devido ao descarte incorreto do composto, atinge lençóis freáticos, contaminando rios e mares. Por serem classificados como poluentes orgânicos persistentes (POPs), são altamente tóxicos e permanecem contaminando o solo, por possuírem caráter biocumulativo. O contato com este composto causa danos à saúde como a alteração do metabolismo de lipídeos, elevando a taxa de colesterol e de triglicérides. Está também relacionado a problemas reprodutivos em humanos, primatas, peixes e roedores (Mohr e Costabeber, 2012)

Bullard et al (2013) dizem que, após protestos realizados pela comunidade de Warren, que resultaram na prisão de pessoas envolvidas no crime ambiental, o tema rompeu as fronteiras do condado, levantando o debate da questão a nível nacional. Com a visibilidade do caso, mais denúncias foram feitas e descobriu-se que três quartos dos aterros de resíduos tóxicos nos Estados Unidos estavam localizados em comunidades negras. Lutas e debates em torno do fenômeno, levaram a realização da “I Conferência Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor” (*First National People of Color Environmental Leadership Summit*), sediada em Washington em 1991 que reuniu mais de mil inscritos. Quinze diferentes nacionalidades foram representadas no evento que lançou luz sobre temas relacionados à injustiça ambiental sofrida por etnias específicas.

Em nível global, as questões étnicas em torno do debate ambiental geram vasto material de estudo. Leonard (2011) traz um levantamento sobre os conflitos ambientais estabelecidos entre grandes corporações e países periféricos. Segundo este levantamento, Nigéria, Equador, Haiti, Índia e África do Sul são algumas das localidades nas quais a população enfrenta as consequências de um projeto de desenvolvimento excludente financiado por países hegemônicos. Na Nigéria e no Equador, grandes corporações petrolíferas como a Shell e a Chevron (antiga Texaco) são causadoras de danos graves ao meio ambiente. A Nigéria teve uma de suas regiões mais férteis, a Ogonilândia, devastada pela exploração do petróleo. O povo nativo da localidade, que representa uma minoria étnica, não é reconhecido pela constituição nigeriana e, portanto, não possui direito ao uso dos recursos contidos na terra onde habitam. Após anos em situação de pobreza, crises de saúde pública e devastação ambiental causados pela milionária exploração do petróleo na região, os ogonis se organizaram para reclamarem seus direitos, formando em 1990 o Movimento Pela Sobrevivência do Povo Ogoni (*Mosop*), o que despertou mobilização internacional. A Nigéria vivia sob um regime ditatorial e a Shell mantinha sólidas relações com o governo, pois as atividades da empresa representavam 85% da

receita do país. Segundo Leonard (2012), por pressão e perseguição da Shell, o líder do movimento *Mosop*, Ken-Saro-Wiwa e mais 15 integrantes foram acusados injustamente de crimes de assassinato. Ken foi condenado à força e executado em 10 de novembro de 1995.

No Equador o processo de exploração possui configuração semelhante. Após três décadas de exploração, a Chevron devastou uma região de Floresta Amazônica equivalente a três vezes o tamanho da ilha de Manhattan nos EUA. Ignorando a legislação ambiental, a empresa lançava nas águas resíduos tóxicos e lama de subprodutos da exploração de petróleo. Ainda no país, foram deixados mais de seiscentos poços de dejetos descobertos, sem nenhuma proteção. A exposição causou à população local, sérios problemas de saúde como câncer, doenças no aparelho reprodutivo e doenças congênitas. A população se reuniu para, em uma batalha judicial, exigir que a Chevron corrigisse seus erros e indenizasse a população local. Em 2007, o presidente equatoriano, Rafael Correa, levou a questão à discussão internacional para proteger a região de mais exploração e, apesar de receber apoio à causa de países como a Espanha e a Noruega, o presidente não conseguiu o apoio financeiro necessário para a substituição da atividade da empresa. Cerca de 70% da receita equatoriana vinha da exploração do petróleo (Leonard, 2011).

Em países como Haiti, Índia e África do Sul os conflitos socioambientais são gerados em função da entrada massiva de empresas estrangeiras na economia local, forçando a população a abandonar suas atividades tradicionais nas regiões rurais e trabalhar em funções insalubres e mal remuneradas em centros urbanos. Também passam pela questão do despejo de lixo tóxico misturado nos fertilizantes, lixo este vindo de países como os EUA. Não por acaso, todos estes países têm algo em comum: uma população de maioria preta, parda e / ou indígena (Leonard, 2011).

No Brasil, Herculano e Pacheco (2008) explicam que, antes da discussão sobre racismo ambiental propriamente dito, foi preciso construir pontes que pensassem sobre a relação entre sociedade e meio ambiente no cenário nacional. As autoras argumentam que o território brasileiro é socialmente construído de modo a excluir e cercear todas as pessoas não brancas das oportunidades e dos ambientes saudáveis. Também relacionam o modelo capitalista de desenvolvimento e de consumo aos diversos conflitos ambientais no Brasil. Para as autoras esse modelo de democracia e desenvolvimento brasileiro (inspirado e por vezes incentivado pelos países hegemônicos) fez com que importantes aspectos culturais e ambientais fossem apagados. Ainda nesse sentido, Herculano e Pacheco (2008) explicam que a história brasileira, marcada por um processo de independência frágil, regimes ditatoriais e governos com ideias neoliberais de desenvolvimento, desencadearam o cenário brasileiro de desigualdades socioambientais nos

campos e nas cidades. Para as autoras, a expansão do agronegócio no Cerrado e no Pantanal, a desertificação no sertão nordestino ao longo dos anos de colonização, a utilização de pesticidas nas plantações (que contaminam as fontes de água), os riscos oferecidos pelo estabelecimento de indústrias químicas e energia nuclear no Brasil e a substituição de floresta nativa de Mata Atlântica por plantações de pinheiro para fins comerciais, são alguns exemplos de desenvolvimento atrelado ao consumo e ao capital que impactam negativamente a vida das pessoas, principalmente pobres e não brancas.

Nesse contexto, as autoras demonstram a importância da mobilização das Organizações não Governamentais (ONG), das lideranças comunitárias e das frentes populares para o estabelecimento de iniciativas que pensassem sobre justiça ambiental num contexto de vulnerabilidade. Desta forma, é destacado o pioneirismo do Fórum Brasileiro de ONGs e dos Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMs), pensados como maneiras de levar as discussões sobre as questões ambientais brasileiras para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992. As reuniões do FBOMs foram feitas como reuniões preparatórias para essa conferência e tinham a intenção de levar para a discussão o ponto de vista da sociedade brasileira, em contrapartida às falas colocadas pelo Estado. O fórum tinha representação de sindicatos, indígenas, mulheres negras (e o movimento negro), pessoas afetadas pelo estabelecimento de barragens de hidrelétricas, ribeirinhos, ativistas ambientais, professores e outras diversas representações interessadas na discussão sobre meio ambiente pelo viés social. Uma das grandes contribuições do FBOMs foi colocar como protagonistas da discussão sobre meio ambiente as populações que mais sofrem as consequências da degradação ambiental. Desta forma, a luta pelo meio ambiente passou a levar em conta a democracia e a participação popular (Herculano e Pacheco, 2008).

Com as discussões em avanço e levando em conta as frentes e mobilizações populares contra a degradação ambiental promovida pela exploração da natureza (e fortemente sentida pelos territórios vulnerabilizados), como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e cerca de outros 40 movimentos, foi lançada em 2001 a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) (HERCULANO e PACHECO, 2008). A Rede foi chancelada pelo Ministério do Meio Ambiente no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em Niterói de 24 à 27 de setembro de 2001, e caracteriza injustiça ambiental como

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2023)

A RJBA teve importante papel na luta popular pelo meio ambiente, com divulgação massiva dos temas que giram em torno da injustiça ambiental não só no Brasil, como na América Latina, criando uma agenda política sobre justiça ambiental. Uma das parcerias mais importantes da RJBA foi com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estabelecida no fim dos anos 2000, mediante um acordo de cooperação, que reuniria força técnica e científica para a construção de uma rede de apoio e da construção de base de dados sobre injustiça ambiental no país (HERCULANO e PACHECO). Assim nasceu o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, com a contribuição de dados reunidos pela RBJA e por outras instituições como Universidades Federais (UFRJ, UFMG, UFCE, UFBA, UFMT e UFMS). Segundo a organização do Mapa o objetivo:

[...] não se reduz a listar territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações, mas sim tornar públicas vozes que lutam por justiça ambiental de populações frequentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia. Muitos casos mostram como tais populações são ameaçadas e vítimas de violência quando buscam exercer sua cidadania, ao defenderem seus direitos pela vida, que incluem o território, a saúde, os ecossistemas, a cultura e a construção de uma sociedade mais humana, saudável e democrática. A prática de uma ciência cidadã adotada neste projeto assume uma posição ética solidária com tais populações, reconhecendo que os problemas e conflitos apresentados são complexos e exigem soluções de curto, médio e longo prazo, incluindo mudanças estruturais nos sistemas de produção e consumo das sociedades capitalistas modernas, bem como nas políticas públicas e práticas das organizações; (Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde No Brasil, 2010, s/p).

Considerando os argumentos trazidos até este ponto, discussão a respeito da construção eurocêntrica da sociedade brasileira auxilia no entendimento do porque as populações indígenas, afrodescendentes e tradicionais foram e ainda são marginalizadas, sendo empurradas para a invisibilização e a desvalorização por parte do modelo de desenvolvimento pautado pelo capital. Diante disso, políticas públicas acabam sendo implementadas desconsiderando os altos impactos socioambientais que recaem sobre estas comunidades, prejudicando o exercício pleno de sua cidadania (Porto-Gonçalves, 2013).

Apesar do grande intervalo de tempo entre este fato histórico e a contemporaneidade, o exercício pleno de direitos ainda é intrínseco ao acúmulo de capital. Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015) analisou a situação dos brasileiros entre os anos de 2004 e 2015 e produziu importantes indicadores quanto à raça, gênero e renda

no Brasil. Com o crescimento dos centros urbanos, no início do século XXI, a busca por novas oportunidades nestes centros fomentou o crescimento populacional desordenado e não planejado. Cada vez mais pessoas chegaram nas grandes cidades, sem estrutura e nenhum tipo de planejamento e este fato fez com que os índices de pobreza nas grandes metrópoles crescessem na mesma proporção.

O crescimento da pobreza dado pela assimetria e incompatibilidade de oportunidades e o número de novos habitantes resultou no aumento não só do número de favelas, mas também no número de habitantes das mesmas. Outro fator que faz com que estes espaços precários estejam cada vez mais cheios e adensados é a especulação imobiliária crescente nas grandes cidades, que faz com que as pessoas que não podem pagar por locais cada vez mais estruturados às necessidades básicas da vida cotidiana, migrem para locais mais compatíveis com suas rendas, mesmo que estes não tenham serviços básicos como saneamento ambiental, por exemplo, e as casas estejam em locais que ofereçam riscos de deslizamentos (Ferreira, 2009).

Ainda segundo o autor, dados levantados e divulgados pelo Jornal do Brasil em 2008, mostram que na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, registrou mais de cinquenta e cinco casos mensais de tuberculose, em outras palavras, foram 600 casos para cada 100 mil habitantes. Como parâmetro aceitável, a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera apenas cinco casos por 100 mil habitantes. Estes dados trazem um panorama sobre a situação do morador de favela, sem estruturas e sem assistência do poder público, estas pessoas enfrentam questões sérias relacionadas à saúde pública e ambiental nestas regiões (Busch e Amorim, 2011).

Desta maneira, Almeida e Salib (2017), dizem que o crescimento populacional nas cidades está ocorrendo de maneira desordenada. Com a migração de pessoas da zona rural para a zona urbana em busca de mais oportunidades, estabelece-se o fenômeno da concentração urbana. Ainda de acordo com as autoras, o Brasil nunca se debruçou sobre o planejamento urbano, com marcos que pensassem a ocupação do solo e políticas de urbanização, seguindo o modelo português de ocupação livre do solo. A ocupação desordenada dos espaços desencadeou ao longo dos anos a problemática socioambiental (pautada no racismo) relacionadas a condições subumanas de vida nas cidades. Desta maneira a população marcada pela raça, pela renda e pela cultura é segregada em espaços nos quais o direito à saúde ambiental (Constitucional) é negado. A desigualdade e a injustiça ambiental são historicamente construídas e a segregação relaciona-se como o modo de estabelecimento dos espaços urbanos. Sobre esse aspecto, Tânia Pacheco (2008, p.2) afirma:

No caso das grandes cidades, para onde muitos desses refugiados ambientais são sumariamente deslocados, indígenas, ribeirinhos e outros tantos tendem a desaparecer, muitas vezes escondendo suas origens para poderem se candidatar ao emprego e serem aceitos, enfim. São os negros e – nas regiões Sudeste e Sul – também os nordestinos os que se mantêm “visíveis”. Mas é uma visibilidade indesejável, eivada de preconceitos e, no geral, associada diretamente a um dos problemas centrais das grandes megalópoles: a violência urbana. São precisamente eles que ocupam, na maioria, as favelas, os arredores dos lixões, as periferias marginalizadas, os diferentes locais onde a miséria é a tônica, onde o tráfico impera, onde as milícias e a polícia dão vazão aos seus sadismos, disparando a esmo, humilhando e negando de todas as formas a cidadania.

Na discussão sobre estes diversos territórios, Dos Santos (2018), diz que a divisão territorial das terras das populações quilombolas no Brasil foi elaborada de maneira a excluir a tradição de pertencimento ao local, uma vez que o princípio da oralidade, tão valorizado pelas populações tradicionais, foi ignorado no momento do reconhecimento dessas terras pelo Estado brasileiro. O autor ainda nos conta que os acordos feitos pelo povo dos quilombos eram orais, uma vez que a relação com a terra se dava por meio do cultivo. A terra não pertencia ao povo, mas sim o povo pertencia à terra. A mesma terra na qual se produzia, também oferecia acalanto e descanso.

Ainda de acordo com Dos Santos (2018), a formalização escrita de posse da terra foi algo imposto pelo Estado, de maneira a reconhecê-los como posseiros das terras nas quais eles pertenciam.

Dos Santos (2018) argumenta que:

A partir do momento em que a lei diz que somos posseiros, ela está cumprindo um papel importante para o colonialismo. O colonialismo nomina todas as pessoas que quer dominar. Às vezes fazemos a mesma coisa sem perceber: quando temos um cachorro, por exemplo, damos a ele um nome, mas não um sobrenome. Os colonialistas dão um nome, mas não dão um sobrenome porque o sobrenome é o que expressa o poder. O nome coisifica, o sobrenome empodera. Então, ao nos chamar de posseiros, nos colocaram em uma situação de dominação, obrigando-nos a cumprir os contratos que a nomeação de posseiros nos impunha. (Dos Santos, 2018, p.1)

Neste sentido, boa parte das terras das comunidades tradicionais no país são consideradas espólios, uma vez que não possuem escritura (Dos Santos, 2018). Espólio, no dicionário de Língua Portuguesa, é definido como um aporte de bens ou terras deixados por pessoas falecidas, a serem partilhados por meio de inventário aos herdeiros legais (Dício, 2022).

Contando sobre sua experiência, Dos Santos (2018) explica que, para fazer a escritura das terras para os povos tradicionais, o Estado exige que seja necessário obter um laudo antropológico, mesmo diante do amparo legal que respalda a autodeclaração como quilombola.

Além de um laudo antropológico, é preciso um laudo agrônômico. Dos Santos (2018) também questiona a razão pela qual o Estado exige estes laudos, colocando que seria um artifício para identificar a resistência contra o colonialismo e também argumenta que o conhecimento tradicional desses povos é uma ameaça para o colonialismo, porque o saber é transmitido gratuitamente de forma espontânea e oral, não sendo possível coisificar o saber. Questiona ainda sobre a necessidade dos laudos academicistas necessários para o reconhecimento de sua cultura e tradição.

Ainda neste sentido, indígenas e quilombolas apenas foram reconhecidos como sujeitos de direitos após a Constituição Federal de 1988, em seus Art. 215 ao 232, o que conflui com o que Dos Santos (2018) argumenta sobre a necessidade de o Estado nominar, coisificar e dominar os saberes e a tradição destes povos.

Além dos ataques à cultura e saberes tradicionais dos povos tradicionais e das florestas, o racismo ambiental também ataca o ecossistema desses territórios. O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, traz dados que merecem reflexão. Os agentes que mais fomentam conflitos ambientais exercem poder nas entidades governamentais, na política pública, na legislação ambiental e na atuação do Poder Judiciário e Ministério Público (Fiocruz, 2022). Em suma, os conflitos são gerados justamente por aqueles que deveriam ter como premissa a proteção ambiental e a equidade de direitos. Analisando o mapa, atentando-se às localidades nas quais os conflitos ambientais se dão, é possível constatar que nelas habitam pessoas de baixa, ou sem renda alguma, sem moradia adequada e de maioria preta, parda e indígena. E, apesar de o racismo estrutural se manifestar também na questão do meio ambiente e do clima, há a ausência de iniciativas do ente público que considerem este fato na construção de políticas ambientais.

Diante dos argumentos apresentados, é imprescindível pensar em formas de ser, agir, pensar e produzir conhecimento e políticas públicas que confluem com os saberes e tradições dos povos negros, não brancos e indígenas no contexto urbano brasileiro, pois como argumenta Ascerald (2010), no Brasil, a pauta da justiça ambiental se enquadra em três nichos. O primeiro defende o direito a ambientes com especificidades culturais, tais como comunidades tradicionais ameaçadas pelo crescimento do mercado. O segundo é o que luta contra a segregação socioterritorial e, o terceiro, a desigualdade ambiental promovida pelo mercado.

Como Dos Santos (2018) argumenta, é preciso refletir sobre a contracolônização, principalmente na questão ambiental, cujo os efeitos da emergência climática são mais severos para povos atravessados por marcadores de raça e etnia divergentes do padrão europeu de cidadão merecedor de direitos.

De acordo com Dos Santos (2018):

Contracolonizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar. Uma contracolonização. (Dos Santos, 2018 p. 9).

Neste sentido, é possível afirmar que o racismo ambiental é uma ferramenta que cria a exclusão ambiental de pessoas racializadas. De Abreu (2013) reflete sobre esse aspecto, utilizando o conceito de biopolítica e biopoder de Foucault<sup>4</sup>. A autora diz que questões sobre natalidade, mortalidade, doenças, epidemias, imigração e emigração, racismo, xenofobia, habitação, saúde pública e assistência estão dentro do campo da biopolítica e são decisivas no momento da tomada de decisões nos governos. Desta maneira a vida humana se tornou moeda de troca nas complicadas vias do poder soberano das nações. Frente a estes argumentos e tomando em consideração as questões levantadas até então, pode-se perceber que o racismo é um fenômeno que implica nas decisões políticas sobre os territórios, estabelecendo quem habita onde, por quanto tempo e de que forma. Ambientes saudáveis são e foram construídos com base na divisão racial dos espaços.

Segundo De Abreu (2013) no cenário biopolítico excludente, principalmente naqueles formadores de grupos segregados pelo racismo ambiental (negros, indígenas, nordestinos pobres, ribeirinhos, etc.), o estado de exceção foi estabelecimento de forma permanente. Com isso a “decisão biopolítica de retirar a humanidade de alguém ou de um grupo de indivíduos e de, portanto, torná-lo matável, excluído, outsider é do poder soberano. O limite entre vida e morte, entre inclusão e exclusão, entre cidadãos e subcidadãos é uma expressão da soberania” (De Abreu, 2013, p. 94). No Brasil, o racismo ambiental é a expressão perversa do biopoder no meio ambiente, uma vez que cria o que a autora chama de *outsiders* ambientais ou os subcidadãos.

---

<sup>4</sup> Foucault argumenta que biopoder é o “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008, p. 3). Biopolítica seria, desta maneira, a gestão da vida humana, quando o ato de viver está dentro do escopo das decisões políticas. A decisão a respeito do curso da vida humana, neste sentido perpassa pelo biopoder.

### *1.3 Direito à Cidade e a racialização dos espaços urbanos: racismo ambiental como negação de direitos dentro da lógica do desenvolvimento*

Neste capítulo será feita a interpretação do conceito de Direito à Cidade, sob a ótica de Henry Lefebvre<sup>5</sup>, sem a pretensão de esgotar todas as vertentes que o pensamento do filósofo francês pode trazer para pensar sobre os espaços da cidade na atualidade. A intenção é discutir sobre como esse conceito pode ser utilizado para explicar, ou ao menos refletir, sobre a racialização dos espaços na cidade, que nega direitos aos que são racializados. Pretende-se analisar ainda sobre como o direito à cidade se opõe à ideia de desenvolvimento (dentro do escopo do capital), que coloca a natureza como recurso a ser explorado, não considerando os danos que são impressos às populações vulnerabilizadas. De maneira geral, o objetivo é interpor racismo ambiental e a noção de desenvolvimento como impedidores do pleno exercício do direito à cidade.

Antes de tudo, porém, é preciso apresentar o conceito de direito à cidade pensado por Lefebvre. No livro “O Direito à Cidade” analisa a construção social do espaço urbano, partindo do princípio de que o desenvolvimento desse espaço pode ser distinto do desenvolvimento pautado no capitalismo. De antemão, o autor faz chamamento ao despertar da consciência sobre a construção dos espaços, e avisa sobre a intensidade das reflexões. O cenário no qual a obra foi escrita era a Paris de 1960, atravessando profundas transformações sociais e urbanísticas. É importante destacar que o autor utiliza o marcador de classe para realizar suas análises, não adentrando em outros marcadores sociais como gênero, raça e origem, por exemplo. Sendo assim, a interpretação realizada neste capítulo irá considerar um conjunto de marcadores, sendo os principais o de raça, classe e origem, uma vez que, como destaca Pacheco (2008), racismo, e por consequência seus desdobramentos, vai muito além da cor da pele.

Dando sequência, o autor apresenta transformações sofridas pelas cidades modernas com destaque para a industrialização e a urbanização, características da sociedade moderna. Essas transformações levaram ao conceito de vida urbana, onde Lefebvre (2001) define como uma vida de encontros, confrontos e divergências que moldam a cidade. Desta forma, a cidade tem a essência de habitat, ou seja, de vida em comunidade, mesmo também sendo lugar de

---

<sup>5</sup> Henri Lefebvre (1901-1991) foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em Filosofia em 1920. Realizou estudos referentes ao espaço urbano, escrevendo obras importantes como O direito à cidade, em 1969 onde o autor analisa a influência do sistema econômico capitalista no espaço urbano, com base na necessidade do poder industrial "modelar" a cidade de acordo com os seus interesses, não excluindo a influência de outros agentes sociais.

conflitos diversos. Em contrapartida à sociedade urbana, na sociedade capitalista pautada no consumo como pilar social, o sentido de habitat e vida comunitária se esvazia, pois há aqui a separação por classes, imprimindo ao proletariado o afastamento da cidade e de sua essência criadora (Lefebvre, 2001).

Para o filósofo, a cidade se transforma pelos “processos globais’ relativamente contínuos” e pelas “modificações profundas no modo de produção, nas relações ‘cidade-campo’ nas relações de classe e de propriedade” (Lefebvre, 2001, p.58). Neste sentido, o autor diz que a cidade está atrelada à política (no sentido de posicionamentos e tensões exercidas pelas contradições e pelos encontros), onde a vida política se estabelece, fomentando projetos utópicos de cidade.

Dentro da noção de vida política, os movimentos urbanos e de luta de classes intensificam o sentimento de pertencimento à cidade e a vida comunitária não impede que a luta aconteça (retoma-se a noção de conflitos e convergência típica do espaço urbano, onde os confrontos políticos acontecem). Descrevendo a forma como se deu a expulsão do proletariado do centro urbano e da cidade, e diante disso a ocupação da burguesia francesa nesse local de centralidade impedindo o estabelecimento do que o autor chama de democracia urbana, Lefebvre destaca que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefebvre, 2001, p.22). Ou seja, na cidade em sua essência contraditória, não poderia caber projetos padronizadores que retiram o caráter político dos conflitos urbanos, esvaziando o potencial criador da cidade (Lefebvre, 2001). Dentro desse raciocínio, o agir político torna o impossível uma possibilidade no futuro, de forma a atender as necessidades de mudança inerentes à sociedade urbana. Desta forma: “o homem da sociedade urbana já é um homem rico em necessidades” (Lefebvre, 2001, p. 124).

Neste sentido, o autor ainda destaca as necessidades individuais como marca do consumo, contudo aborda necessidades de cunho antropológico, que se complementam e opõem, como a necessidade de união e de separação. Sobre as necessidades urbanas, Lefebvre questiona se tais necessidades estariam fadadas a se realizarem apenas em espaços onde as interações fossem comandadas pelo valor de troca, em função do comércio e do lucro.

Tal fato traz o entendimento sobre um ponto chave dentro do conceito de direito à cidade. Para o autor há um contraponto imposto pelo capitalismo, entre o valor de uso (como na cidade antiga) e o valor de troca da cidade. O valor de uso está ligado à vida urbana, com potencial criativo, unificador e divergente ao mesmo tempo, que traz a essência da vida na construção dos espaços urbanos. O valor de troca está relacionado à mercantilização da cidade,

onde os espaços urbanos são comprados e vendidos, os lugares e os bens são apenas consumidos à disposição do capital. A cidade moderna é onde ocorre intensa exploração, intensificação e organização da sociedade, que se estende para além da classe trabalhadora (Lefebvre, 2001).

Lefebvre (2001) destaca a impossibilidade da reconstrução da cidade antiga, onde o sentido de habitat era vivo. Para ele existe apenas a vida da construção de uma nova cidade, contanto que sua base seja em uma nova sociedade que supere a maneira como o capitalismo a organizou. Sendo assim, o direito à cidade não é rota de retorno às cidades tradicionais (como retorno à cidade antiga), mas sim é o exercício da vida urbana renovada. Uma sociedade estabelecida sobre outros pilares, como o direito à liberdade, a individualidade dentro da coletividade, direito ao habitat e ao habitar, a participar da construção dos espaços, bem como de ocupar o que foi construído. Direito à cidade está ligado aos desejos daqueles que de alguma forma ocupam a cidade e nela moram, trabalham, sobrevivem e produzem, pelos processos de participação e experimentação dentro da cidade e que de certa forma, constroem futuros para o espaço urbano.

Retomando a discussão a respeito da cidade enquanto espaço de troca (valor de troca da cidade), entende-se que a troca é imposta pelo capital em prol do desenvolvimento econômico dos espaços urbanos. Neste sentido, Coelho e Cunha (2020) argumentam que o centro da proposta da economia do desenvolvimento baseia-se no pressuposto de que crescimento econômico poderia, sozinho, sanar as questões de pobreza e injustiça social. Esse entendimento criou uma noção equivocada de desenvolvimento, excluindo da discussão o bem-estar humano. Desta forma, criou-se, principalmente no fim do século XX, o vínculo intrínseco entre desenvolvimento e a maneira de crescimento linear e predatória do capitalismo. O crescimento essencialmente econômico, que enxerga a natureza como recurso a ser explorado para fins de lucro, se tornou o pilar da vida urbana ocidental.

Santos, Da Silva e Da Silva (2022) relatam que o modo de produção capitalista é fator decisivo na degradação da natureza e da vida em sociedade, uma vez que tem como característica primordial a acumulação de capital predatória. Neste sentido, perpetua a exploração da natureza e da força de trabalho para fins de produção e lucro, ignorando os danos socioambientais e à vida humana. Essa lógica impõe o acúmulo no presente, em detrimento do futuro, ainda subjugando a força de trabalho de homens e mulheres ao excesso extenuante, principalmente nos países periféricos. As consequências dessa lógica de desenvolvimento desigual e imperialista recaem sobre os países periféricos, esses países, não coincidentemente, possuem vasta e rica diversidade natural como fertilidade na terra, minérios abundantes e

grande coleção hídrica. Toda essa diversidade está à venda dentro da lógica do desenvolvimento pautado no capital, uma vez que o meio natural é visto como recurso a ser expropriado.

Coelho e Cunha (2020) criticam essa noção de desenvolvimento, uma vez que ela serve de motor que movimenta a apropriação dos espaços “livres”, em detrimento de outras formas de viver e estar na natureza. Trazendo os argumentos de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder<sup>6</sup>, que é um dos fatores estruturantes do poder capitalista, as autoras então trazem o conceito de colonialidade do desenvolvimento. A colonialidade do desenvolvimento baseia-se na divisão racial da população como alicerce do padrão de poder, se inserindo em todas as dimensões de existência cotidiana na sociedade. Desta forma, o progresso do sistema capitalista por meio da colonização e da globalização precisam da dicotomia entre centro/periferia e norte/sul global. “O que significa dizer que, ao mesmo tempo em que na busca de novos mercados e matérias-primas o capitalismo se expande provocando uma homogeneização, ele também acentua as diferenças” (Coelho e Cunha, 2020. pg. 541).

Existe ainda a noção de desenvolvimento sustentável, trazido em resposta ao alarme estabelecido pela ciência a respeito do colapso global em função da expropriação natural. Esse conceito foi criado nas décadas de 1980 e 1990, onde defendia-se a lógica do crescimento zero como resposta ao colapso. Contudo, o conceito não foi aceito pelo sistema capitalista, pois dentro desse escopo, não há espaço para a pausa necessária para o equilíbrio natural. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável atrelado à conservação da natureza (ainda dentro da matriz capitalista) foi o método encontrado para aproximar o ambientalismo e o desenvolvimento econômico (Coelho E Cunha, 2020). Entretanto, o advento desse conceito não foi suficiente para que novas frentes ambientais surgissem em combate à assimetria dos danos ambientais dentro da globalização. O ambientalismo tornou-se a frente de resistência dos povos do sul global diante dessa assimetria, mediante o surgimento das lutas por justiça ambiental. O desenvolvimento sustentável nos moldes do capitalismo fez com que as fronteiras da degradação ambiental fossem transferidas dos países hegemônicos para os países do sul global, confirmando o caráter colonial da noção de desenvolvimento (Porto-Gonçalves, 2012).

Essa transição de fronteiras alarga ainda mais a divisão virtual existente entre o campo e a cidade e o rural e o urbano. De maneira geral, a prática extrativista opera longe dos centros urbanos, em regiões consideradas miseráveis, atrasadas e com economia atrasada, sendo a única

---

<sup>6</sup>Aníbal Quijano, sociólogo e pensador humanista peruano, argumenta que colonialidade é a razão pela qual a economia e a política mantêm o poder destrutivo do colonialismo. O autor aponta que colonialidade e mecanismo de poder estão profundamente relacionados e que a divisão social de classes, originada na América e difundida pelo mundo, fundamenta a lógica de mercado da estrutura do poder

fonte de riqueza e possível progresso os recursos a serem explorados pelo extrativismo (Svampa, 2016 *apud* Coelho e Cunha, 2020). O tensionamento extrativista é racializado, uma vez que é exercido em territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos e tantas outras populações que estão distantes do padrão europeu de cultura, economia e aparência. Cunha e Coelho (2020) argumentam que esses territórios não são classificados nem como urbanos e nem como rurais, muitas vezes ocupando a intersecção entre esses territórios, contudo para as autoras os conflitos socioambientais são mais classificados como um problema do campo ou da ruralidade, fazendo com que as populações vulnerabilizadas sejam invisibilizadas no contexto urbano, principalmente com relação aos seus territórios.

Cabe aqui ressaltar a construção dessa divisão estabelecida entre rural e urbano debatida por Lefebvre (2001). A partir da teoria marxista de desenvolvimento histórico, o filósofo diz que a caracterização de campo e cidade/ rural e urbano se deu a partir da divisão do trabalho. Existe para o autor uma relação de dominação (de poder político, econômico e cultural) por parte do urbano sobre o campo, uma vez que no urbano o capitalismo exerce um papel mais dinâmico. Contudo, Lefebvre resalta que as distinções entre esses dois aspectos da cidade (que é anterior ao urbano e ao rural) provavelmente deixarão de existir em função da aniquilação da vida agrária e camponesa, sobrando espaço apenas para o cotidiano dinâmico e uniformizante na sociedade urbana, ou seja “urbanização completa da sociedade” (Lefebvre, 2001, pg. 13), muito em função do capital. O campo/rural é o lugar do trabalho físico e material, enquanto a cidade/urbano é o local da subjetividade, da política e da ciência.

Essa divisão simbólica, definida por argumentos e dinâmicas sobre a construção social dos espaços, criam o antagonismo entre cidade/urbano e campo/rural que, inclusive, é adotado no estabelecimento de intervenções, investimentos e regulamentações sobre o território. Essa dinâmica define quem são os sujeitos aceitos na modernidade e no avanço da cidade, separando aqueles considerados atrasados e não civilizados, fadados à miséria. Por sua vez, o contexto urbano, considerado pelo pensamento lefebvriano, a partir da teoria da divisão do trabalho, o lugar da modernidade, da ciência e foco do capital, arquiteta, por meio do desenvolvimento, a realidade do subdesenvolvimento. Um exemplo são as favelas, onde a dinâmica da divisão entre o campo/cidade e rural/ urbano se transfigura. Nesses territórios há o entrelaçamento entre a autoconstrução, as formas de viver a cidade (ruralidade da cidade) e dos sujeitos, racializados historicamente, que define os acessos e a falta deles, tudo em favor do “desenvolvimento urbano” (Coelho e Cunha, pg. 545). O racismo é uma engrenagem imprescindível para o antagonismo dos territórios dentro do contexto urbano.

Neste sentido, a racialização dos espaços acontece em função da tensão exercida pelo racismo entre os grupos étnicos. As fronteiras ocultas estabelecidas (como na divisão do trabalho, explicada por Lefebvre, que classificam rural e urbano) são a força motriz desse tensionamento, uma vez que gerenciam a ocupação dos espaços. Quando um sujeito membro de um grupo étnico específico cruza o território de outro grupo, mesmo que a fronteira seja simbólica, há aí o estabelecimento do conflito. No contexto urbano, uma pessoa negra que transita em espaços ocupados por brancos, pode gerar conflitos apenas por decidir ocupar um território que não foi socialmente destinado a ela (Filgueira, 2021).

Frente ao exposto, cabe relacionar as desigualdades de acesso ao meio ambiente com o racismo ambiental, uma vez que racismo é uma ideologia estrutural que molda as relações socioespaciais. Diante da negação de acesso aos espaços, cabe ainda caracterizar o racismo ambiental como uma negação de direitos sociais e por sua vez, a negação da cidadania (entendida como acesso aos direitos civis políticos e sociais<sup>7</sup>). De acordo com a definição de racismo ambiental difundida nas pesquisas sobre o tema, Filgueira (2021) argumenta que o acesso restrito de grupos subalternizados (negros, pobres, indígenas, populações tradicionais, entre outras) aos direitos sociais (moradia, trabalho, educação, saúde, assistência) faz com que o racismo ambiental opere como a negação desses direitos à essas pessoas, o que se reflete nos territórios ocupados por elas. Dessa maneira, a cidadania plena de acesso irrestrito aos três direitos expostos não foi estabelecida a esses indivíduos, uma vez que o campo dos direitos sociais ainda não foi garantido. Neste sentido, a negação da cidadania recai sobre grupos marginalizados historicamente em virtude dos traços fenotípicos (identificados pela presença de melanina), regionais e culturais. Essa questão é fator determinante na divisão racial dos espaços urbano e rural (Filgueira, 2021).

Uma percepção prática da interferência da desigualdade social e do racismo ambiental no direito à cidade é trazido por Gillam e Carlos (2019). Ao analisar os conflitos ambientais vivenciados na Vila dos Pescadores, favela litorânea de Cubatão/SP, os autores olham para a negação de direitos sociais pela ótica do bem-estar comunitário. Ao descrever o cotidiano precário dessa favela, Gillam e Carlos (2019) explicam sobre como a ausência do estado, a racialização dos espaços da cidade e o processo de gentrificação podem reduzir as

---

<sup>7</sup>Segundo Nicola Matteucci (2000), a cidadania é exercida pelo acesso aos direitos civis (os direitos-garantia, individuais de liberdade econômica e pessoal, religião, reunião, etc), aos direitos políticos (direitos eleitorais, à vinculação partidária) e aos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, moradia, assistência).  
Fonte: Direitos Humanos. In.: Dicionário de Política. [Vol. 1]. Tradução de Carmem Varrialle, Gaetano Mônaco, João Ferreira, Luís Cacais e Renzo Dini. Brasília: UnB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

oportunidades de crescimento e superação das adversidades dentro das favelas. É possível perceber novamente, a hierarquização dos espaços a partir da divisão do trabalho, trazida por Lefebvre (2001) para ilustrar a dicotomia entre urbano e rural e, adequando a reflexão à contemporaneidade, a questão do subdesenvolvimento urbano e a criação das favelas (ruralização do urbano), quando os autores relatam sobre como os trabalhadores da Vila dos Pescadores são mão de obra barata para a elite da cidade de Cubatão. A favela está reduzida à mão de obra barata, à precariedade socioespacial e ambiental, fatores que influenciam diretamente no bem-estar relacional e comunitário do local (Gillam e Carlos, 2019).

Neste sentido, outro trabalho pode ser citado para contextualização da negação de direitos sociais exercida pelo racismo ambiental, bem como para desenhar os contornos da noção de desenvolvimento dentro do capitalismo (onde Lefebvre também articula com a noção de troca e uso / obra e produto). Melo e Barzano (2021) realizaram uma imersão da comunidade quilombola de Barreiros do Itaguaçu, em Itaguaçu da Bahia/BA.

A comunidade vive às margens do Rio Verde, importante curso d'água que fundamenta a sobrevivência do território. Para além de garantir a sobrevivência da comunidade, o Rio Verde faz parte da história e da memória do quilombo, e os autores evidenciam a relação de pertencimento e afeto dos moradores para com a região. Contudo, os moradores se veem encurralados pela expropriação da natureza em prol do desenvolvimento (econômico) da cidade. A construção de barragens ao longo do rio (para fins comerciais), bem como o fechamento de alguns trechos para uso particular dentro de condomínios, reduz drasticamente o volume de água que chega até a comunidade, localizada nos pontos mais baixos do curso. Neste sentido, percebe-se como o alicerce racista no âmbito da modernidade, da colonialidade e do capitalismo, conflui com os primórdios da degradação do meio ambiente e da desigualdade social que acometem indígenas e tradicionais (Melo e Barzano, 2021).

Melo e Barzano ainda refletem sobre como as intervenções comerciais no curso do Rio Verde, o agronegócio e a especulação imobiliária contribuem para a propagação do racismo ambiental e o encurralamento de populações racializadas para zonas de precariedade. Barreiros de Itaguaçu possui o reconhecimento de comunidade quilombola cedido pela Fundação Palmares desde 2004, mesmo assim os moradores ainda aguardam a demarcação do seu território e a regularização fundiária pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Diante do exposto, as correlações entre racismo ambiental e perda de direitos sociais é um importante ponto para que se possa compreender as extensões e desdobramentos desse fenômeno nas cidades.

Já em São Paulo, Morato, Machado e Martines (2018) realizaram um mapeamento de injustiça ambiental e racismo ambiental na bacia do córrego do Morro do “S”, que mensurou aspectos como renda, saneamento ambiental, arborização e mobilidade. A pesquisa demonstrou por meio de dados quantificáveis a disparidade entre a região do Morro do “S” e os bairros adjacentes. Nos bairros vizinhos ao morro, considerados mais centrais e com maioria de pessoas brancas, o índice de justiça ambiental (considerando os fatores citados acima) era mais alto do que nos espaços ocupados por pessoas não brancas. Ou seja, quanto mais brancos os bairros, mais qualidade ambiental, ao passo que os espaços mais precários e desassistidos são ocupados por pessoas racializadas.

Diante dos argumentos apresentados, algumas reflexões podem ser pontuadas. Uma delas é sobre como a noção de desenvolvimento difundida pelo capitalismo é categoricamente contrária à noção de desenvolvimento integral da cidade e da sociedade defendida por Lefebvre. O capital, a reprodução, a produção, a divisão racial do trabalho, a racialização dos espaços impede que a cidade seja democraticamente vivida e experimentada, usada. Outro aspecto é o caráter restritivo do racismo ambiental para o acesso à direitos sociais (moradia, mobilidade, assistência, saúde, educação), portanto, relacionando as reflexões do filósofo francês à atualidade, racismo ambiental impede o direito à cidade, uma vez que pessoas racializadas não acessam a plenitude dos ambientes ao seu redor. Isso influencia ainda no pertencimento que esse grupo constrói sob os espaços. São criados ambientes nos quais pessoas não brancas não pertencem, e desta forma, por não pertencerem, não o ocupam. Ou ocupam em condições de subalternidade, trocando seu tempo de vida pelo serviço prestado nos ambientes da cidade (o valor de troca).

#### *1.4 Racismo Ambiental e a Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social*

Considerando esta pesquisa um estudo interdisciplinar dentro do campo da psicossociologia de comunidades e da ecologia social, cabem algumas linhas sobre o estabelecimento dessa ciência senti pensante. A intenção é tecer redes que conectem o fenômeno do racismo ambiental às rotas traçadas pela pesquisa com comunidades propostas por essa psicossociologia. Para tal, é pertinente seguir este tópico a partir dos seguintes questionamentos: o que discute o campo da psicossociologia? Como as lutas comunitárias e os enfrentamentos das minorias políticas se cruzam com esse campo de estudo? Qual a importância do debate sobre meio ambiente e racismo para a produção de conhecimento na psicossociologia de comunidades e ecologia social?

Takeiti et al (2021), explicam que a psicossociologia surgiu no continente europeu a partir de estudos de psicologia social e com influência de estudos sociológicos com dinâmicas coletivas. Apesar de a América Latina ter se referenciado em bases europeias, é necessário destacar o peso da psicologia social crítica que ganhou força com a crise da psicologia social e da Reforma Psiquiátrica nas décadas de 1960 e 1970. A construção histórica desse campo se constituiu na América Latina enquanto Psicologia Sócio-Histórica (de Silva Lane - PUC/SP) e Psicologia Comunitária Latino-Americana, de Fals Borda e Maritza Monteiro. Ainda segundo Takeiti et al (2021), essa revolução dentro desse campo de conhecimento contou com as abordagens críticas de cunho popular, tal qual a Pedagogia Crítica de Paulo Freire e a Pesquisa Ação-Participante de Orlando Fals Borda, cedendo à psicossociologia o seu caráter de conhecimento interdisciplinar.

Neste sentido, a psicossociologia vem sendo construída mediante produções autorais como campo de conhecimento interdisciplinar e transdisciplinar na grande área das Ciências Sociais e Humanas. A convergência de saberes e de tecnologias, dentro do campo da psicossociologia de comunidades, retoma o contato com os problemas contextualizados nas experiências e no cotidiano dos países da América Latina. Para Takeiti et al (2021) a psicossociologia: “também assume o estudo das relações coloniais desde uma perspectiva contra hegemônica. Interrogar a psicossociologia nos exige movimentações contra hegemônicas” (Takeiti et al, 2021 pg.2).

De Castro Fiuza, Costa e Loureiro (2018) argumentam que a psicossociologia promove a integração do sujeito e do objeto a partir da abordagem distintiva e integrativa. É um campo de conhecimento que se propõe a compreender o cotidiano, dialogando com as dimensões individual e macrossocial. Em complemento, Nasciutti (1996) reflete que a psicossociologia busca discutir as relações do indivíduo com o social, analisando as nuances psíquicas e sociais impressas nessas relações, a forma como elas se fundamentam e as falhas de interação que perpassam o indivíduo. Cada indivíduo é um ator social e autônomo (mesmo que parcialmente), com liberdade de ação em um âmbito social que o antecede, lhe designando um lugar atravessado pela cultura, e pela subjetividade. Para o autor:

O campo da Psicossociologia é o dos grupos, das instituições, dos "conjuntos concretos" nos quais o indivíduo se encontra e que mediatiza sua vida pessoal e a coletividade. **Trata-se do estudo do desejo do sujeito e da vontade dos atores sociais modificando (agindo sobre) um mundo que os modifica e sobre eles age; trata-se ainda da reconstrução de uma realidade psíquica e histórica, cuja consciência, questionamento e interpretação podem produzir um sentido novo.** Perceber as dimensões essenciais dos problemas, dos conflitos, dos processos de idealização e de alienação, dos investimentos pessoais, pode ser um caminho para a

transformação da ação individual e coletiva, da vontade de inovar e de buscar um prazer mais legítimo para cada um (Nasciutti, 1996, p. 54 grifo nosso).

Camargo et al., (2021) refletem a respeito das influências teórico metodológicas que construíram a psicossociologia (principalmente na América Latina). Para os autores, é de fato um campo interdisciplinar que reúne cosmovisões da Educação, da Psicologia e da Sociologia, dentro de uma abordagem ético-política. Essa confluência tem como compromisso fortalecer as lutas populares dos países do sul global, enaltecendo as tecnologias comunitárias e a busca por liberdade, tendo como premissa uma postura “crítica, histórica e política, visando a transformação social” (Camargo et al., 2021, pg. 17).

Aqui, o conceito de transformação se dá por meio da participação social postulada em Paulo Freire, quando o educador propôs abordagens participantes na construção da Pedagogia Libertadora e Conscientizadora. Há ainda a convergência com os estudos de Maritza Monteiro, que propõe uma psicologia que seja também libertadora, bem como as produções de Maria Inácia D’Ávila Neto que provocaram que a psicossociologia fosse comprometida politicamente e, por fim, nas reflexões de Fals Borda sobre a proposta da pesquisa participante (uma pesquisa com comunidades), onde o conhecimento da práxis é construído em busca do poder popular. Neste sentido, a transformação social é aquela que promove novas formas de organização social e de justiça nas civilizações latino-americanas (Camargo *et al.*, 2021).

Por sua vez, a Ecologia Social segundo os argumentos de Carvalho (2005) surge como uma importante ferramenta para a elaboração de pesquisas e debates a respeito das diversas nuances da interação entre humano e natureza. Essa interação reúne aspectos híbridos de diferentes esferas, dentro do campo social, político, cultural e econômico. Aspectos esses que são precursores do que se chama de civilização, abordando tensionamentos entre humanos e meio ambiente, regido pelo ideal de progresso e da abordagem capitalista de desenvolvimento. Para o desenvolvimento desse campo de conhecimento, foi preciso a atuação de “espíritos livres” (e aqui o autor cita Nietzsche), que fossem capazes de enfrentar os pilares obscuros do “cientificismo radical e do economicismo vigente” no século XX. Esse enfrentamento desenvolveu métodos próprios e críticos para a promoção de novos caminhos para a relação entre a humanidade e a natureza (Carvalho, 2005).

Neste sentido, Carvalho (2005) revela que diferentes frentes epistemológicas se unem para se debruçar sobre o “paradigma ecológico” da atualidade (que reflete a crise entre humano e natureza). Essas correntes de pensamento, dentro de suas respectivas temporalidades, contribuíram para o estabelecimento da Ecologia Social enquanto campo de conhecimento

social e acadêmico. Desta maneira frentes como a Ecologia Profunda<sup>8</sup>, o Ecofeminismo<sup>9</sup> e o Ecosocialismo<sup>10</sup> convergiram para apontar criticamente as falhas no projeto de desenvolvimento na lógica capitalista, bem como reagir às suas consequências negativas para a vida. Essas abordagens tiveram influência para o estabelecimento do que o autor chama de corpus da Ecologia Social e é preciso enfatizar que cada uma dessas correntes é influenciada por diferentes vivências que convergem para romper com estruturas obsoletas, repensando epistemologias e construindo novos paradigmas sobre a questão ambiental.

Neste sentido, toma-se como exemplo a compreensão da Ecologia Social como convergência e confluência de frentes de enfrentamento à degradação ambiental e de suas consequências sociais, postulada pelo Programa EICOS (Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social), do Instituto de Psicologia da UFRJ. O programa construiu uma abordagem que uniu as discussões do campo da Ecologia Social e da Psicossociologia, num escopo de ação e intervenção comunitárias. Neste sentido, Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social define-se como:

O estudo dos grupos humanos em interação com o meio em que vivem, sendo esta interação determinante da identidade e das formas de atuação desses grupos humanos em seu meio. Logo, interessam-lhe os estudos de comunidades, populações e grupamentos humanos levando-se em consideração, principalmente, a dimensão cultural como organizadora da dinâmica destes grupos ([www.eicos.psych.ufrj.br](http://www.eicos.psych.ufrj.br)).

Desta maneira, segundo Carvalho (2005) há um entendimento de que a Ecologia Social não se debruça apenas no relacionamento de grupos humanos com o meio ambiente, mas sim com as maneiras distintas que essa relação interfere na identidade desses grupamentos,

---

<sup>8</sup> Conceito difundido pelo filósofo norueguês Arne Naess, nos anos de 1970 e que, em linhas gerais, preocupa-se com o estabelecimento de bases filosóficas e místicas numa abordagem ecológico radical. Essas bases estabelecem a integração da natureza como premissa para um projeto de existência humana. Sua principal crítica baseia-se no enfrentamento da ecologia definida por Naess como “superficial” ou “rasa”, na qual o ambiente deve ser preservado apenas em função de seu valor para o ser humano. O humano aqui deveria se desvencilhar do antropocentrismo e se colocar de fato como parte do meio natural, conectando à natureza espiritualmente, construindo o “Eu Ecológico”. Existem pensamentos críticos a essa abordagem radical que coloca a natureza como fonte de todo e todo o mal é promovido pela ação humana nos espaços, o que caracterizaria essa abordagem como um fundamentalismo naturalista (CARVALHO, 2005)

<sup>9</sup> Também criada na década de 1970, pela pensadora francesa Françoise d'Eaubonne, essa abordagem baseia-se em no pensamento feminista/ambientalista e aborda os mecanismos de dominação do patriarcado sobre os corpos femininos no mesmo patamar da ânsia desse sistema pela dominação da natureza, dentro do escopo do abuso, do desrespeito e da exploração. Há neste movimento diferentes frentes como o ecofeminismo construtivista, o espiritualista e o clássico, que convergem na finalidade de estabelecer a relação entre a dominação, subjugação de mulheres e da natureza e a dominação patriarcal (CARVALHO, 2005, Capra, 1998; Ferry, 1994).

<sup>10</sup> Essa corrente baseia-se na premissa de incompatibilidade entre capitalismo e preservação ambiental, onde apenas o socialismo seria a alternativa para a sustentabilidade. Para o Ecosocialismo, o ambiente não pertence ao indivíduo ou empresa ou até a uma espécie. É uma linha de pensamento construída a partir das experiências de grupos diversos, que procura articular fundamentos do socialismo de Marx ao desenvolvimento da ecologia crítica para o estabelecimento de uma nova civilização.

influenciando na organização da sociedade. No que se refere a isso, a cultura e a identidade coletivas são foco dos estudos ecológicos, ultrapassando abordagens deterministas. Para Carvalho (2005, pg. 54), esse campo de conhecimento “insiste na compreensão do meio ambiente simultaneamente como resultado das atividades humanas no meio e agente transformador destas, assumindo, portanto, um comportamento passivo ou ativo em função da complexidade da dinâmica psicossocial em jogo”.

Mas afinal, como correlacionar as questões ambientais das últimas décadas, dentro da discussão sobre justiça climática e racismo ambiental, ao campo da psicossociologia de comunidades e da ecologia social? Qual a importância da discussão sobre meio ambiente e raça dentro desse campo de conhecimento? Considerando os argumentos trazidos até aqui, é possível perceber a associação de diversas frentes populares na construção teórico-metodológica da Psicossociologia e da Ecologia Social. Como bem salientam Pacheco e Herculano (2008), a construção do conceito e dos estudos sobre (in)justiça ambiental foram, e são, fundamentados na prática comunitária, que reúne e pensa novas possibilidades diante das dificuldades impostas pela degradação ambiental desproporcional que atingem seus territórios. Bullard et al. (2013) também destaca o estabelecimento do conceito do racismo ambiental como uma problemática social, onde ecologia e o ambientalismo são inseridos nas discussões de territórios racializados. O estabelecimento do conceito, bem como dos seus desdobramentos tiveram como pedra angular a construção comunitária e o levante popular contra a gama de ataques ambientais sofridos pelas comunidades negras nos EUA. Pacheco (2008), Leonard (2012), Porto-Gonçalves (2012) também destacam, a dinâmica do racismo ambiental na temporalidade e nos territórios geográficos (e simbólicos<sup>11</sup>) de países não hegemônicos.

Essas confluências de construção coletiva, comunitária, que pensam e vivem seus ambientes de forma a respeitar a coletividade e a subjetividade como forma de enfrentamento aos ataques a elas direcionados, revelam a importância do estudo sobre racismo e justiça ambiental sob lente da Psicossociologia de Comunidades e da Ecologia Social. Tomando como exemplo as abordagens de Maritza Montero (2016), é possível enxergar o engrandecimento do trabalho psicossocial comunitário como ferramenta de combate à exclusão social. A afirmação das identidades culturais diversas age como um chamariz à transformação social das comunidades (Camargo et al, 2021).

---

<sup>11</sup>Nessa abordagem sobre o território, destaca-se a valorização simbólica/significativa/cultural com relação ao espaço. Essa abordagem é relacionada ao valor de uso do local, pela experiência, pelo cotidiano e pela subjetividade. A relação positiva com o espaço ganha caráter de realidade tais quais as relações de poder abstratas. (Silva, 2009).

Neste sentido, De Castro Fiuza, Costa e Loureiro (2018), destacam a relevância das produções de conhecimento no campo socioambiental que estejam atentas à diversidade sociocultural, às subjetividades e representações existentes. Essa percepção precisa promover uma abordagem analítica que tenha habilidade de fomentar políticas ambientais que sejam efetivas e legitimamente democráticas. Neste sentido, sendo o racismo ambiental um desdobramento do racismo e sendo o racismo um fenômeno socialmente colocado, é possível refletir que a abordagem psico-socioambiental, discutida por De Castro Fiuza, Costa e Loureiro (2018), bem como pelos outros autores trazidos nessa discussão, pode contribuir para a compreensão do tema e incentivar conexões políticas entre as comunidades e os campos de conhecimento fragmentados.

## 2 CAPÍTULO II - Dos objetivos aos procedimentos metodológicos da pesquisa

### 2.1 *Objetivo primário:*

- Compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos atores do Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

### 3.1.1. *Objetivos secundários:*

- Caracterizar o perfil das pessoas que participam do cotidiano do bairro São Pedro enquanto participantes da pesquisa;
- Compreender a formação do espaço social do bairro São Pedro na cidade de Teresópolis, a partir das narrativas sobre o envolvimento ocupacional local e dados documentais;
- Identificar a percepção dos participantes da pesquisa a respeito das dinâmicas do racismo ambiental no bairro São Pedro e na cidade de Teresópolis;
- Identificar as estratégias cotidianas dos participantes da pesquisa no bairro São Pedro para lidar com as problemáticas do racismo ambiental na garantia do direito à cidade.

### 2.2 *Procedimentos metodológicos*

Esta é uma pesquisa baseada na Investigação Ação Participativa (IAP), na qual propõe uma ação interventiva de abordagem qualitativa. As primeiras discussões a respeito dos procedimentos alternativos para a investigação e de ação acadêmica, o que mais tarde se denominaria como Investigação Ação Participante (IAP), surgiram na década de 1960 e 1970 (Borda, 1999). O que é corroborado por Cichoski e Alves (2019), que argumentam que a IAP é uma metodologia de pesquisa originada pelos debates sobre os caminhos da sociologia na Colômbia, que tornou possível a inserção de pesquisas sobre a construção do saber popular no meio acadêmico, em oposição ao método positivista que invalidava o saber dos sujeitos coletivos sobre suas próprias histórias.

Segundo Borda (1999), o contexto à época, que girava em torno de problemas sociais regionais e locais, requeria processos políticos e educativos e culturais emancipatórios. O autor

ainda aponta que esses processos aconteceram, de maneira independente, praticamente ao mesmo tempo em diferentes localidades, mesmo sem ter ciência sobre essa sincronicidade. Este fato, ainda segundo Borda (1999), apontou o que o autor chamou de “telepatia induzida” se referindo à urgência que as diferentes comunidades tinham em compreender a natureza do mundo trágico e desequilibrado em formação. Movimento que também foi induzido pelas revoluções políticas do século XX em países como na Colômbia, com a formação da “*Rosca de Investigación y Acción Social*” uma ONG fundada por professores que deixaram a universidade para se envolver nas discussões sobre reforma latifundiárias para camponeses e indígenas.

Ainda toma-se como inspiração para o aparecimento da discussão sobre uma nova forma de investigar na academia, as ações da antropóloga Marja Liisa Schwantz, que fez uma imersão participativa de cinco anos na Aldeia de Bunju na Tanzânia e que segundo Borda (1999), foi um importante projeto que abriu novas possibilidades para a investigação alternativa na África e em outras partes do mundo (BORDA, 1999). No cenário brasileiro, o autor cita como exemplo, as ações de Paulo Freire, mais especificamente, a obra “Pedagogia do Oprimido”, escrita por Freire quando o mesmo se encontrava exilado pela ditadura militar. Nesta conjuntura, Borda argumenta que a IAP foi construída no sentido de se tensionar a tradição acadêmica de usar, e por vezes explorar, a investigação no trabalho de campo, com a única intenção de uma ascensão na carreira acadêmica. Para Borda (2006 [2013], p. 18), “Um das características próprias deste método, que o diferencia de todos os demais, é a forma na qual se produz o conhecimento e a coletivização desse conhecimento”.

### *2.2.1 Reflexões e implicações sobre a IAP*

Para chegar à práxis da IAP, Borda (1999), aponta duas etapas que ele classifica como difíceis e por vezes perigosas. A primeira seria a ação de descolonizar o próprio pensamento e as ideias e condutas reacionárias que foram implantadas por meio do processo educativo e a segunda seria a busca por uma estrutura valorativa que se baseie na prática cotidiana, sem se engessar nas regras da ciência. O fio condutor da construção metodológica da IAP é tecido no sentido de se desfazer da “ideia fetichista” de uma ciência da verdade, que foi transmitida ao longo dos anos como uma via linear e acumulativa de regras confirmadas e leis absolutas.

Borda (1999), também argumenta que a ciência se constrói socialmente e, portanto, é passiva de interpretação, reinterpretação, revisão e aprimoramento. Para tal, foi necessário que o critério principal da investigação fosse o da obtenção de conhecimentos para o embasamento de causas consideradas justas. Contudo, quando se chegou ao estabelecimento desse critério, Borda ainda se deparou com a confirmação da incapacidade do meio acadêmico de aplicar as

postulações da IAP. Entretanto, também se constatou juntamente com essa incapacidade, a possibilidade de descobrir outras formas de conhecimento a partir de fontes reconhecidas, embora não valorizadas, como as originadas nas rebeliões e na vida no campo. Diante disto, a IAP é definida como *“una vivencia necesaria para progresar en democracia, com o un complejo de actitudes y valores, y con o un método de trabajo que dan sentido a la praxis en el terreno.”* *“una filo-sofía de la vida que convierte a sus prac-ticantes en personas sentipensantes.”* (Borda, p. 77, 1999).

Assim, a IAP é um processo dialético complexo no qual se analisam os fatos e se concebem as questões para que ações de transformação dos contextos sejam fomentadas em uma construção de conhecimento e mudança de realidade elaboradas juntamente com os atores. Desta maneira, o que começou como uma metodologia pautada na sociologia, evoluiu para uma ação educativa, unificando a teoria à prática e possibilitando um processo de aprendizagem contínuo e profundo com constante criação por parte de todos os sujeitos que participam da pesquisa (Schmidt, 2006)

Schmidt (2006), reflete que a prática da pesquisa participante atrai ao mesmo tempo a análise sobre a epistemologia que possibilita a quebra do positivismo existente na pesquisa científica e a abordagem crítica de aspectos políticos e críticos das investigações de campo, que para a autora configura uma metodologia que fomenta a relação entre os atores. Ainda segundo a autora, o conceito de pesquisa participante está relacionado ao de pluralidade e ainda neste contexto, a diversidade está pautada nas formas de viver e pensar a alteridade na forma como os dados são produzidos, levando assim o pesquisador à uma auto reflexão.

Schmidt (2006, p. 15) ainda diz que *“Posicionar-se em relação a este campo de diferenças é, por essa razão, participar do interjogo de alteridades e identidades que conformam cada maneira de pesquisar.”*. Contudo, para se discutir sobre a IAP, é interessante se considerar o que Mendonça (1987) traz sobre o conceito de participação. De acordo com o autor, a ideia de participação permeia os campos do direito, da ciência política, da psicologia e da administração, estreitando a distância entre macroparticipação e microparticipação. Desta maneira, a conceituação é permeada por dúvidas, frente a diversidade de abordagens e enfoques para os objetivos atribuídos.

Para Fleig, Oliveira e Brito (2006), a participação exige consenso e equilíbrio de conflitos. Uma vez que os conflitos, por si, envolvem relações de poder, os processos de regulação dos mesmos não são perenes, muito em razão dos rearranjos dessas relações de poder. Desta forma, a participação envolve a construção social da realidade em diferentes ambientes, tomando a microparticipação como base para a macroparticipação. Contudo, os autores também

refletem à luz de Bordenave (1994) que nenhuma das instituições tidas como formadoras e tradicionais, como a família, a escola e o trabalho, podem ensinar a participação. Entretanto há, em um sistema democrático liberal e o incentivo para que os cidadãos participem de processos de macroparticipação sem que necessariamente exerçam a microparticipação.

Fleig, Oliveira e Brito (2006) trazem ainda a discussão de Demo (1986), sobre como não é possível se chegar a um cenário ideal de participação, pois a participação está em constante construção, pois é um reflexo de uma infinita realidade social. Sendo assim, os autores argumentam que deve-se evitar duas abordagens: a de supervalorização da participação, em que se atribui à comunidade uma habilidade sem fim de autodesenvolvimento, sem considerar a realidade de pobreza, por exemplo. A outra abordagem a ser evitada, contrária à primeira, é a de subestimação dos valores, conhecimentos, cultura e criatividade, imprimindo uma postura vertical de uma ótica dominante para a dominada.

Dentro do contexto na IAP, Renaud e Sánchez (2015) discutem que:

A IAP considera as três etapas (Investigação, Ação e Participação das comunidades) como princípios fundamentais, além disso, para garantir sua credibilidade como metodologia qualitativa, compreende um processo de constante autocrítica, deve considerar a opinião de terceiros, em discussões com grupos de estudos ou pesquisadores da área, sugerindo uma avaliação e, quando necessário, revisão da metodologia e dos resultados a cada ida ao campo (Renaud e Sánchez, p. 4, 2015).

### *2.3 Metodologia de produção de dados*

Como a metodologia adotada neste trabalho foi de caráter misto, cabe aqui explicar como se deu a produção dos dados desta pesquisa, que para tentar abranger aspectos interdisciplinares sobre o território alvo da pesquisa, foi organizada em duas etapas, com descrito abaixo.

- ETAPA I: Pesquisa documental.

Foram utilizados dados e informações disponibilizadas publicamente pela Casa da Memória Arthur Dalmaso, que fica no centro da cidade de Teresópolis, e que possui arquivos de domínio público que reúnem materiais e informações sobre os bairros. A intenção nesta etapa foi buscar os dados e histórias ditas como oficiais sobre Teresópolis e sobre o Bairro de São Pedro. Esses dados foram comparados à narrativa dos atores do bairro para tecer um paralelo sobre o que é tido como dado oficial e o que a população do local entende como sua própria história.

- ETAPA II: Oficinas de intervenção.

Foram feitas oficinas para cerca de 8 pessoas, todas membros do Ponto de Luz Coletivo, ofertadas em dois dias, com duas oficinas em cada dia no total, de forma presencial. O roteiro dos encontros é descrito a seguir.

*Encontro I - Quem sou eu nesse território?*

Pretendeu-se identificar sobre como os atores se percebem no local. Foi realizada uma atividade com perguntas abertas conforme roteiro pré-estabelecido (ANEXO I), sobre autodeclaração, profissão, gênero, sexualidade, tempo que mora e/ou atua na localidade, quais são as potencialidades e fraquezas do local. Foram utilizados materiais de papelaria para registro das narrativas. Foi realizada uma roda de conversa mediada pela pesquisadora para fomentar a dinâmica de falas para que, posteriormente, fosse produzido o material oriundo da conversa para sintetizar a história local e pessoal narrada pelos participantes.

*Encontro II - Que território é esse e o que a questão ambiental tem a ver com isso?*

Tentou-se compreender sobre como os participantes da pesquisa percebem o território e se os mesmos relacionam as problemáticas ambientais do bairro à questão racial. Foi proposto que os participantes, também levando em consideração a atividade realizada na oficina anterior, construíssem um mapa desenhado por eles que identificasse o território, destacando suas residências e evidenciando se ao redor delas e no bairro como um todo, há problemas relacionados ao saneamento ambiental, entre outras problemáticas. Discutiu-se com os participantes se esta dinâmica ambiental, identificada ou não por eles, estava direta ou indiretamente relacionada à questão étnico-racial.

*Encontro III - O que é racismo ambiental e como ele interfere no direito à cidade?*

Partiu-se do princípio que nem todos os participantes entendiam, ou desconheciam o conceito de racismo ambiental, formulado teoricamente. Portanto, os conceitos teóricos sobre racismo, racismo ambiental (in)justiça ambiental e direito à cidade foram expostos e dialogados em roda durante a oficina. Esses conceitos foram incorporados às reflexões dos encontros anteriores, pois a intenção deste trabalho não é pesquisar sobre, mas sim pesquisar com os atores locais. Para tanto, foi feita uma apresentação expositiva-dialogada, onde os participantes puderam também intervir com suas reflexões e questões.

*Encontro IV - Como lidar com o fenômeno do racismo ambiental na vivência cotidiana?*

O objetivo deste encontro foi aprofundar o tema dentro da realidade local e fomentar proposições e estratégias de enfrentamento do racismo ambiental na garantia do direito à cidade. Os participantes pensaram sobre estratégias para lidar com as questões ambientais e violações de direito no território

*Participantes da pesquisa:*

Essa pesquisa foi realizada com os integrantes do Ponto de Luz Coletivo, um coletivo sócio-cultural que atende e acompanha as favelas do bairro de São Pedro, bem como favelas em outras localidades da cidade de Teresópolis, com a intenção de fomentar eventos, rodas e dinâmicas que pensem sobre cultura, negritude e favela da cidade de Teresópolis. Todos os participantes da pesquisa eram maiores de 18 anos de idade.

*Critérios de inclusão na pesquisa:*

- Moradores e /ou atuantes no Bairro de São Pedro;
- Pessoas pretas, pardas e brancas;
- Pessoas acima de 18 anos de idade.

*Critérios de exclusão na pesquisa:*

- Pessoas que, por conflito de interesse com o tema da pesquisa, não aceitassem participar dos encontros, que ocorreram de maneira voluntária, sem nenhum tipo de remuneração para a pesquisadora e participantes;
- Indisponibilidade para estar em no mínimo três encontros.

*Riscos da pesquisa:*

Como as questões abordadas nesta pesquisa estão dentro da discussão sobre o racismo, buscando entender como este fenômeno também se manifesta na relação entre humano e meio ambiente, alguns riscos foram previstos. O tema é passível de gerar emoções manifestas, constrangimento e sentimentos negativos diversos. Portanto salientou-se que caso algum participante não se sentisse confortável em responder alguma pergunta, ou quisesse não

participar da oficina atual ou das subsequentes, o mesmo poderia se retirar do local imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejasse. Caso os atores desejassem, a pesquisadora também poderia se retirar do local e findar a conversa se algum desconforto fosse identificado.

O participante também poderia, caso se sentisse constrangido ou incomodado por alguma informação coletada durante os encontros, judicializar a questão, conforme as orientações feitas no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, no momento da manifestação do interesse da pessoa em participar desta pesquisa, todos os pormenores foram explicitados, a saber: do que se trata a pesquisa, como ocorreriam as oficinas, sobre a proteção dos dados pessoais na publicização do trabalho, como o uso de nomes fictícios, por exemplo. A ciência sobre todos estes pormenores foi consentida pelos participantes no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### *Benefícios da pesquisa:*

Dentro da discussão sobre meio ambiente, é imprescindível considerar todos os atores que atuam nesta dinâmica. Para Milani (2008), não é possível a abordagem de questões ecológicas sem considerar as questões sociais, uma vez que o meio ambiente é uma construção social. Diante do exposto, o estudo das relações entre o humano e o meio ambiente considerando o recorte racial, responde à demanda atual das pautas sociais que buscam equidade de direitos.

Ainda neste contexto, também entende-se que o protagonismo da comunidade é incentivado nesta pesquisa e isto faz com que a academia possa também considerar a produção de conhecimento popular e local como produção de conhecimento científico, o que de fato é interessante para a produção de conhecimento dentro do campo da psicossociologia e da ecologia social.

O coletivo ganhou com o conhecimento produzido por eles mesmos sobre seu território e isso poderá agir no sentido de fomentar novas abordagens sobre as questões ambientais identificadas no bairro de São Pedro, que poderão ser utilizadas para o fortalecimento do protagonismo local.

#### *Metodologia de Análise de dados:*

Para a análise dos dados foi utilizada a abordagem de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011, p.15) "é um conjunto de ferramentas metodológicas em constante

aperfeiçoamento, que podem servir para a análise de discursos, conteúdos e continentes bastante diversificados".

A autora ainda define esta metodologia como um método categórico onde é possível classificar componentes do significado das mensagens em “gavetas”, fazendo com que a análise de conteúdo seja também uma análise de significados, ocupando-se da descrição objetiva, quantitativa e sistemática do conteúdo retirado das comunicações e suas interpretações.

Assim, de acordo com Bardin (2011) a análise dos dados seguiu três etapas com emprego de procedimentos metodológicos específicos:

I) *Pré-análise*: os achados da pesquisa documental e as narrativas e produções gráficas das oficinas serviram de base para a extração de enunciados (palavras, frases, trechos) que comunicaram mensagens a respeito dos objetivos da pesquisa. Tratou-se do procedimento de enunciação. Na sequência, foi utilizado o procedimento de análise de frequência, que consiste em quantificar as vezes que os enunciados são mencionados em números absolutos. Este procedimento permite identificar a força ou fraqueza com que determinada ideia ou significado é expresso nas mensagens. Adiante, foram utilizados os procedimentos de agrupamento e unidade de conteúdo, que consiste, respectivamente, em aproximar enunciados com conteúdos comuns entre si, formando pequenos temas denominados "unidades de conteúdo" ou "índices".

II) *Exploração do material*: Com base nas unidades de conteúdo os materiais (documentos, narrativas e produções gráficas) foram retomados para a sua exploração em profundidade, a fim de verificar a validade e compreensão dos temas que emergiram da etapa de pré-análise. Neste sentido, novos temas poderiam surgir e/ou serem reagrupados. Feito isso, uma breve explicação descritiva das unidades foi feita, extraíndo trechos exatos ou imagens dos materiais coletados para a sua ilustração e exemplificação.

III) *Inferência*: Por fim, com as unidades de conteúdo definidas e descritas buscou-se pelas categorias de análise, que compreenderam as mensagens implícitas no material coletado. Para tanto, a inferência foi feita a partir das unidades de conteúdo juntamente ao referencial teórico orientado pelas próprias unidades de conteúdo. Tratou-se do procedimento categorial proposto por Bardin (2011).

#### *Desfecho primário:*

Como desfecho primário, pretendeu-se identificar e analisar o perfil da população preta e parda do bairro de São Pedro, os impactos ambientais na vivência cotidiana dessa população,

a consciência sobre o racismo na (re)produção do espaço social da cidade de Teresópolis e as estratégias de enfrentamento destes impactos.

*Aspectos éticos:*

Todos os preceitos éticos que envolvam a pesquisa com seres humanos em Ciências Humanas e Sociais serão respeitados, conforme dispõe a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Pesquisas com Seres Humanos (CONEP).

Para o desenvolvimento deste estudo foi solicitada avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. A pesquisa teve duração de um ano, a contar a partir da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Destaca-se que a pesquisa foi aprovada pelo CEP por meio do Parecer Consubstanciado Nº 5.379.641, de 30 de abril de 2022 (ANEXO II). A finalidade desta pesquisa é uma dissertação de mestrado, bem como produtos científicos decorrentes, como artigos, capítulos de livros e eventos científicos.

Os (as) participantes receberam o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) (ANEXO III), contendo os objetivos, a metodologia, riscos e benefícios da pesquisa, bem como informações sobre a opção de desistir a qualquer momento, sem ônus algum. O mesmo foi lido e explicado pela equipe de pesquisa, caso seja necessário.

Assim, todos e todas participantes deram ciência de concordância em participar da pesquisa, por meio do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) - que foi disponibilizado na primeira etapa da coleta de dados junto com a assinatura da pesquisadora responsável. Os participantes da pesquisa tiraram dúvidas e, que puderam ser esclarecidas antes e depois da concordância em participar da pesquisa.

Ficou assegurado que os dados que permitam a identificação dos participantes serão de acesso exclusivo da equipe de pesquisa e serão arquivados por no mínimo cinco anos. Os resultados das pesquisas estarão disponíveis aos participantes quando desejados e o acesso à equipe de pesquisa para qualquer dúvida ou acompanhamento do processo de intervenção será livre a qualquer tempo solicitado.

A pesquisadora comprometeu-se a encaminhar os resultados da pesquisa para a publicação respeitando os devidos créditos do pesquisador assistente, bem como a qualquer outro membro que integrar a equipe de trabalho, conforme Resolução CNS 510/2016. Os resultados da pesquisa serão divulgados aos participantes da pesquisa e anexados na Plataforma

Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, conforme Norma Operacional nº 001/2013 item 3.3.c.

### 3 CAPÍTULO III - Resultados

*3.1 Pesquisa documental: compreendendo a formação do espaço social da cidade de Teresópolis e do bairro São Pedro.*

A seguir serão apresentados adotados para a coleta dos documentos que embasaram a escrita a respeito da história institucional de Teresópolis

#### *3.1.1- Organização do material*

O principal objetivo dessa etapa do trabalho foi pesquisar documentos de domínio público sobre a cidade de Teresópolis para buscar compreender como se dá o discurso sobre a constituição e à história da cidade. Também objetivou-se, como desdobramento, analisar dados sobre a formação do bairro de São Pedro e a divisão desse território nas favelas que hoje existem no local.

Admitiu-se que existem apenas registros oficiais (isto é, institucionalizados pelo poder público) sobre a região a partir da colonização. A exploração do material garimpado foi realizada de maneira a entender a narrativa oficial que o poder público imprime sobre a cidade (não apenas em um governo específico, mas ao longo dos anos), bem como buscar saber se existem registros sobre a região para além do vínculo com colonizadores. O quadro abaixo ilustra o material disponibilizado.

Quadro 5 - Documentos históricos, de domínio público, fornecidos pela Casa da Memória Arthur Dalmaso.

<b>TIPO DE MATERIAL / FORMATO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR/DATA</b>	<b>ASSUNTO</b>
Livro impresso (disponibilizado pelo museu de forma digital)	Colonização à sombra do Dedo de Deus: da Fazenda George March a Teresópolis (1700 - 1900)	FERREZ, Gilberto; 1970	História da colonização em Teresópolis.
Livro impresso (disponibilizado pelo museu de forma digital)	Ruas de Teresópolis: significado histórico de suas denominações.	RAHAL, Osiris A; [19-]	Registros sobre a denominação das ruas e sobre a formação dos bairros de Teresópolis.
Memorial impresso (disponibilizado pelo museu de forma digital)	Memorial descritivo da delimitação do Bairro de São Pedro - Região 03	Prefeitura Municipal de Teresópolis; 1974	Descreve a delimitação geográfica do bairro de São Pedro e conta alguns aspectos de sua história
Revista local impressa	Revista Cobertura: a mais	CARNEIRO, José Maria	Revista local que fazia

(disponibilizado pelo museu de forma digital)	ampla visão de Teresópolis; Ano I, N°09 (extinta)	(dir.) Setembro, 2000.	cobertura dos acontecimentos de Teresópolis (na edição em questão, há matéria específica a respeito dos problemas de infraestrutura do bairro de São Pedro.
Livro impresso	Imagens de Teresópolis	RAHAL, Osiris A. 1984	Imagens sobre a história de Teresópolis divididas por períodos histórico

Fonte: elaborado pela autora

Sobre o material de domínio público disponibilizado *on line* foram utilizados dois vídeos produzidos pela TV Diário de Teresópolis (QUADRO 6):

Quadro 6 - material consultado nas plataformas de vídeo on line sobre a história de Teresópolis

TIPO DE MATERIAL / FORMATO	TÍTULO	AUTOR/DATA	LINK DE ACESSO
material audiovisual	Visita à Casa da Memória Arthur Dalmaso	O Diário de Teresópolis; 2022	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=KzaqXLZ751Y">https://www.youtube.com/watch?v=KzaqXLZ751Y</a>
material audio visual	Entrevista com a Secretária Municipal de Turismo de Teresópolis	O Diário de Teresópolis; 2022	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=XZ_paE-DZc4">https://www.youtube.com/watch?v=XZ_paE-DZc4</a>

Fonte: elaborado pela autora

Com esse material foi construído o item abaixo, apontando os principais aspectos sobre a história “oficial” do município, bem como do bairro de São Pedro.

### 3.1.2 - História institucional de Teresópolis: supostos resquícios de uma colônia inglesa

Teresópolis (FIGURA 1) é um município brasileiro situado no interior do estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país. Localizado na Serra Fluminense, pertence à Região Geográfica Intermediária de Petrópolis, e está distante a cerca de 94,3 km a norte da capital do estado. Segundo o IBGE, o município possui uma população de mais de 180 mil habitantes e é formada por três distritos: Teresópolis (sede), Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso.

Figura 1 - Mapa de Teresópolis - RJ



Fonte: Google Mapas

Antes de expor os achados históricos, é necessário fazer uma pequena apresentação do museu municipal Casa da Memória Arthur Dalmaso (FIGURA 2), local onde parte da pesquisa documental foi realizada. Trata-se de um prédio histórico em Teresópolis, que já teve funções de moradia, hotelaria, escola, comércio, biblioteca e por fim, museu. O casarão, batizado em tempos remotos de Villa Cecília, foi construído em 1920, como um presente para José Lino de Oliveira Leite, prefeito à época, e para sua esposa, Cecília Leite, sobre as ruínas da Oficina Gráfica e da Primeira Agência dos Correios na cidade (Teresópolis, 2022).

Figura 2 - Casa da Memória Arthur Dalmaso



Fonte: Portal G1

Entre os anos de 1932 e 1942, o casarão cedeu suas instalações para o funcionamento do Ginásio Teresópolis, importante escola da região, onde algumas personalidades teresopolitanas estudaram. Posteriormente, ainda na década de 1940, o prédio passou a funcionar como o Hotel Savoy. Abrigando alguns empreendimentos comerciais ao longo das décadas, o casarão foi desapropriado pela Prefeitura Municipal, por meio do Decreto nº10.050 de 20 de janeiro de 1987, tendo a certificação de tombamento feita pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Após o tombamento, o prédio passou a funcionar como a Biblioteca Municipal Antônio Capanema de Souza (Teresópolis, 2022).

Após algumas décadas abrigando a biblioteca municipal, em 2008 o INEPAC exigiu a restauração do prédio, em função das condições de deterioramento de suas instalações e, com as obras concluídas em 2009, a Casa da Memória Arthur Dalmaso foi inaugurada. O nome do museu foi escolhido em homenagem ao médico, pintor, poeta e deputado residente na cidade. Arthur Dalmaso também foi fundador da Academia Teresopolitana de Letras e da Faculdade de Medicina de Teresópolis, atual Unifeso (Teresópolis, 2022). A primeira visita realizada na Casa da Memória, para fins de garimpo a respeito da história de Teresópolis ocorreu 19/07/2022.

À primeira vista, o que se vê nos painéis expostos dentro do museu é a forte influência do colonizador George March no território. A história da cidade é relatada no museu a partir da ótica colonizadora, com o estabelecimento da Fazenda George March. Há, em um dos painéis expostos, uma pequena menção à população escravizada, relatando que a região possuía cerca de 800 habitantes, sendo 200 escravizados, 150 deles de propriedade do colonizador em questão. Um dos painéis descreve que, apesar de a fazenda utilizar mão de obra escrava, os escravizados eram alimentados adequadamente, bem como tinham direito a uma folga semanal aos domingos, onde participavam das festas na Casa Grande. Cita ainda o casamento do colonizador George March com uma de suas escravas, Ignácia, com quem teve dois filhos. Contudo, não atribuem a ela o sobrenome do colonizador, não deixando claro se o casamento era formalmente estabelecido. Também não há mais detalhes a respeito de Ignácia, como idade, fotos, sua atuação etc. O livro no qual as exposições na Casa da Memória estão baseadas é o “Colonização à sombra do Dedo de Deus: da Fazenda George March a Teresópolis (1700 - 1900)” de Gilberto Ferrez. Desta maneira, os parágrafos a seguir foram construídos a partir desse material, bem como do material já descrito anteriormente.

Neste livro, é contada a história local a partir da divisão de terras por sesmarias que, segundo o autor “eram uma extensão de terra que, em média, tinha uma légua ou sejam 3.000 braças em quadra, que era concedida pelo Rei ou Governadores, em seu nome, a pessoas idôneas que as pedissem e estavam preparadas a cultivá-las.” (Ferrez, 1970, p. 16). O autor

expõe que os primeiros sesmeiros a ocupar o território onde hoje se encontra a cidade, o fizeram em meados de 1632. Descreve que durante os séculos XVIII e XIX, as terras dadas em sesmarias abrangiam toda a região da Serra dos Órgãos, cortada por rios importantes como Paquequer, Imbuí, Socavão, Rio Preto e Paraíba.

Narra-se que, no ano de 1767, nas cartas topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, encomendas pelo Conde da Cunha, Capitão General e Vice Rei do Estado do Brasil, há menção à Serra dos Órgãos, local do qual Teresópolis faz parte, representada por um grande espaço em branco, descrevendo o território como “sertão ocupado por índios bravos”. Mais tarde, há outra menção ao território nos mesmos termos, com a seguinte observação: “sertão ocupado por várias nações de índios bravos”. Segundo o autor, muito em função das sesmarias, a região já era povoada, em 1788, por casas esparsas e fazendas afastadas, como a Fazenda do Engano e, provavelmente, escoavam-se alguns produtos, como café, dessas fazendas pelos caminhos serra abaixo, sendo esse o princípio da formação do caminho de Estrada de Minas (Ferrez, 1970).

Ferrez (1970) diz que a partir de 1800, George March (FIGURA 3), descrito pelo autor como “nascido e educado em Portugal, falando português em sotaque”, aproveitou-se da lei de abertura dos portos brasileiros ao mundo para se estabelecer no Rio de Janeiro com a intenção de fornecer produtos britânicos em terras brasileiras, gozando das vantagens de ter seus produtos com taxas menores que a dos produtos portugueses. Importante salientar que, mesmo possuindo ascendência inglesa, George March nasceu e cresceu em Portugal e tentava difundir a cultura britânica em suas relações e negociações. O autor ainda o descreve como “magnata, inteligente, empreendedor e culto”, salientando sua amizade com Dom Pedro I.

Figura 3 - George March



Fonte: Ferrez (1970)

Bem sucedido em seus negócios na capital, George March arrendou uma grande quantidade de terra na região da Serra dos Órgãos, equivalente a 4 sesmarias, onde mais tardiamente, seria formada a cidade de Teresópolis. March comprou a então Fazenda de Santa Ana do Paquequer, bem como boa parte da região ao redor, como comprova, segundo Ferrez (1970), uma escritura lavrada em julho de 1843. Construiu a sede de sua fazenda onde é o atual bairro do Alto, um dos mais nobres da cidade. O autor ainda comenta que o comerciante anglo-lusitano não tinha intenção de construir apenas um local de descanso, mas sim o que Ferrez chamou de “transformar aquelas **terras incultas** e matas virgens, numa grande fazenda modelo, produzindo em larga escala de legumes e cereais de todas as espécies” (Ferrez, 1970, p. 54; grifo nosso). Intencionava ainda proceder com a criação de raças britânicas de cavalos, bois e outros animais.

Além da diversificação dos produtos de origem inglesa produzidos e comercializados pela fazenda, a empreitada de March em difundir a aparência e a cultura de terras britânicas também se estendia nos pastos feitos para os animais. Ferrez comenta que o fazendeiro derrubou a mata nativa, deixando pequenas coleções de mata e “formando com esta grama magníficos pastos que davam a impressão de lindos campos no sul da Inglaterra” dizendo ainda que “**os pastos eram mantidos limpos, sendo ervas daninhas arrancadas à mão, por crianças de 6 a 12 anos, para não danificá-los com enxadas**” (Ferrez, 1970, p. 63; grifo nosso).

George March tinha em sua posse cerca de 150 escravizados, que trabalhavam massivamente na roça e só iam até a sede da fazenda aos sábados “para se divertirem e passarem os domingos e o faziam em turmas que se revezavam” (Ferrez, 1970, p. 63). Sobre os feitos de George March, Ferrez (1970) comenta que, ao analisá-los, percebe-se que ele não era apenas um comerciante comum, mas sim um agradecido ao país que o recebeu tão bem. Ainda segundo o autor, o comerciante era um ávido propagandista da vida na serra, e sempre trazia visitantes nobres para conhecer suas terras, o que acabou por gerar uma boa fonte de renda para ele, uma vez que precisou construir pequenas hospedagens para visitantes, pois não conseguia acomodá-los na sede da fazenda. Os custos da hospedagem eram cobrados ao visitante no fim da estadia na serra. Em função dos empreendimentos de March no local, outros ingleses também se estabeleceram no território, como Fischer Taylor, Heath, Edward Fry e as famílias Turl, Harrison, Tylles, entre outras, ocupando os arredores da fazenda do anfitrião, mediante o arrendamento de terras (Ferrez, 1970).

Ferrez (1970), destaca as percepções de um sobrinho (não identificado no livro) de March, que em sua estadia na casa do tio, registrou que dos 130 escravizados da fazenda, 30 se ocupavam dos serviços gerais da casa. O restante trabalhava nas lavouras e nas plantações.

O autor chama a atenção sobre o bom tratamento que o colonizador dava aos escravizados, destacando que os mesmos eram bem tratados e alimentados, tinham domingos e feriados de folga. Trouxe ênfase para o registro do sobrinho de March, que conta que visitou a fazenda na véspera de Natal e viu a festa dos escravizados, com suas danças e ritmos. Conta ainda que na manhã seguinte receberam roupas de tecidos vindos de Manchester. Há trechos no livro no qual o autor traz registros onde os visitantes destacam que não é possível comparar a alimentação dos escravizados na fazenda de March com a alimentação dos camponeses ingleses, uma vez que esses não possuíam acesso à diversidade de alimentos disponibilizados aos escravizados.

Ainda sobre a história do local, em entrevista disponibilizada *on line* à emissora local de televisão Diário TV Teresópolis na plataforma de vídeos *Youtube*, o coordenador da Casa da Memória, Rafael Correia, ratifica a narrativa da ocupação do território a partir da ótica colonizadora, explicando que o território foi dividido em sesmarias e cedidas aos cidadãos privilegiados para que os mesmos começassem a ocupar o território de Mata Atlântica, o povoassem, convertessem a mata em terras de plantio. Durante toda a entrevista, a narrativa se mantém fiel ao que o mencionado livro escrito por Ferrez em 1970 postula sobre a formação do território. Ainda afirma que o português de costumes ingleses foi o primeiro a ocupar a região onde se encontra a cidade, embora existam registros, como já descrito, que mesmo antes da chegada de George March, já haviam algumas fazendas construídas no local. Cita também dois outros personagens europeus que, junto a March, se estabeleceram na região, o Almirante John Taylor, que rompeu com a marinha britânica e alistou-se na marinha brasileira (contribuindo para o processo de independência do país, tendo recebido como recompensa, em pedaço de terra na região) e Richard Heath, que auxiliou na administração da fazenda de March. Na entrevista, não há nenhuma menção à indígenas ou escravizados como agentes ativos na construção e na história do território.

Concordando com Ferrez (1970), Rahal (1984), também reconhece, no livro “Imagens de Teresópolis”, que George March foi de fato imprescindível para o estabelecimento de Teresópolis enquanto município. Contudo, Rahal traz em seu livro outras possibilidades e também registros do que ele chama de “pré-história” de Teresópolis, indo além da descrição de “sertão ocupado por índios bravos”. Rahal (1984) descreve que o território, antes da empreitada colonialista, foi marcado pela existência de indígenas, mais especificamente do povo timbira, bem como pela formação do “Quilombo da Serra”, formado pelos negros escravizados que escapavam das fazendas da baixada fluminense, no período do “ciclo do açúcar, anterior ao século XVII.

O autor conta sobre a história indígena no território por meio de uma lenda, que segundo o autor, foi colhida no local e descreve a suposta ocupação do povo “Gurupira”. Entretanto, para fins de averiguação no contexto desta pesquisa, ao buscar sobre registros desse povo, não foram achadas evidências de sua existência e nem de sua ocupação na região, o que destaca o caráter potencialmente fictício da narrativa. Contudo, outros registros históricos citam que nos fundos da Baía de Guanabara, na base da Serra dos Órgãos (onde hoje estão localizados os municípios de Magé e Guapimirim), até metade do século XVI, os povos Tamoio, Timbira e Guarani (na parte alta da serra) habitavam a região. Rahal (1984), cita que, em função da lenda, existe uma rua em homenagem ao povo Gurupira, a “Alameda dos Gurupiras” no bairro da Granja Guarani.

A respeito da presença de pessoas negras escravizadas, Rahal (1984) cita que muitos anos após o registro de presença indígena no território, houve a ocupação do espaço por escravizados foragidos das fazendas na baixada mageense, formando o “Quilombo da Serra” (FIGURA 4). De acordo com Rahal (1984), eles chegaram abrindo as trilhas e formando clareiras para cultivo da terra na qual formaram o quilombo utilizando as técnicas que adquiriam no trabalho forçado nas lavouras. O autor também se refere a essas pessoas como “os primitivos povoadores” do território onde tempos mais tarde se formaria a cidade de Teresópolis. Sobre os hábitos, registra-se que os quilombolas construíram cabanas de pau-a-pique, cobertas por palha, e se alimentavam de feijão, farinha, angu, banana, batata, mandioca, abóbora e carne proveniente da caça abundante na região. Contudo, até o presente momento, não existem registros exatos que possam precisar a localização e as dimensões do quilombo.

Ainda segundo Rahal (2014), esse relato sobre o Quilombo da Serra foi dado por antigos moradores da cidade, como os avós do historiador Noé da Silva Rocha e por um senhor chamado Galdino, amigo do autor, que foi um escravizado e alforriado pela Lei Áurea, vindo a falecer na década de 1960, com mais de 100 anos de vida. Segundo esses relatos, principalmente no do senhor Galdino, muito antes do colonizador chegar à região, a mesma já servia de refúgio para os negros que escapavam dos cativos da baixada fluminense.

Figura 4 - ilustração do Quilombo da Serra, quadro conjectural feito a bico-de-pena por H. Amado



Fonte: Rahal (1984)

Ferrez (1970) e Rahal (1984) afirmam que a história da cidade de Teresópolis pode ser dividida em 4 períodos marcados por eventos determinantes, como descrito no abaixo:

#### *1º Período ou período March*

Marcado pela chegada do luso-inglês à região onde se estabeleceria Teresópolis no século XVIII, bem como pelo seu falecimento em 1845. Segundo os autores, esse período foi determinante para o estabelecimento do local como rota turística, assim como um local que poderia atrair investidores.

#### *2º Período ou Período dos Herdeiros*

O período mais curto com dez anos de duração, de 1845 a 1855. Nesse período, o núcleo de habitantes passou a nomear o território como Freguesia de Santo Antônio do Paquequer ou de Teresópolis. A partir do falecimento de George March, suas posses foram fracionadas entre seus dois filhos, Jorge e Guilherme, que as dividiram em lotes menores, fomentando o povoamento da região. Com o adensamento demográfico foi erguida a Igreja de Santo Antônio do Paquequer ou de Teresópolis, onde atualmente, está localizado o bairro do Alto, um dos mais nobres da cidade. O nome Teresópolis surgiu a partir da vontade popular de homenagear a Imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II. Diante disso, o Decreto Nº829 de outubro de 1855 oficializou o nome da localidade, que à época, era um dos distritos da cidade de Magé.

### *3º Período de Freguesia ou Paroquial*

Com duração de 36 anos, de 1855 a 1891, foi marcado pela fundação do município de Teresópolis. Com a prosperidade da região houve tentativas de reativar a construção da estrada de ferro, que pretendia ligar a capital do Estado à região. Contudo, em 1872, a concessão para a construção da estrada corria o risco de não ocorrer em função dos prazos legais para a realização das obras. Para que a concessão não perdesse o prazo e a construção da estrada de ferro ocorresse, foi fundada a Companhia da Estrada de Ferro de Teresópolis, pelo Comendador Domingos Moitinho, o Barão de Mesquita. Planejava-se ainda, com a construção dessa estrada, transferir a capital do Estado para Teresópolis. Entretanto, os planos não se concretizaram e as terras anexadas à Cia da Estrada de Ferro foram desmembradas e posteriormente ocupadas. Somente em 1908 (já com o regime político brasileiro estabelecido em um República), após a Cia ser assumida pelo engenheiro José Augusto Vieira em 1885, a estrada de ferro foi inaugurada.

Com a abolição da escravatura, em maio de 1888, as províncias fluminenses entraram em recessão econômica em função da falta de mão de obra para o trabalho nas lavouras. Rahal (1984) cita que, atendendo aos pedidos dos moradores locais, como uma saída para a emancipação econômica, o primeiro Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Portela, assinou o Decreto Nº 280 de 6 de julho de 1891, que criava o município de Teresópolis, concluindo o desligamento da região do município de Magé.

### *4º Período Municipalista*

A partir de 1891 até os dias atuais, os autores descrevem esse período como o estabelecimento de Teresópolis como município, com crescimento econômico e o estabelecimento dos trâmites políticos para formação do Poder Executivo, que inicialmente, em 1892, era regido pela Câmara Municipal, tendo como presidente o Cel. Henrique Fernando Claussen. Outros avanços foram descritos pelos autores como a chegada da linha telegráfica, a fundação do jornal semanário chamado “O Therezopolitano”, a finalização da construção da estrada de ferro e a posse do Prefeito Municipal, Cel. Sebastião da Fonseca Teixeira. Mais tardiamente, outras estruturas para estabelecimento da cidade foram construídas, como água encanada, luz elétrica, a inauguração da Estrada de Rodagem que ligava a cidade até Itaipava, em Petrópolis, e a criação, em 1930, do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, importante marco ecológico no local. Ainda citam a construção da Estrada de Rodagem que liga Teresópolis ao Rio de Janeiro, iniciada em 1959 e entregue ao uso em 1974, bem como a Estrada de Rodagem

Rio-Bahia e a Estrada de Rodagem Teresópolis-Friburgo, em 1977. Outros marcos da “modernidade” foram o estabelecimento da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (atual Unifeso), o crescimento industrial e o desenvolvimento turístico.

Ainda sobre o tocante da história do município, é importante (dentro do contexto sobre a narrativa hegemônica e institucional sobre a cidade) trazer dados coletados na entrevista disponibilizada *on line* à emissora local de televisão Diário TV Teresópolis na plataforma de vídeos *Youtube*, cedida pela Secretaria Municipal de Turismo, Elizabeth Mazzi. No início da entrevista, ela disse que Teresópolis é uma cidade turística, mas que a cidade precisa ter orgulho de sua história e origem, uma vez que uma cidade boa para o turista, precisa ser boa para quem vive nela. Na entrevista, a Secretária de Turismo comenta a respeito do projeto da Prefeitura Municipal denominado “Inglaserra”, projeto este que tem por objetivo resgatar a ascendência britânica do município por meio de ações que aproximem o imaginário, a estética e a cultura da cidade às suas supostas origens britânicas. Citou que o fato de a cidade ter sido declarada a capital do montanhismo, deve-se à cultura inglesa de esportes de aventura. Colocou que Teresópolis tem uma forte cultura agrícola, sendo a maior fornecedora de hortaliças do Estado do Rio de Janeiro devido à criação da fazenda modelo e aclimatação para o plantio feita por George March. Disse que toda essa história precisa estar “no coração” do teresopolitano como um diferencial. Falou que a arquitetura da cidade tem forte influência inglesa, com os jardins dispostos em frente às casas e as avenidas mais largas vindo do passado de influência inglesa na cidade. Colocou que as propostas e iniciativas fomentadas pelo poder público pretendem fomentar o “comer bem” e o “receber bem”, mas que isso depende do orgulho das pessoas sobre sua história. Disse que George March foi precursor desse costume de receber bem os visitantes na região, uma vez que o empresário abria as portas de sua fazenda para encantar os visitantes”. Colocou que esse “encantamento” é propósito da Secretaria de Turismo, mas que ele apenas será válido se fizer com que o cidadão tenha uma situação interessante, orgulhosa e confortável de vida. Falou sobre o festival “Sabores Britânicos”, que ocorreu na cidade, onde diversos restaurantes da cidade montaram menus inspirados na culinária inglesa, destacando a importância econômica dessas iniciativas para a cidade.

Entretanto, mesmo diante da tentativa de afirmar que Teresópolis é uma boa cidade para todos os cidadãos, os fatos mostram que a região não conseguiu atender às demandas de seu crescimento. Dados do IBGE (2010) fizeram uma projeção da população teresopolitana para o ano de 2021, constatando que a população gira em torno de 185.800 habitantes. O IBGE ainda cita que, em 2010, mais de 40 mil pessoas viviam nos mais de 12 mil domicílios particulares

permanentes<sup>12</sup>, nas 24 favelas que existem no município. A média de moradores nas regiões de favelas é de 3,32 pessoas, ultrapassando a média estadual, de 3,28 pessoas (IBGE, 2010). A projeção de densidade demográfica para o ano de 2023 é de 197.111 habitantes. A ordenação do espaço e o planejamento urbano por parte do poder público, parecem não contar com o mesmo afinco e compromisso em difundir as origens britânicas dos teresopolitanos.

### *3.1.3 A formação do bairro de São Pedro*

Com o desenvolvimento do município e com a divisão das fazendas em lotes menores, a formação dos bairros também foi ganhando forma. O primeiro grande proprietário a lotear suas terras foi o coronel da Guarda Nacional, Policarpo Magalhães Alvares d'Azevêdo, que residia em Frechal (atual bairro Bananal em Guapimirim). Comprou as terras de Guilherme Taylor March, herdeiro de March, e as dividiu em “prazos”, e posteriormente em ruas. A área adquirida pelo coronel compreendia toda a área à margem direita da futura estrada de rodagem que seria tardiamente inaugurada. Dentre essas terras, estava o território onde atualmente está estabelecido o bairro de São Pedro (FIGURA 5 e 6) (Ferrez, 1970).

Figura 5 - bairro de São Pedro na década de 1960

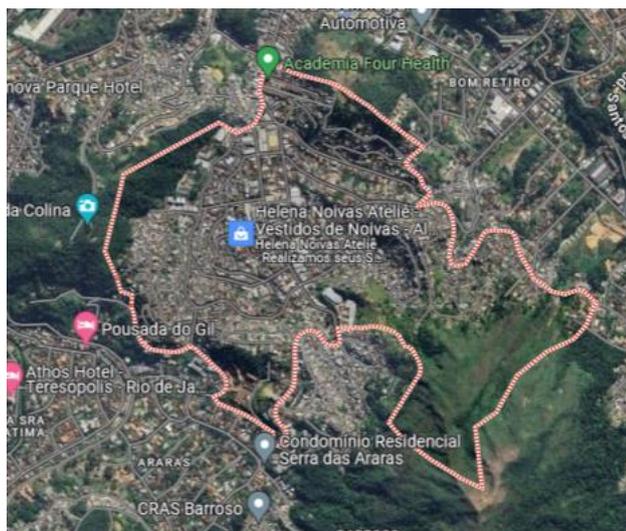


Fonte: O Diário de Teresópolis

---

<sup>12</sup> Segundo o IBGE, entende-se por domicílio particular permanente um domicílio que é construído exclusivamente para fins de habitação e que na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia para uma ou mais pessoas

Figura 6 - Mapa do Bairro de São Pedro



Fonte: Google Mapas

Segundo Rahal (1984) e a Revista Cobertura (2000), o bairro foi inicialmente denominado como “Vidigueiras”, por imigrantes portugueses em alusão à região de Portugal de mesmo nome, ou ainda ao Conde de Vidigueiras, Dom Francisco da Gama, vice rei da Índia em 1596 e bisneto de Vasco da Gama. Em 1961, o nome do bairro foi trocado por bairro de São Pedro, a partir do Decreto Municipal N°4/1961, em homenagem à construção da Igreja Católica de São Pedro, construída em uma das praças do bairro. Ainda em 1961, registrou-se o surgimento das primeiras casas populares, construídas com fundos firmados entre o poder público e a Superintendência de Fundos Especiais Municipais (SUFEM), fundação com o objetivo de criar habitações populares. Os lotes com as construções foram distribuídos para a população de operários do bairro, caracterizando o local como bairro um bairro proletário. A partir da construção das moradias, outros marcos do desenvolvimento foram implementados, como a canalização do riacho que percorria a Praça das Lavadeiras (atual Praça Getúlio Vargas). A pavimentação de algumas ruas, a disponibilização de água encanada e de iluminação pública foram estabelecidas no bairro logo em seguida.

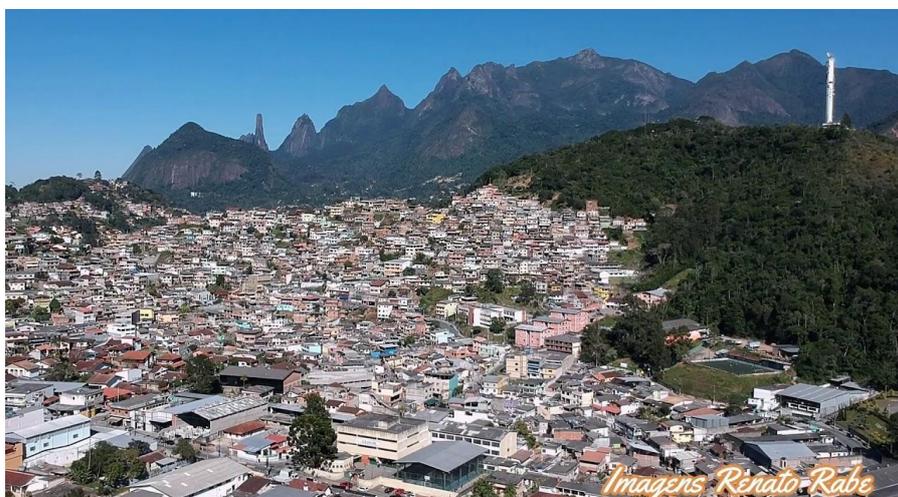
Muito embora o bairro de São Pedro seja o bairro mais populoso de Teresópolis, poucas informações foram produzidas sobre o local por parte do poder público. Nas buscas junto à Casa da Memória, apenas reportagens antigas sobre o bairro foram disponibilizadas. Sobre a formação atual do bairro, constituído enquanto um complexo que abriga o maior número de favelas do município, houve dificuldade em encontrar dados oficiais tabulados pela Prefeitura.

No entanto, para ilustrar o crescimento populacional em Teresópolis, e consequentemente do número de favelas, Pereira (201-), destaca que a construção da estrada

que liga o município à cidade do Rio de Janeiro e à baixada fluminense pode ter contribuído para o inchaço demográfico na cidade. Segundo o autor, na década de 1950, Teresópolis possuía cerca de 15 mil habitantes na área urbana, e atualmente esse número chega a quase 150 mil pessoas vivendo nesse mesmo espaço. Infelizmente, as políticas públicas municipais não acompanharam tal crescimento. A industrialização da cidade, com a chegada de grandes complexos produtores, como a fábrica têxtil Dona Izabel S.A. (conhecida como Sudantex), na década de 1980, também contribuiu para o aumento da população urbana na cidade, diante da oportunidade de emprego para a população da região.

Diante do crescimento populacional desacompanhado de planejamento por parte do poder público, Teresópolis iniciou o século XXI sendo a segunda cidade com maior número de pessoas vivendo em favelas no estado do Rio de Janeiro, onde em 2004, cerca de 25% dos teresopolitanos viviam nesses espaços (Pereira, 201-). Neste sentido, o autor ainda relaciona a especulação imobiliária como um agente de gentrificação nos bairros da cidade, destacando a verticalização dos bairros próximos ao centro. Essa verticalização, caracterizada pela construção de prédios luxuosos nesses bairros, acabou empurrando a população para os bairros mais afastados da centralidade comercial, contribuindo para a formação e crescimento populacional dos espaços periféricos. Um desses espaços periféricos é o bairro de São Pedro, que atualmente é formado pelas favelas do Perpétuo, Rosário, Pimentel, Morro do Tiro e Bairro dos Funcionários (FIGURA 7).

Figura 7- o bairro de São Pedro atualmente



Fonte: Renato Rabe.

Assim como a maioria das favelas no estado do Rio de Janeiro, a localidade é composta por aglomerados em encostas de morros, onde a vegetação protetora do solo é retirada para fins de construção civil, mesmo que irregular. Sobre esse aspecto, Camacho e Secchin (2022)

destacam que a administração pública municipal teve papel facilitador nas construções irregulares, destacando que a facilidade na aprovação de loteamento dessas regiões (dentro do contexto da especulação imobiliária irregular e precária), prejudicando a topografia e a ecologia local e pondo em risco a população. Ainda nesse contexto, os autores ainda trazem argumentos relacionados à renda dos teresopolitanos, onde a maioria não tem vencimentos que acompanham o desenvolvimento imobiliário de regiões mais centrais da cidade, ou àquelas construídas e pensadas para oferecer qualidade de vida aos moradores, como os condomínios luxuosos construídos em áreas verdes de Mata Atlântica. Esse fato empurra a população mais pobre para regiões onde é mais barato morar.

Com relação à ocupação irregular do solo e à falta de planejamento público para pensar o crescimento demográfico da cidade, Teresópolis, já enfrentou situações decorrentes da emergência climática atual. Em 2011, a cidade foi atingida por chuvas torrenciais que dizimaram muitos bairros, sendo considerada, juntamente com todo o ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro, a maior tragédia ambiental do país até então. De acordo com Camacho e Secchin (2022) a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou o desastre como o 8º maior deslizamento de terra dos últimos 100 anos. A tragédia deixou centenas de desabrigados e cerca de 230 mortos. Um acontecimento um pouco mais antigo, de menores proporções, mas igualmente problemático, ocorreu no bairro de São Pedro, na favela do Perpétuo (FIGURA 8). Em dezembro de 2002, dois deslizamentos de terra deixaram oito mortos, sendo cinco crianças. Segundo o jornal “O Diário de Teresópolis”, nesse temporal, foram registradas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil 150 ocorrências, entre deslizamentos, alagamentos e queda de árvores. Contudo, a ocorrência mais grave se deu no Perpétuo. Outros bairros também foram atingidos à época, como Santa Cecília (comunidade vizinha ao bairro de São Pedro), Rosário (uma das favelas do complexo), Jardim Meudon, Meudon e Granja Guarani. Não coincidentemente, bairros considerados de baixa renda e provavelmente de maioria não branca.

Figura 8 - parte do deslizamento ocorrido em 2002 na favela do Perpétuo



Fonte: O Diário de Teresópolis

Para além de toda a potência do bairro, enquanto mais populoso do município e conseqüentemente, com maior força de trabalho e força eleitoral, não há produções documentais atualizadas especificamente sobre a localidade, disponibilizadas pela prefeitura. Há dados do IBGE de 2010, que demonstram que a população na época chegou a mais de 20 mil habitantes, com mais da metade sendo composta por mulheres. É um bairro relativamente jovem, onde 61% da população está entre a faixa etária de 14 a 64 anos. Os dados demonstrados na tabela abaixo ilustram o perfil do bairro.

Tabela 1 - perfil geral dos moradores do Bairro de São Pedro

<b>Domicílios Particulares Permanentes</b>	<b>6.872</b>
<b>População Residente</b>	<b>20.424</b>
<b>População Homens</b>	<b>9.730</b>
<b>População Mulheres</b>	<b>10.694</b>
<b>Razão de Dependência Jovens</b>	<b>36%</b>
<b>Razão de Dependência Idosos</b>	<b>12.2%</b>
<b>Razão de Dependência Total</b>	<b>48.2%</b>
<b>Índice de Envelhecimento</b>	<b>34%</b>
<b>Razão de Masculino x Feminino</b>	<b>91%</b>
<b>Razão Crianças-Mulheres</b>	<b>28.2%</b>
<b>Média de moradores por Domicílios</b>	<b>3.2</b>
<b>Proporção de domicílios ocupados</b>	<b>91.7%</b>
<b>Proporção de domicílios não ocupados</b>	<b>8.3%</b>

Fonte: adaptado de IBGE (2010).

Desta forma, sendo um bairro de maioria jovem, feminina e, provavelmente, de maioria não branca, o bairro de São Pedro vem ganhando destaque negativo na mídia local. Ao realizar uma busca simples na internet, a maioria das notícias se debruçam sobre o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas na região.

Atualmente, muitas são as demandas do bairro, que comporta e acolhe tanta gente, mesmo que de forma improvisada. Cerca de 60 anos, que não contam com o esforço para construção e divulgação de sua história pela administração pública. Sendo esse o bairro mais populoso, com mais força de trabalho e portanto, muitas necessidades de atendimento pelo serviço público, algumas questões surgiram na investigação sobre sua formação. Quem foram os trabalhadores que formaram a região? Por que tanta dificuldade de encontrar sua história escrita, narrada e divulgada (para além de dados estatísticos e notícias de cunho negativo)? Existe uma maneira de recontar a história de um bairro tão relevante para o município? Algumas dessas questões serão desdobradas ao longo da pesquisa, mesmo que se corra o risco de não haver resposta imediata.

### *3.2 Repensando o campo: pesquisa ideal x pesquisa real.*

As oficinas geradoras dos encontros que serão relatados neste subitem passaram por um processo de adaptação e adequação de público alvo, bem como na forma como o conteúdo foi abordado. Para fins de esclarecimento, é importante falar sobre o percurso que conduziu aos encontros e da maneira como se deram, uma vez que o caminhar também é parte da construção do caminho.

Primeiramente, a intenção era trabalhar com a comunidade do bairro de São Pedro, com representações de lideranças comunitárias, trabalhadores, moradores e pessoas que de alguma maneira ocupam o território, desenvolvendo ali suas atividades cotidianas. Na tentativa de ativar a participação comunitária, uma colaboração com o Ponto de Luz Coletivo (PDL) foi articulada. Abre-se aqui um parêntese para falar sobre o referido coletivo, que, por auto definição, é um “coletivo sócio cultural que atua na cidade de Teresópolis na defesa dos direitos humanos em busca de justiça social”. O PDL existe desde o ano de 2015 e foi criado a partir da necessidade de disseminar a cultura da favela e para as favelas de Teresópolis. Como missão, o PDL busca:

(...) agir no enfrentamento das desigualdades sociais e do racismo e discriminação na luta por garantia dos Direitos Humanos partindo das favelas da cidade de Teresópolis, através das linguagens da cultura, comunicação e educação, com atividades partidas da juventude para a comunidade em geral sem distinção de sexo, cor ou crença (Ponte de Luz Coletivo, 2019).

Durante o ano de 2020, o PDL teve importante papel no enfrentamento das dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19, mediante a formação de uma rede de apoio que alcançou cerca de 250 famílias em situação de vulnerabilidade social, agravada pela pandemia. Houve apoio por meio da distribuição de cestas básicas e kits de higiene. Além de materiais de necessidades básicas, o PDL ainda realizou um trabalho educativo com as comunidades, levando informações sobre a pandemia e realizando ações de promoção à saúde. Por meio desse trabalho, o coletivo concorreu na chamada pública “Se liga no Corona”, promovida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como parte de uma campanha que buscou apoiar ações emergenciais para auxílio das populações vulneráveis. Dentre mais de 800 propostas participantes da chamada pública, o PDL foi contemplado e pode ampliar a rede de apoio para as favelas da cidade.

Até o ano de 2020, o PDL possuía sede própria, localizada em um dos morros do bairro de São Pedro, o Morro do Rosário. Contudo, por questões relacionadas às dificuldades da pandemia, o coletivo não conseguiu manter a sede e passou a se reunir virtualmente, na tentativa de não cessar a rede de apoio, bem como realizar a articulação das intervenções no território. Fato é que o PDL é uma importante iniciativa para o enfrentamento das questões inerentes ao território de favela e na disseminação das potências existentes nas mesmas.

Tendo este fio sido desenrolado, volta-se agora ao caminho percorrido até o momento do acontecimento dos encontros propriamente ditos. O primeiro contato com o coletivo, para fins de elaboração dessa pesquisa, se deu em julho de 2021, por meio de sua rede social no *Instagram*. Desde então, muitas conversas e alinhamentos de propostas foram realizadas com a equipe de coordenação e com o corpo do coletivo, mediante a participação de algumas reuniões regulares, realizadas todas as segundas-feiras a partir das 20:00. Nessas reuniões, a proposta dessa pesquisa foi apresentada e explicada para o PDL.

Após diversos alinhamentos, a primeira tentativa de realização das oficinas com o público alvo inicial se deu no dia 24/09/2022. O local no qual as oficinas seriam realizadas foi cedido pela associação de amigos e moradores de Santa Cecília (AMASC), comunidade vizinha ao bairro de São Pedro. A escolha do local foi uma alternativa para a falta de sede do PDL ou outra estrutura que pudesse alocar a quantidade estimada de participantes, que seriam cerca de 25. A comunicação com os possíveis atores da pesquisa foi feita com a ajuda do PDL por meio das redes sociais, como *instagram* e grupos de associações de moradores e outros coletivos no *whatsapp*. Entretanto, mesmo após divulgação massiva da proposta, bem como a tentativa de aproximação com a comunidade por meio do PDL, as oficinas não tiveram adesão da comunidade e infelizmente não aconteceram da maneira proposta.

Em reunião com o PDL logo após o insucesso da tentativa de implantação das oficinas, foram destacados alguns pontos que poderiam ter influenciado na não adesão da comunidade à proposta. O primeiro ponto levantado foi a questão da contrapartida direta para a comunidade. Os integrantes do PDL comentaram que, em alguns momentos nos quais precisaram intervir com alguma formação sobre algum assunto junto à comunidade, a forma de garantir a adesão foi a distribuição de cestas básicas após os eventos. Dessa forma, a adesão e a participação das pessoas nas atividades propostas foram garantidas. Outra questão talvez tenha sido a proximidade com o primeiro turno das eleições de 2022, que envolveram parte das lideranças comunitárias em campanhas ou articulações políticas na tentativa de trazer melhorias para a comunidade. Também ficou evidente que seria necessário investir no estabelecimento de vínculo entre a pesquisadora e as lideranças comunitárias para fins de mobilização da comunidade, contudo, muito em função dos fatores supracitados, essa aproximação não se estabeleceu. De fato, ficou evidente que a estratégia para a coleta de dados desta pesquisa teria que ser repensada. O melhor, nesse momento, foi recuar e reestruturar a proposta, considerando as adversidades que emergiram da primeira tentativa de campo.

Todas essas dificuldades foram levadas para serem discutidas com o orientador dessa pesquisa, o Prof. Dr<sup>o</sup> Ricardo Correia e o Coorientador, Prof. Dr<sup>o</sup> Rafael Fortunato, que então sugeriam que o PDL fosse mais que apenas articulador dentro da pesquisa, mas que fosse também participante da pesquisa. Afinal, dada a importância da atuação do coletivo dentro do bairro de São Pedro, seria interessante olhar a perspectiva deles sobre o local, dentro dessa temática. Com isso, ainda que o objetivo principal da pesquisa se mantivesse, o ator da pesquisa seria um coletivo organizado e atuante no local. Algumas adaptações teriam que ser feitas nas oficinas, uma vez que o PDL talvez já pudesse ter alguma noção sobre o tema desta pesquisa mediante a atuação no território.

Após os reajustes, um novo contato foi feito com o PDL que prontamente aceitou a proposta para ser participante da pesquisa e, sendo assim, marcaram-se as datas para as oficinas, que foram divididas em duas etapas, a primeira ocorreu em 09/10/2022 e a segunda em 03/12/2022. Esse espaço de tempo entre as duas etapas se justifica, uma vez que no mês de novembro, o coletivo esteve envolvido nos eventos com a temática da Consciência Negra, comemorada no dia 20 do referido mês.

### *3.3 Oficinas de intervenção: identidade, território e protagonismo.*

Em 09/10/2022 e em 03/12/2022, como já mencionado, aconteceu a etapa das oficinas propostas nesta pesquisa e estiveram presentes oito representantes do PDL. O encontro foi dividido em duas fases, com intervalo de cerca de 25 minutos entre elas e se deram da maneira descrita abaixo. Sendo assim, serão apresentados nos próximos parágrafos a maneira como se deram todas as oficinas propostas neste trabalho.

#### *3.3.1 Oficina I: “Quem sou eu nesse território?”*

Com duração de cerca de 90 minutos, essa oficina sugeriu que os participantes falassem sobre si e sobre como se percebem no território do bairro de São Pedro. Contudo, antes que as dinâmicas se iniciassem, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que os participantes tiveram a oportunidade de saber os objetivos da pesquisa, bem como todos os detalhes sobre sua participação. Houve também um momento para que possíveis dúvidas fossem esclarecidas e, não havendo nenhuma, seguiu-se com o programado.

Passada essa etapa, o coletivo foi convidado a sentar em duplas para responder ao questionário semi estruturado que continha questões sobre autodeclaração racial, sexualidade, a quanto tempo mora/atua/frequenta o bairro de São Pedro. Também foi sugerido que os participantes contassem para o parceiro, de maneira breve, sobre a sua história com o local. Com os questionários preenchidos, foi solicitado que os participantes, em vez de falarem sobre si, apresentassem o seu parceiro com base no que foi conversado. Importante salientar que, enquanto o momento da conversa sobre o questionário ocorria, foi percebido que mesmo se conhecendo e sendo parte de um coletivo, os participantes relataram algo sobre si e sua vivência no local que surpreenderam seus parceiros.

Desta maneira, destaca-se abaixo as informações passíveis de tabulação sobre os participantes: dentre os oito participantes, cinco se declararam pretos e três se declaram pardos, embora dentre os autodeclarados pardos, dois deles relataram que entendem que são socialmente vistos como pessoas brancas. Sobre identidade de gênero e sexualidade, todos se entendem como mulher/homem cisgênero, sendo quatro heterossexuais e três bissexuais. Um dos participantes não cedeu as informações no questionário. Sobre as profissões: dois são psicólogos, um assessor parlamentar e educador social, uma rapper, uma garçonete, um analista de sistemas, um operador de máquinas e uma gastróloga.

Para fins de organização do registro do diálogo entre eles sem que a proteção da identificação dos mesmos fique comprometida, serão utilizadas as suas iniciais. Desta forma, os dois psicólogos serão “M” e “F”, respectivamente, o assessor parlamentar e educador social será “V”, a rapper “T”, a garçonete “S”, o analista de sistema “J”, o operador de máquinas “D” e a gastróloga “MN”

Quanto aos questionamentos a respeito das relações dos participantes com o bairro de São Pedro, foi pedido que os mesmos dissessem a quanto tempo moram/atuam/trabalham no local. A maioria dos participantes tem relação profunda de moradia e/ou atuação no bairro e isso foi bastante destacado nos relatos sobre as vivências. Alguns deles moram no bairro desde que nasceram e experienciam o cotidiano dentro do local ao longo de suas vidas, o que torna o seu envolvimento com o bairro quase indissociável à construção de suas identidades. Outros já moraram na localidade e hoje têm residência em outro bairro, mas frequentam o bairro de São Pedro em função de amigos e/ou familiares. Outros residem em bairros vizinhos com forte relação entre as comunidades que formam o bairro de São Pedro. Uma das participantes teve contato com o bairro de São Pedro por meio do PDL há pouco mais de um ano, os outros participantes possuem relações com o local há mais de 20 anos. Desta forma, o quadro abaixo ilustra a síntese sobre essas informações:

Quadro 7 - resumo do perfil dos participantes da pesquisa

<b>NOME FICTÍCIO (iniciais)</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>AUTO DECLARAÇÃO</b>	<b>SEXUALIDADE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>TEMPO DE RELAÇÃO COM O BAIRRO</b>
“M”	PSICÓLOGA	PRETA	HÉTÉROSSEXUAL	MULHER CIS	MAIS DE 20 ANOS
“V”	ASSESSOR PARLAMENTAR E ARTICULADOR SOCIAL	PRETO	BISSEXUAL	HOMEM CIS	NASCEU, CRESCER E RESIDE NO BAIRRO
“F”	PSICÓLOGO	PARDO	HÉTÉROSSEXUAL	HOMEM CIS	MAIS DE 20 ANOS
“J”	ANALISTA DE SISTEMAS	PARDO	HÉTÉROSSEXUAL	HOMEM CIS	MAIS DE 20 ANOS
“T”	RAPPER	PRETA	BISSEXUAL	MULHER CIS	POUCO MAIS DE 1 ANO
“D”	OPERADOR DE MÁQUINAS	PRETO	HÉTÉROSSEXUAL	HOMEM CIS	MAIS DE 20 ANOS

“S”	GARÇONETE			MULHER CIS	POUCO TEMPO
“MN”	GASTRÓLOGA	PRETA	HÉTÉROSSEX UAL	MULHER CIS	NASCEU, CRESCEU E RESIDE NO BAIRRO

Fonte: elaborado pela autora

Ainda sobre o momento das apresentações, “M” disse que “V” é um mobilizador do território e que leva uma *“representação territorial”* para outros espaços da cidade. Para ela, o articulador social é uma das pessoas de referência para as questões do bairro que envolvem o cotidiano das favelas. Segundo “M”, as questões sobre território transpassam o local físico, pois é algo que *“se leva consigo”*.

O segundo momento dessa oficina aconteceu com a formação de uma roda de conversa na qual os participantes foram convidados a falar sobre o território do bairro de São Pedro e sobre como o local influencia e/ou influenciou suas ocupações cotidianas, considerando os marcadores de raça, sexualidade, gênero e classe que foram mencionados. A intenção foi que eles, enquanto coletivo, discutissem como as questões do bairro os atravessavam e atravessavam suas ações e experiências.

Sendo assim, “F” quis começar relatando a história de sua família no bairro. Contou que toda a sua infância com o bairro está relacionada com a questão de ser “filho de empregada”, pois sua mãe era trabalhadora doméstica e trabalhava como caseira para uma família que morava em um dos bairros mais nobres da cidade. Por ser caseira e residir no trabalho, sua mãe tinha bastante contato com os filhos dos patrões, mas citou a questão do não pertencimento, porque apesar de eles morarem na residência dos empregados da casa, aquele não era o lugar deles. Diferentemente, com o bairro de São Pedro, onde seus tios, primos e parentes moravam, de acordo com “F” havia afetividade e envolvimento. Relatou que sua família é de origem nordestina e que a sua mãe é um arrimo, principalmente para seus primos, em função do falecimento de seus tios. Contou que a família veio para o sudeste aos poucos e ficavam na casa de empregados na qual residia e que, após se estabilizarem, mudaram-se para o bairro. “F” ainda relatou que sua mãe sempre era corrigida por seu sotaque no ambiente de trabalho, pois, pediam para que ela falasse direito. Por fim, relatou que, mesmo se autodeclarando como pardo, entende seus privilégios e sabe que sempre foi tratado de maneira diferente de seus amigos pretos no bairro.

Dando sequência, “D” falou que estudou no bairro por apenas um ano, mesmo morando em uma favela distante. Disse que notou uma certa rivalidade entre as favelas no início e se

sentiu um pouco excluído, o que foi difícil para ele. Contou que sempre gostou de fazer alguma atividade depois da aula, como jogar cartas ou basquete na praça no bairro, mas contou que o simples fato de ser preto e estar naquela praça já era motivo para a abordagem policial, mesmo sendo muito novo. Continuou, falando que as abordagens eram piores quando ele informava que não residia no bairro. Daí surgiu uma reflexão no sentido de que por não ser morador do bairro, ele não tinha o direito de estar ali, o que era estranho, porque ele é morador da cidade. Disse ainda que o estranhamento não partia apenas dos policiais, mas também dos residentes do bairro. Porém falou que também possui muitas lembranças boas do bairro, especificamente dessa praça, em função dos eventos e festas que ele participava, muitas delas promovidas pela igreja católica. Também disse que vê o bairro como um lugar de conexão, tanto geográfica, quanto de experiências, uma vez que o local possui fácil acesso para outros bairros, a pé ou não. Colocou que o local tem um comércio muito bom e considerado ponto de encontro para tudo.

“J” compartilhou suas lembranças no bairro e que não se considera “cria do bairro”, pois não nasceu e cresceu em Teresópolis. Nasceu no Espírito Santo, mas não cresceu lá e se considera desterritorializado. Falou sobre sua autopercepção como alguém pardo, mas que entende ser socialmente visto como branco. Justificou essa fala com o fato de ter morado na Europa e lá ter se entendido, a partir das experiências que viveu, como não branco. No entanto, relatou que no Brasil, não tem dúvidas sobre os privilégios que a cor da sua pele lhe proporciona, principalmente considerando a diferença de tratamento entre ele e seus amigos pretos pela polícia. Contou que seu contato com o bairro se deu por meio de seu avô, que é sua grande referência de aprendizado, principalmente espiritual, por ser budista. Disse que suas experiências no bairro são de conexões familiares e de amizades, além de atividades de cultura, envolvendo a música.

“F” relembrou suas memórias boas sobre o bairro e citou o exemplo das festas que aconteciam na praça, promovidas pela Igreja Católica de São Pedro. “D” complementou dizendo que fazia parte de um grupo de jovens da igreja, que gostava dessa época porque era muito ativo, conhecia muitas pessoas através das ações que participava na igreja. “M” fez uma importante observação, dizendo que a igreja teve e tem uma influência relevante nos jovens da região. “D” disse que na época que participava do grupo jovem, percebia que os estes estavam envolvidos nas atividades da igreja todos os fins de semana. Falou ainda que foi a partir de seu envolvimento com o grupo jovem que ele começou a se “movimentar” no sentido de agir e modificar o que achava que não estava bom.

“M” destacou novamente que o bairro é um lugar de encontros, que o seu contato com o bairro se deu por sua mãe, que era professora de uma escola pública na localidade. Para ela,

o bairro é um lugar de autonomia e circulação, por ser um local que dá acesso a outros bairros. disse que os marcadores que a constitui, giram em torno de ser mulher e preta e que já se sentiu ameaçada em determinados horários, mesmo sentindo que o bairro é um local confortável para estar. Colocou que o fato de ser preta de pele retinta faz com que as pessoas a exerguem como “disponível”. Na vivência no bairro, questões sobre raça e gênero influenciam muito, em sua opinião.

“V” também compartilhou sua experiência colocando que sua família é uma das mais antigas do bairro. Rememorou sua ancestral escravizada, que foi expulsa de uma localidade onde morava e, desta forma, foi para o bairro de São Pedro e lá construiu a história da família. Contou que o avô conseguiu fazer acordos com uma família portuguesa que vendeu o terreno, mesmo com desconfiança. Disse que sua família se dividiu nas localidades do Rosário e do Morro do Tiro, favelas que fazem parte do bairro. Falou que sua vontade de “engolir o mundo” começou porque sempre quis entender porque o local onde morava era diferente e porque ele era diferente. Relatou que é atravessado por diversos marcadores em seu cotidiano no bairro. Argumentou também que a experiência na igreja de São Pedro, durante a adolescência, foi um marco para que ele começasse a entender a diferença de classes. Falou que teve uma infância feliz, lembrando dos blocos de carnaval e das escolas de samba que participava (que atualmente não têm o apoio da prefeitura). Relembrou sua infância brincando embaixo da escadaria da igreja, na época que a praça era aberta (hoje, o local é cercado por muros e a igreja mantém os portões fechados.)

“V”, assim como “F” também tem a percepção do bairro como o “lugar das empregadas” porque é um local formado por trabalhadores pobres. Se descreveu como uma pessoa alegre e criativa, mas que isso era reprimido em alguns espaços, como na casa dos patrões de sua avó. Falou que, por ter sido criado por mulheres, sempre houve medo que ele crescesse com trejeitos femininos, pois por ser preto, precisaria ser forte e “ másculo” para carregar peso. Falou sobre o abuso sexual que sofreu por parte de um professor de um projeto social, aos nove anos de idade e sobre como isso o fez ter contato com bebidas e influenciou seu cotidiano no bairro. Disse que viveu situações que o marcaram dentro da igreja porque nunca tinha dinheiro para sair com os jovens depois das reuniões. Relembrou uma situação no qual foi convidado para ir na casa de uma senhora que frequentava a igreja. Disse que tinha amizade e intimidade com essa senhora e que a ajudava nas ações de caridade da instituição. Relatou que ela morava em uma boa casa e tinha uma vida confortável. Falou que houve uma reunião do coral do grupo jovem na casa dessa senhora e que entrou na casa, sentou no sofá e pegou um dos livros dela para ler. Foi então abordado pelo coordenador do grupo jovem para que ele se levantasse e se

colocasse no lugar dele, pois era muito abusado. O coordenador disse ainda que o lugar dele era do lado de fora. Falou que algumas situações dentro da igreja o fizeram se afastar e perceber as questões que o atravessavam. Disse também que chegou a se envolver no tráfico e que perdeu alguns amigos, mas que, com o samba, nas ruas do bairro, aprendeu a malandragem da sobrevivência. Falou que a escola de samba segurava os jovens contra as drogas e que lá aprendeu sobre diversidade. Se aproximou das religiões de matriz africanas também por meio do samba. Falou sobre sua atuação com arte educação no bairro e sobre o racismo das instituições que lá atuam. Comentou sobre a construção da casa da sua mãe em condições precárias, sem saneamento e alvenaria adequadas e que sentia vergonha de levar os amigos em sua casa. Falou que a fundação do PDL foi um resgate na sua vida, pois a partir da criação do coletivo, pode ver que as coisas para quem morava ali não eram difíceis por causa dele ou das pessoas, mas que tinha algo errado na maneira como o local e as pessoas de lá eram interpretados. Falou que sua cor, sua aparência física longe de ser o homem preto e forte, sua sexualidade, seu cabelo, sua maneira de expressar a masculinidade foram atravessamentos que o colocaram em lugar de vulnerabilidade dentro do bairro. Falou que o bairro de São Pedro o formou e o transformou em quem ele é hoje. Disse que apesar do bairro servir a cidade, ser o coração da cidade, com trabalho, ainda falta ocupar o lugar do “cérebro” se referindo ao grande potencial criativo e mobilizador do local.

Passado o momento da roda de conversa, a partir de toda a discussão que ocorreu, foi solicitado que os participantes produzissem uma ilustração simples que sintetizasse sua atuação e percepção sobre o território por meio da proposta “o que meu corpo fez /faz no território do bairro de São Pedro”. A principal ideia foi que eles reunissem suas auto percepções e histórias em um desenho simples e que depois, falassem sobre essa síntese. O objetivo dessa atividade foi fomentar nos participantes a percepção de que suas ocupações cotidianas também formam o território e, de certa forma, também influenciam na construção do ambiente ao redor.

“F” explicou com seu desenho (FIGURA 9), que entende o território como um lugar de encontros. Observou ainda que, para ele, uma característica das favelas, de forma geral, é ter sempre natureza por perto, ao redor das casas, nos altos dos morros. Ficou marcado ainda em seu relato, o lazer no bairro, por meio das representações da quadra de basquete e do parquinho, que fizeram parte de sua vida.

Figura 9 representação de “F” sobre o território e sobre si



Fonte: arquivo de pesquisa

Em seu desenho (FIGURA 10) “M” se retratou caminhando pelas ruas do bairro de São Pedro, com algumas pessoas ao seu redor, que, segundo ela, estão sempre presentes e juntas na comunidade. Também registrou o bazar do PDL e a antiga casa onde funcionava o coletivo. Ainda retratou a escola na qual a mãe lecionava e a casa de sua tia, que frequentava bastante.

Figura 10 - representação de “M” sobre o território e sobre si

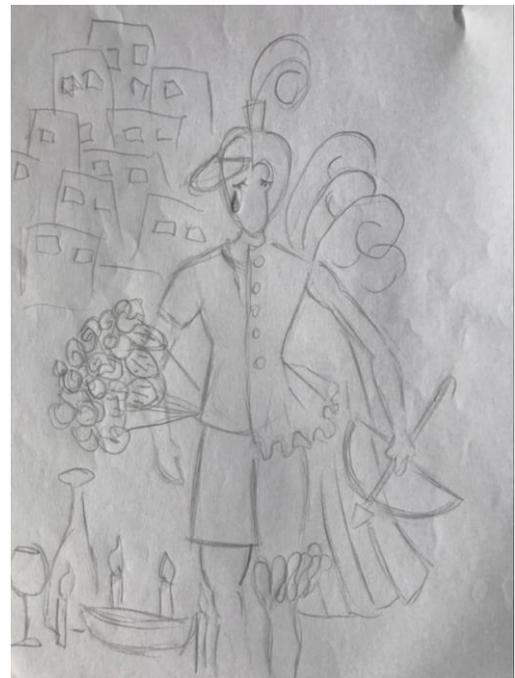
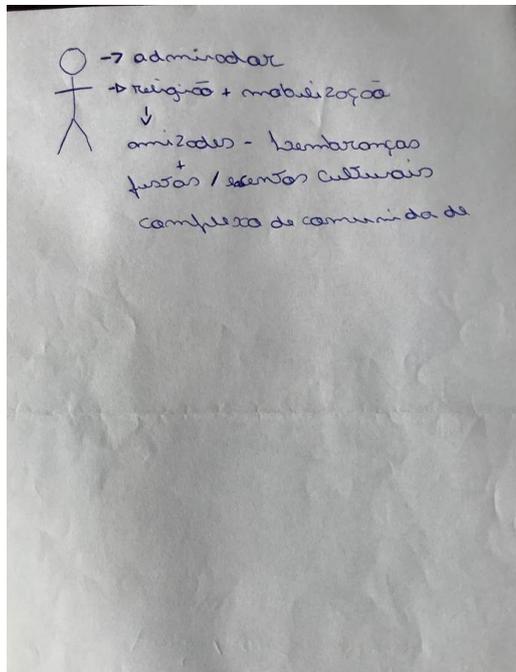


Fonte: arquivo de pesquisa

Já “D” fez um registro de si e em um esquema de palavras sobre o que o bairro é e o que o local desperta nele (FIGURA 11). Se colocou como um admirador do bairro, destacando que a religião foi algo que o despertou para a mobilização. Falou sobre as festas que aconteciam na localidade e sobre o “complexo de comunidade” que vem à cabeça quando pensa no lugar, que é formado por diversas favelas em sua geografia.

“V” retratou as transformações que atravessou no local (FIGURA 12). Explicou que a parte na qual está vestido de Mestre-Sala, segurando o símbolo de seu Orixá, considera a parte exitosa de sua transformação, onde se sente vitorioso com tudo o que aprendeu. Disse que a outra metade do desenho representa seu sofrimento, sua origem, que é a favela. Colocou junto a si um buquê de rosas, simbolizando a energia do feminino que reconhece em si e segundo ele, “uma macumbinha” no lado esquerdo representando sua transformação na fé.

Figura 11 - representação de “D” sobre o território e sobre si mesmo      Figura 12 - representação de “V” sobre o território e sobre si mesmo



Fonte: arquivo de pesquisa

“J” fez uma representação (FIGURA 13) da casa de seu avô, que ficava entre duas comunidades do bairro de São Pedro, as favelas do Perpétuo e do Rosário. Retratou seu avô, com o carro que sempre dirigia, mesmo sem enxergar direito. Fez ainda uma representação de suas raízes na música, já que não possuía muitos amigos no bairro.

“T” se representou de forma a mostrar como o PDL é importante para ela (FIGURA 13), colocando que o coletivo a permitiu se reconhecer, como mulher preta e também reconhecer sua sexualidade. Falou sobre o pertencimento que o PDL cede a ela.

“MN” e “S” precisaram se ausentar por questões profissionais e não participaram dessa dinâmica.

Figura - representações de “J” e “T” sobre o território e sobre si mesmos



Fonte: arquivo de pesquisa

Finalizado o momento das representações, foi salientado que o objetivo foi explorar o pertencimento e o entendimento que os participantes tinham sobre si e sobre o território. Foi compartilhada a observação sobre o fato de a igreja ter tido muita influência na formação dos participantes em algum momento da vida. Observou-se ainda, que a questão sobre meio ambiente não foi levantada pelos participantes, a não ser o participante “F” que fez uma menção à relação entre natureza e favela em seu desenho. Discutiui-se brevemente sobre o entendimento a respeito dessa questão, afinal, o que seria meio ambiente? Inferiu-se que seria algo por vezes distanciado das pessoas, principalmente dos habitantes de favela. Foi destacado que o exercício de entender-se no território e entender sua relação com ele pode influenciar na maneira como

interpretamos a questão do meio ambiente. Desta forma, foi encerrada a primeira oficina e as reflexões feitas nela foram utilizadas para seguir com a segunda oficina.

### 3.3.2. Oficina II: *“Que território é esse e o que a questão ambiental tem a ver com isso?”*

Após o intervalo para almoço, prosseguiu-se com o primeiro dia de oficina, na qual essa segunda etapa teve duração de aproximadamente 120 minutos. Dando sequência às discussões, foi perguntado aos participantes se eles, pensando em suas memórias compartilhadas na roda de conversa e representada nos desenhos, teriam alguma colocação a fazer sobre essas observações feitas pela pesquisadora no momento final da oficina anterior. O que é meio ambiente? Quais memórias eles teriam sobre meio ambiente no território alvo deste estudo?

“J” colocou que se lembra do impacto que teve quando chegou ao bairro de São Pedro e se deparou com uma natureza que ele chamou de “diferente”, uma vez que ele não cresceu no Brasil. Lembrou da sensação de verde intenso dos espaços de natureza que viu. Contudo, disse que, de fato, nunca pensou sobre uma unificação dos espaços urbano e natural.

“M” lembrou sobre uma árvore Bougainville que ficava na “Praça da Arruela”, uma pequena praça que fica no acesso ao Morro do Tiro, uma das comunidades do bairro de São Pedro. Lembrou que a praça foi construída ao redor da árvore, mas que um prefeito da cidade mandou cortá-la. Colocou que a memória dessa praça é algo marcante para ela, sendo uma das referências do bairro, pois quando olhava para aquela árvore, sabia que havia chegado ao bairro de São Pedro. Disse que isso a ajudou a se orientar, quando mais nova, como um ponto de referência para andar pela cidade. “M” ainda falou que na favela, quando se fala em meio ambiente, se pensa sobre saneamento básico, como coleta de lixo, pavimentação, preservação dos espaços verdes que ainda existem. Contudo disse notar a ausência desses fatores em função de um “inchaço” nas favelas, onde as pessoas vão ocupando os espaços que tem, que são os morros, com riscos de deslizamento por causa do clima. Disse que o poder público não pensa sobre esses espaços com risco de deslizamento e também não pensa sobre questões de saneamento.

Após esses apontamentos, foi explicado aos participantes que parte da pesquisa se debruçava sobre como o território de Teresópolis e do bairro de São Pedro haviam sido construídos. Explicou-se que a tentativa era estabelecer uma relação entre a construção dos espaços da cidade e do bairro com o cotidiano do local de estudo. Haveria conexão entre o presente e passado? As questões do bairro se dão por qual razão? Teresópolis seria uma cidade que cuida de seus cidadãos de maneira igualitária, independentemente de quem são ou do

espaço que ocupam? Se sim, como? Se não, porquê? Desta forma, foi perguntado aos participantes o que eles sabiam a respeito da construção da cidade.

De maneira geral, os participantes responderam que Teresópolis era uma fazenda de um inglês chamado George March e que, com a chegada dele, a cidade se desenvolveu até o que se apresenta atualmente. Foi feita pela pesquisadora uma breve explicação sobre os achados colhidos na Casa da Memória Arthur Dalmaso. Explicou-se que as pesquisas foram realizadas tanto em material impresso, como digitalizado, além de arquivos em vídeo, publicados na internet, com domínio público. De certa maneira, todos os achados disponibilizados pelo museu e colhidos na internet, por meio de declarações de autoridades municipais, programas de televisão locais e entrevistas, convergiam para a narrativa de que, antes da chegada do colonizador anglo-português, não havia nada no local. Nenhum registro indígena, poucas pistas sobre a identidade de pessoas negras escravizadas, mesmo com alguns autores relatando achados a respeito da presença indígena na região e um quilombo que ajudava e abrigava negros fugidos da baixada fluminense, o Quilombo da Serra.

Foi explicada aos participantes a importância dessa perspectiva única, uma vez que isso imprime na cidade uma cultura importada, que exclui e desconsidera tudo o que havia antes da colonização, como se o desenvolvimento e as tecnologias de trabalho com a terra estivessem atrelados apenas à chegada do colonizador. Ponderou-se que essa identidade impressa na cidade, bem como no país, pode determinar o modo utilitarista com que é tratado o natural, tendo a natureza como recurso infinito a ser explorado, com finalidade de moeda de troca. Como seria se a cidade valorizasse suas memórias afro ameríndias e a partir dessas memórias construísse seus espaços? Como seria se a cosmovisão dos povos originários para com a natureza fosse considerada para pensar políticas ambientais, de mobilidade, de habitação? Existe relação entre a forma que se conta a história, o entendimento sobre natureza e a construção do território? Neste sentido, parte-se da hipótese de que a postura do poder público que reforça a história do colonizador como única possível, pode fazer com que o olhar de cuidado com as pessoas e com a cidade (e aqui inclui-se a dinâmica ambiental) esteja fixado nos espaços que correspondam, estética e socialmente, à narrativa de herança europeia hegemônica e orgulhosa. Também foi compartilhada com os participantes a dificuldade em achar materiais que contassem a história da região onde hoje se encontra Teresópolis, bem como sobre a narrativa institucional a respeito da formação do bairro de São Pedro, que seria um local formado a partir do estabelecimento de famílias portuguesas na região.

Após o compartilhamento dos achados e da breve explanação sobre o que emergiu da pesquisa documental, sugeriu-se que os participantes refletissem sobre a influência inglesa que

é verticalmente adotada na cidade, no sentido de discutir se eles se sentiam representados ou se há essa discussão no território que ocupam. Todos os participantes responderam que, pessoalmente e enquanto coletivo, não reconheciam essa discussão no território. Contudo, foi destacado por eles que a presença da igreja católica no local pode ser essa herança colonizadora, uma vez que o bairro passou a ter esse nome a partir da construção da Igreja de São Pedro.

Especulou-se ainda a respeito da identidade do turismo ecológico na cidade, uma vez que Teresópolis é considerada a capital do montanhismo e possui muitos espaços de natureza utilizados em roteiros turísticos. Foi perguntado aos participantes como eles percebiam essa narrativa, enquanto pessoas atuantes no bairro de São Pedro. Existe alguma iniciativa institucional, partindo do poder executivo ao longo dos anos (vale salientar que a discussão não se ateve a um governo específico), que aproximasse essa identidade de turismo ecológico às favelas do São Pedro? O participante “J” colocou que, pelo fato de a cidade ter trilhas e muitos espaços de natureza disponíveis, as pessoas acessam e conhecem por conta própria, mas que não consegue apontar alguma iniciativa institucional que aproximasse as favelas de programas e projetos de incentivo à ocupação desses espaços.

Foi perguntado então se as comunidades do bairro de São Pedro se organizavam no sentido de ocupar esses espaços naturais, se havia algum tipo de discussão sobre o meio ambiente que ultrapassasse somente o apontamento dos problemas ambientais vividos pelas comunidades? “J” respondeu que sim, que em suas conversas e trocas com as pessoas percebe essa aproximação com a natureza, também em função do ato de plantar coisas nos quintais para consumo da família. Colocou que, em sua visão, a aproximação ocorre por parte dos próprios moradores que querem acessar as cachoeiras e os parques naturais da cidade.

Sobre esse aspecto, “V” mencionou uma iniciativa no Morro do Tiro, onde, por meio de uma liderança comunitária, os moradores transformaram lixeiras em praças. A revitalização dos espaços é feita com a fixação de bromélias plantadas em casca de coco nos postes do morro. Citou ainda uma iniciativa de um bairro vizinho, o de Santa Cecília, que também transformou uma grande área de lixo em um centro de coleta seletiva, que gera renda para os projetos organizados pela associação de moradores. Falou ainda que as pessoas estão mais conscientes e críticas no que diz respeito à questão ambiental, principalmente com relação às áreas de encostas. Citou o caso da favela Vila Andrade, umas das que compõem o bairro de São Pedro, onde os moradores quiseram se desvencilhar do antigo nome, Morro da Titica. A localidade tinha esse nome por causa de um esgoto exposto e atualmente os moradores estão tomando iniciativa para discutir e sanar o problema, a começar pela adoção de outro nome para o local.

Disse que as pessoas estão discutindo mais sobre meio ambiente, incomodadas com suas ruas e os espaços que ocupam no bairro.

Foi ainda levantada a relação entre a história contada sobre a formação da cidade e dos bairros da cidade e formação social dos espaços, pois enquanto a fazenda erguida pelo colonizador se tornou atualmente um dos bairros mais nobres de Teresópolis, localidades como o bairro de São Pedro podem ter recebido, e sido formados, pelos descendentes dos escravizados por George March, bem como pelos demais trabalhadores pobres, porém remunerados, da época. Os participantes mencionaram ainda que esse bairro nobre, o bairro do Alto, é visto pelos turistas como um centro da cidade, como se o município se resumisse a um aglomerado de prédios bonitos e restaurantes caros. Sendo assim, foi instigado que os participantes falassem sobre o território do bairro de São Pedro e a relação com o meio ambiente nesses espaços.

Chegou-se então ao questionamento sobre o que seria meio ambiente para um favelado. Qual seria o entendimento sobre meio ambiente que se formava nesses espaços? “V” disse que pode ser o espaço que ele habita e transforma, onde constrói seus laços e relações. Por sua vez, “D” disse que nunca havia refletido sobre essa questão e que sentia um certo distanciamento. “J” citou questões como saneamento, coleta de lixo, coleta seletiva, dizendo que é algo que vem melhorando ao longo dos anos, mas que ainda é algo precário no bairro. Falou ainda que as iniciativas de coleta seletiva ocorrem por meio das associações de moradores, ao contrário dos bairros que ele chamou de “centrais”, onde a prefeitura destacou pontos para receptação de lixo reciclável bem sinalizados.

“V” lembrou casos de crianças que faleceram, no bairro de São Pedro e em outra favela da cidade, em função de contaminação por bactérias de esgotos abertos perto de suas residências. Falou ainda sobre os casos que o coletivo vem acompanhando sobre adoecimento de pessoas pelo mesmo motivo. Compartilhou que uma das queixas dos moradores e das associações é a falta de espaços de lazer no bairro, uma vez que essas áreas são poucas e as que existem estão abandonadas.

Foi perguntado se os participantes saberiam dizer se existem famílias acompanhadas pelo coletivo ou famílias que eles conhecessem que não dispunham de saneamento adequado em casa. “V” respondeu que algumas famílias da favela do Pimentel não possuem água encanada e recorrem a uma fonte local para acessá-la. Contudo, destacou que, algo positivo a respeito das favelas do São Pedro é que quase todas elas têm fontes naturais de água potável de fácil acesso às famílias. Falou que a água nesses locais ainda é limpa. “V” ainda mencionou que Teresópolis é uma cidade com uma especulação imobiliária muito forte e que para o morador local, mesmo aqueles que moram em bairros com estrutura, está cada vez mais difícil

conseguir moradia adequada por um preço justo. Falou que participou de pesquisas que mostram que existem cerca de 10 mil apartamentos vazios em um bairro nobre da cidade e que, por outro lado, quase o mesmo número de famílias se encontra na fila de espera por habitação adequada. “M” disse que, após a tragédia ambiental que ocorreu em 2011, com uma chuva torrencial que dizimou muitos bairros na cidade, as pessoas mais pobres que ficaram sem residência foram alocadas em prédios sem muita estrutura, o que, para ela, demonstrou descaso. Disse que os morros de Teresópolis são propícios a deslizamentos, muito em função do tipo de clima local, mas que não há planejamento por parte do poder público que pense nesse problema.

Diante do apontamento das diferenças entre bairros nobres da cidade e as favelas, principalmente as do bairro de São Pedro, foi perguntado aos participantes, considerando ainda a questão ambiental, se eles conseguiam explicar o porquê dessas diferenças. “J” respondeu que pode ter a ver com a história do Brasil, com a construção dos territórios e talvez envolva questões sobre racismo. Falou que o apagamento cultural também pode ter influenciado na depreciação dos espaços de favela.

Após as discussões a respeito do território, foi solicitado que os participantes produzissem um mapa coletivo, considerando todas as questões levantadas por eles até o momento. Desta maneira, eles produziram o mapa destacado abaixo (FIGURA 14). Na discussão sobre qual seria o centro do bairro de São Pedro, chegou-se à conclusão de que os arredores da igreja católica seriam o ponto central do bairro. Nessa oficina foram desenhadas no mapa a igreja católica, o posto de saúde e pronto atendimento, o posto policial, as ruas e as casas das favelas e outras construções marcantes no bairro, também foram destacadas as questões sobre saneamento. Os aspectos culturais e a subjetividade do bairro, também dentro da discussão ambiental, foram colocadas nas oficinas posteriores, como será apresentado mais adiante.

Figura 14 - mapa coletivo do bairro de São Pedro



Fonte: arquivo de pesquisa

Com a construção do mapa, o primeiro dia de oficinas foi finalizado. Durante a construção os participantes conversaram sobre os aspectos do bairro, tanto geográfico, destacando a facilidade de acesso entre as favelas, bem como para o restante da cidade. Compartilharam também as experiências pessoais e lembranças enquanto desenhavam os pontos do bairro, falando sobre festas, atividades culturais e religiosas que fizeram parte de suas infâncias no local.

### 3.3.3 Oficina III: “O que é racismo ambiental e como ele interfere no direito à cidade?”

Em 03/12/2022, ocorreu a segunda rodada de oficinas dessa pesquisa e a terceira oficina teve uma duração de cerca de 70 minutos. Infelizmente, alguns participantes por motivos pessoais e profissionais não puderam participar, contudo, os participantes “F”, “M”, “V” estiveram presentes representando o coletivo.

Houve um momento inicial no qual se fez um pequeno resumo das oficinas passadas, com a intenção de aflorar novamente as discussões que ocorreram naquele momento. Foi compartilhada com os participantes uma percepção da pesquisadora, ao analisar as falas e o material produzido nas oficinas anteriores, que a igreja católica do bairro teve uma influência relevante na formação deles enquanto atores mobilizadores no local. Perguntou-se se eles concordavam com essa percepção ou se tinham outra leitura a respeito. “M” colocou que, em alguns momentos, a igreja atende a um papel social e atua onde o Estado é ausente, que mobiliza e sensibiliza as pessoas ao mesmo tempo que ocorre a doutrinação. Foi relembra da fala do

participante “D” nas oficinas anteriores, no sentido de afirmar que para ele, a igreja foi onde ele aprendeu a se mobilizar.

Outro compartilhamento feito com os participantes, também com base no que foi produzido anteriormente, foi o sentimento de afeto que os participantes têm com o bairro de São Pedro. Contudo, foi comentado que as questões sobre meio ambiente ainda estariam num campo distante das discussões diárias dos participantes, bem como da pauta do coletivo. “M” apresentou dúvidas sobre o que seriam “questões sobre meio ambiente” às quais a pesquisa se referia. Foi respondido que essas questões giram tanto em torno do saneamento ambiental do bairro, bem como sobre as questões dos problemas relacionados aos desastres ambientais enfrentados pelas comunidades e ainda sobre a percepção sobre meio ambiente que os participantes tinham. Para ilustrar novamente esses exemplos, foi perguntado aos participantes o que seria meio ambiente para eles. Os participantes tiveram dificuldade para expressar suas percepções. “M” disse que quando se fala em meio ambiente, ela pensa em terra, árvore, e que nas favelas ela percebe que existe mais concreto do que “verde”. Também disse que pensa no saneamento, que influencia no adoecimento das pessoas. “F” disse que o termo, mesmo que seja bastante utilizado, é difícil de ser descrito em seu significado. Disse que podem envolver questões sobre o ciclo de vida de todos os seres, bem como o contexto urbano no qual as favelas estão inseridas. Relembrou sua fala nas oficinas anteriores, onde ele mesmo disse que, para ele, as favelas estão muito próximas de áreas verdes. Lembrou de um clipe de rap, onde um artista produziu um clipe em uma das favelas do bairro de São Pedro e assistir a esse clipe, marcou sua percepção para o verde nas favelas. “V” concordou e acrescentou que para ele, o meio ambiente é onde acontece a vida, o desenvolvimento, independentemente de haver paisagens naturais ou não.

“M” comentou que pode haver uma ideia de distanciamento entre o meio ambiente e as pessoas desde a infância, principalmente para crianças de favela. Ponderou que, talvez a escola, pode ser um fator que influencia nesse distanciamento, uma vez que o entendimento sobre meio ambiente sempre fica no campo do “eu estou aqui” e “a natureza está lá”. “F” disse que, para ele, o distanciamento também pode ser causado pela ideia nociva que se faz da ocupação humana nos espaços, como se as pessoas não pudessem estar nesses espaços naturais porque o estragariam. Falou-se ainda sobre o medo que as pessoas têm a respeito das chuvas fortes que podem carregar as casas nos deslizamentos. O medo do que um fator abiótico essencial a vida pode trazer, não em função de seu acontecimento em si, mas devido às consequências dos descasos com os espaços vulnerabilizados, propícios a deslizamentos e enchentes.

Falou-se que, mesmo que os participantes tenham mencionado em alguns momentos as questões ambientais no bairro, e que muitas delas surgiram apenas após perguntas sobre o tema feitas pela pesquisadora, o tema não aparece nas representações feitas por eles nas oficinas anteriores. “F” falou que teve uma percepção que se aproximou do tema em uma outra comunidade que o PDL atuou, que tinha problemas com lixo, pois fica próxima a um “lixão”. Falou que o PDL realizou uma ação sobre o tema no local, mas que o coletivo se preocupou com a continuidade da discussão no local. Levantou-se que a maioria das ações sobre meio ambiente nas favelas giram em torno da reciclagem e da geração de renda sobre o material reciclado, mas que discussões a respeito de problemas estruturais, sobre o porquê desses espaços serem como são, não é muito abordada, pois é um tema difícil.

Foi falado ainda para os participantes que os espaços de favelas podem ser pensados como espaços de lazer atrelados aos espaços naturais existentes nessas regiões. Considerou-se o potencial do bairro de São Pedro, que possui muitas áreas verdes que poderiam ser pensadas pelo poder público para lazer dos moradores. Foi perguntado para os participantes se eles percebiam o potencial de lazer nos espaços naturais no bairro de São Pedro, se eles percebiam o território para além das problemáticas apontadas. Os participantes responderam que não percebiam dessa forma. Foi comentado por um deles que o distanciamento entre o morador e o conceito de meio ambiente pode afastar as pessoas dessa discussão. Relembrou-se o afeto que os participantes demonstraram ao lembrar suas experiências no bairro de São Pedro e ponderou-se que talvez pudesse ser uma estratégia de aproximação entre o morador e o seu ambiente, para cuidado e lazer. “F” disse que é uma discussão necessária. Citou um material que teve contato que falava sobre cotidianidade e trilhas urbanas, sobre como se pode marcar pontos das cidades com acontecimentos que causem ruptura ou construção de afetos, dizendo que talvez isso poderia explicar a falta de percepção sobre meio ambiente nas favelas. “V” lembrou que os campinhos e as lajes nas favelas podem gerar o contato com a natureza, o primeiro em função do contato direto com a terra e o mato e o segundo em função da vista para os morros e montanhas. Falou ainda sobre como o capitalismo faz com que se perca o contato com o natural, até mesmo dentro das favelas, com o entendimento de que ter é melhor que ser, que comprar e encher os espaços de coisas é sinal de desenvolvimento. Disse que isso faz com que as crianças percam o contato com a natureza nas brincadeiras diárias, encontrando bichos e entrando nos matos. Disse ainda que os ambientes religiosos como igrejas e terreiros, de certa forma, fornecem o contato com a visão comunitária sobre o meio ambiente.

“V” ainda disse que a vivência com o natural nas favelas também é influenciada pelo o que ele chamou de “política do medo”, na qual o favelado tem medo de sair de casa, de

aproveitar o externo, as ruas, os bares, as trilhas, em função da guerra às drogas que acontece nesses espaços. Para ele, as pessoas estão cada vez mais trancadas em casa, perdendo o contato comunitário fora de suas residências por causa do medo. “M” concordou e compartilhou uma lembrança de sua infância, dizendo que entrava no mato perto de casa para cortar pinheiros para enfeitar no Natal, mas que não vê isso hoje em dia.

Neste momento, foi feita aos participantes uma apresentação dialógica sobre os principais conceitos sobre racismo ambiental. Explicou-se sobre o surgimento do conceito e também sobre como se configura nos diferentes espaços sociais, urbanos ou não, nos dias atuais. Falou-se ainda sobre questões que atrelam emergência climática e racismo. Explicou-se que as favelas são estatisticamente ocupadas por pessoas de maioria preta e parda e que esses espaços são ambientalmente negligenciados, utilizando o exemplo de todas as questões de saúde e saneamento já trazidas para os participantes. Foram levantadas questões sobre mobilidade, planejamento, saneamento e lazer. Com o levantamento dessas questões, foi apresentado aos participantes o conceito de Direito à Cidade, postulado por Henri Lefebvre, explicando sobre como esse conceito pode ser pensado a partir das favelas, como garantia ao uso da cidade em sua plenitude, sem restrição de cor, raça, gênero e outros marcadores sociais que atravessam os indivíduos.

Após a explanação, os participantes colocaram suas percepções a respeito de como eles entendiam o conceito de Direito à Cidade, atrelando questões como mobilidade, acesso, pluralidade e comunidade. Compartilharam ainda suas percepções, a partir dos conceitos que foram apresentados, sobre racismo ambiental nas cidades, também trazendo exemplos de cidades de fora do Brasil. Ainda perceberam que nas favelas, existem lugares com valores de uso muito alto, que facilitam a mobilidade entre bairros, sendo muitos desses lugares cercados por natureza com trilhas abertas pela população, mas que por ligarem bairros periféricos, não contam com investimento e estrutura por parte do poder público. Mediante a apresentação dos conceitos, “M” refletiu que talvez seja em função dessa dinâmica de valor de uso e de troca, os espaços se tornam favelizados, uma vez que o valor de troca do favelado com a cidade é o serviço.

Ainda refletindo sobre a ocupação da cidade por parte dos moradores do São Pedro, deu-se o exemplo do Horto Municipal. É um espaço público municipal com entrada gratuita que oferece uma experiência interativa com a natureza. Existem jardins sensoriais, animais, plantas de muitas espécies e dois espaços com parquinho para crianças, um ótimo local para passar o dia e fazer um piquenique. Contudo, o que inicialmente parece ser acessível, para o morador das favelas do bairro e de outros bairros não seria tão simples assim. O Horto

Municipal fica localizado em um dos bairros mais exclusivos e caros de Teresópolis, o Carlos Guinle. No local, não há linhas de ônibus disponíveis e as únicas opções para chegar lá são de carro particular ou por carro de aplicativo. Para chegar ao horto de transporte público, quem mora no Bairro de São Pedro teria que pegar uma condução e andar uns bons minutos a pé. Com crianças pequenas isso é demasiadamente difícil, além de oneroso, uma vez que o preço da passagem também não é barato na cidade, estando fixado em R\$4,95. “F refletiu que gratuidade de tarifa também seria uma forma de garantir o direito à cidade.

Após as reflexões, perguntou-se aos participantes como os temas sobre história local, racismo e meio ambiente poderiam se cruzar em algum momento. “V” fez reflexões sobre a pobreza como herança histórica, principalmente nas favelas, que foram construídas mediante a exclusão de pretos e pobres para a margem. Colocou que quando fala sobre a formação das favelas nas palestras em algumas escolas, traz a reflexão da favela como um lugar de pretos, e que quando o pardo ou o branco passam a morar na favela seria porque eles perderam valor social. Falou que isso pode se intensificar quando essas favelas se encontram em cidades que são projetadas para uma determinada classe social, porque as ações são pensadas para um determinado público, inclusive nos comércios e nos serviços. Teresópolis seria uma cidade projetada para a branquitude. Foram citados outros espaços de turismo ecológico que não são acessíveis para os moradores do bairro de São Pedro, mesmo que tenham entrada gratuita, o acesso é remoto e oneroso. Novamente se fez a reflexão sobre o entendimento sobre meio ambiente para o favelado, a noção de separação e distanciamento dos espaços naturais, mesmo com esses espaços muitas vezes no quintal de casa. “V” ainda deu um exemplo de quando esteve na Suíça, dizendo que lá existem espaços naturais disponíveis e acessíveis para toda a comunidade. Percebeu que lá é comum o contato com a natureza no cotidiano, o que não é tão comum por aqui. Fez uma vinculação entre a ocupação da cidade e a antiga Lei da Vadiagem, que punia a ociosidade em espaços públicos, dizendo que pode ser uma legislação racista, uma vez que punia pessoas negras. Disse que pessoas negras e pobres fora da favela sofrem uma série de preconceitos, como se não fizessem parte da cidade. Ponderou-se ainda que o bairro de São Pedro tenha um lugar afetivo nas memórias e vivências dos participantes por ser um segundo centro da cidade, o centro deles, que acolhe suas dinâmicas.

Após a conversa, foi pedido que os participantes retomassem o mapa desenhado na oficina anterior e que o observassem, levando em conta as observações feitas nesse encontro. Os participantes observaram o fato de terem posto a igreja em um lugar de destaque e que no primeiro momento, apenas os problemas relacionados ao meio ambiente emergiram. Com as reflexões consideradas, foram adicionados também as questões sobre o potencial do bairro,

como os campinhos, as nascentes de água limpa, os espaços de mata por entre as casas, os terreiros, as pessoas, as escolas de samba, aspectos que para eles, fazem com que o Bairro de São Pedro se torne o local que os acolhe, ressignificando o olhar sobre a questão ambiental.

Enquanto os participantes repensavam o mapa, foi perguntado se, enquanto coletivo, se eles percebiam se as pessoas das favelas do bairro de São Pedro conseguiam relacionar o recorte racial ao local onde viviam, se conseguiam compreender o quão a raça está relacionada com a construção do ambiente das favelas. Foi respondido que não, pois isso não é uma discussão fomentada, principalmente quando se fala sobre meio ambiente. Eles refletiram que é difícil pensar em outras possibilidades quando a realidade não permite sonhos, quando tudo o que se conhece é aquilo o que se apresenta no dia-dia. Houve uma conclusão de que raça e meio ambiente, de maneira geral, não são relacionados na favela.

### *3.3.4 Oficina IV - Como lidar com o fenômeno do racismo ambiental na vivência cotidiana?*

Após revisitarem o mapa coletivo, os participantes foram convidados a pensar em como o PDL pode contribuir para a difusão do tema "racismo ambiental" na favela? Se o problema existe, mas de certa forma não está tomado como consciência o entendimento sobre ele no cotidiano. Como lidar com esse fenômeno? Foi respondido que é necessário lidar com este fenômeno, principalmente após as oficinas. Também foi levantado pelos participantes que dentro das favelas existem pontos mais críticos, em se tratando de saneamento ambiental, do que em outros e essa discussão precisa ser trabalhada com os moradores.

Uma estratégia pensada pelos participantes seria talvez abordar o tema através da afetividade com o local, algo trazido por eles quando falaram sobre o bairro de São Pedro, bem como quando compartilharam suas memórias no bairro. Para eles, é preciso jogar visibilidade sobre o tema, uma vez que é pouco discutido. Também refletiram que é preciso que o morador do bairro de São Pedro se sinta parte da cidade, retomando a discussão sobre direito à cidade e sobre os valores de uso e de troca postulados pela teoria.

Foi comentado com os participantes que, de fato, não há soluções simples para os problemas discutidos até então, mas que como o coletivo possui influência local, seria interessante se eles incluíssem em suas pautas a discussão sobre racismo ambiental.

“F” comentou que é preciso que se tomem atitudes que sejam estruturais, que interfiram nas questões estruturais do bairro. Comentou que uma estratégia pode ser fomentar o apreço pelo bairro, destacando sua potencialidade. Outra estratégia pensada também foi a de dar

destaque para os atores que já trabalham a questão ambiental no local, como o exemplo do Morro do Tiro, onde um líder comunitário está transformando a paisagem do morro, por meio da fixação de bromélias nos postes e outras iniciativas que integram a discussão ambiental na favela. Essa poderia ser uma opção para que não se fale apenas negativamente das favelas, mas para que também se evidencie como a dinâmica já ocorre e como os problemas são manejados, mesmo que a discussão sobre o tema específico do racismo ambiental ainda não ocorra.

“V” disse que tem pensado bastante sobre como reacender a mobilização presencial nas pessoas, pois ele percebe que muitas discussões ficam apenas no campo virtual, com as pessoas vidradas em telas e esquecendo do contato real com os outros. Disse que, mesmo em questões relevantes para as comunidades, se trabalha muito a imagem pessoal, o que vai gerar curtidas. Disse que não sabe mais como fazer para que quem se mobiliza pense menos em si mesmo e mais na comunidade.

Importante salientar que, durante essa discussão sobre como os participantes poderiam pensar sobre o tema dentro do território e sobre como incorporá-lo em suas ações, eles ainda continuavam a inserir detalhes no mapa, como o Salão da Ágatha, de propriedade de Ágatha Gisele, mulher trans e importante ativista LGBTQIA+ na localidade e na cidade. Outros detalhes adicionados foram mais pessoas, pipas coloridas, a iniciativa “Rap in Favela” fomentada pelo PDL e a agrofloresta do Seu João, um dos primeiros moradores do Morro do Tiro, que fez em seu quintal uma pequena agrofloresta, demonstrando que ancestralidade e lida com a terra estão relacionados.

Salienta-se aqui que as propostas levantadas, ainda que no campo das ideias, demonstram como é importante discutir racismo ambiental nas favelas. O coletivo, apesar de ter se disponibilizado à discussão sobre o tema dentro de sua pauta, enfrenta a falta de financiamento e incentivo públicos para desenvolver suas ações, desta forma, o tema seria uma demanda a ser pensada a longo prazo, mediante planejamento e estruturação da discussão. A pesquisadora se colocou disponível para auxiliar na discussão e em possíveis intervenções formativas dentro das comunidades. Essa poderia ser uma ferramenta de mobilização, segundo os participantes.

Desta maneira, com a possibilidade de discussão e formação sobre o tema em parceria com o PDL (embora mais ações sejam necessárias para a efetividades dessa proposta) as oficinas foram finalizadas.

### 3.4. Categorias de análise

Para identificar a(s) categoria(s) de análise dos dados obtidos nas oficinas, foi seguido o método da análise de conteúdo de Bardin, como já descrito. Levando em consideração o objetivo central desta pesquisa, no sentido de compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos moradores no Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro, foram buscados códigos que identificassem o racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade de Teresópolis. Para tal, foram elencados códigos relacionados à teoria e a literatura que sustentam esse trabalho, informados pelas unidades de registro (trechos e palavras expressas pelos participantes da pesquisa). Também foi aferida a frequência desses códigos, diretamente ou por similaridade (palavras, expressões, frases que estejam relacionados ao tema) com o objetivo de investigar a importância das subjetividades colocadas pelos participantes. O quadro abaixo ilustra esse procedimento.

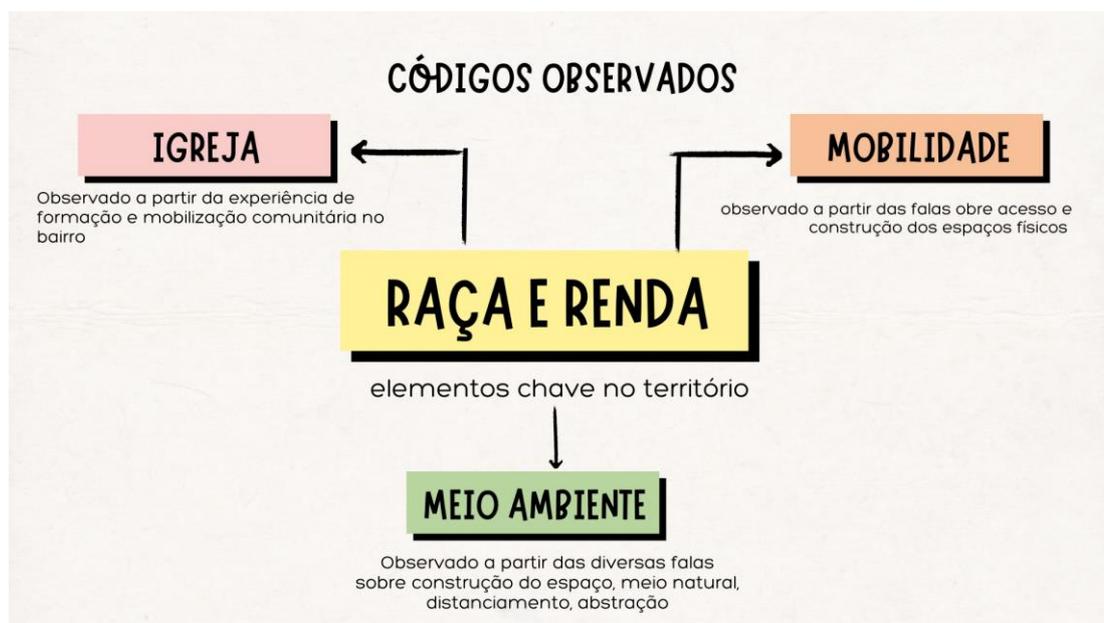
Quadro 8 - identificação das categorias de análise

IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE PELA METODOLOGIA DE BARDIN			
CÓDIGO	FREQUÊNCIA	EXPLICAÇÃO	TRECHOS DAS UNIDADES DE REGISTRO
Igreja	Direta: x11 Por similaridade: x7	A igreja católica com grande influência na formação do território, bem como na formação das pessoas e no entendimento sobre mobilização e identidade.	“na igreja entendi o que é mobilização”  “ a partir da experiência na igreja, entendi meu lugar”
Renda / Pobreza	Direta: 3 Por similaridade: x5	Foi um código frequente para explicar a formação do espaço do bairro, bem como para explicar a construção do espaço da cidade de maneira a excluir que é pobre	“bairro de empregadas”; “lugar formado por trabalhadores pobres” ; “pobreza como herança histórica nas favelas”; “casas com estruturas inadequadas”
Raça/ racismo	Direta: 4 Por similaridade: x6	Esse código surgiu para relacionar a construção histórica do território, bem como para falar sobre o entendimento sobre si no local de estudo. Foi um item importante para fins de identidade, mobilização e reflexão sobre si, sobre o bairro e sobre a cidade.	“pardo, mas entende que é socialmente visto como branco”.  “ser negro e estar na praça é motivo para abordagem policial”; “meus amigos negros não são tratados da mesma forma que eu”; “coloque-se no seu lugar”; “seu lugar é do lado de fora”.
Mobilidade	Por similaridade: 5X	Para os participantes, o bairro é um lugar que	“cuidado com o espaço é diferente na favela e em

		fomenta a mobilidade de seus atores. Contudo, mesmo sendo um bairro de grande potencial na cidade. Contudo, mesmo que os moradores e/ou atores do bairro enxerguem esse potencial, o poder público não cuida desse espaço adequadamente e não investe em políticas públicas que pensem o tema no local,	bairros nobres”; “falta de espaços de lazer”; “lugar de autonomia”; “bairro de conexões geográficas e de experiências”; “apesar do bairro servir a cidade, ser o coração da cidade, com trabalho, ainda falta ocupar o lugar do “cérebro”;  “morador trocando a cidade pelo serviço”
Meio ambiente	Direta: 3 Por similaridade: x6	Segundo os participantes, questões sobre meio ambiente não são fomentadas na favela. Parece haver um certo distanciamento para com o tema e quando há discussão, ela tende a apenas resolver questões de urgência, tais como o saneamento ambiental inadequado. Questões que discutem a estrutura do problema ambiental nas favelas não surgem. Não há a associação de raça e meio ambiente e pouca reflexão sobre o potencial positivo do local.	“adoecimento de crianças por causa do esgoto aberto”; não há coleta de lixo reciclável no bairro, diferentes de bairros nobres que contam com pontos de coleta”; “distanciamento sobre o tema na favela”; “especulação imobiliária e gentrificação forma espaços precários e “inchados”;

Desta forma, considerando o objetivo central desta pesquisa, os códigos “raça” e “renda” foram considerados os elementos chave para contextualização do tema no território. Os códigos “igreja”, “meio ambiente” e “mobilidade” foram considerados atravessadores que influenciam no cotidiano do território marcado por questões de renda e de raça (FIGURA 15),

Figura 15 - esquema sobre os códigos que atravessam a vivência dos participantes da pesquisa no Bairro de São Pedro.



Fonte: arquivo de pesquisa

A partir da observação destes códigos os achados desta pesquisa serão discutidos, sempre observando o objetivo central do trabalho. Com o estabelecimento destes códigos alinhados aos objetivos de pesquisa, foi estabelecida a categoria de análise que será discutida no próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV - Discussão

Mediante a elaboração do esquema e da reflexão a respeito da construção da cidade (como ela é produzida? "memória histórica da cidade"; "acesso à informação"; "como se produz o racismo ambiental a partir da narrativa produzida na cidade") e da percepção ambiental (meio ambiente com interpretação ecológica de interação diária e cotidiana) e na não conexão das questões raciais e questões ecológicas por parte dos participantes da pesquisa, chegou-se à categoria de análise que será discutida abaixo.

### *4.1 O embranquecimento do direito à cidade e a percepção ambiental histórica e socialmente forjada: uma análise do racismo ambiental no cotidiano do território São Pedro*

Foi possível notar até esse momento as nuances problemáticas (por vezes estabelecidas, por vezes escusas) que o racismo ambiental imprime sobre os territórios. Neste sentido, aspectos econômicos, políticos, históricos e psicossociológicos foram colocados como linhas que entrelaçam racismo, meio ambiente e direito à cidade. Desta maneira, vale trazer o objetivo principal dessa pesquisa para analisar a categoria de análise proposta: compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos atores do bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a reflexão sobre direito à cidade intimamente ligada à coletividade e à atemporalidade (Lefebvre, 2001) apresentada até o momento, percebe-se que o modelo perpetrado pelo capitalismo reduz, ou anula, as possibilidades dentro desse modelo. Tendo como elemento "suleador" o alinhamento entre o referencial teórico e o objetivo de pesquisa, parte-se da premissa de que Teresópolis foi e é construída sob o falso viés de "cidade boa para todos", com iniciativas que reforçam a narrativa colonial, refletindo na divisão e na racialização de seus espaços, tornando de fato utópica a noção coletiva e comunitária do direito à cidade.

Analisando os dados coletados pela pesquisa documental, percebe-se que o território de Teresópolis foi moldado pelo colonialismo para atender às demandas estabelecidas por ele. A existência anterior ao colonizador é tida como selvagem, uma vez que não segue a cartilha civilizatória colonizadora. Essa reflexão pode ser notada em um dos trechos escritos por Ferrez (1970), em que nas cartas topográficas da Capitania dos Portos, referem-se à região da Serra dos Órgãos como um "sertão ocupado por várias nações de índios bravos" (Ferrez, 1970, pg. 54). O próprio autor ainda escreve que a intenção de George March era transformar essas "terras incultas" e "matas virgens" em uma lucrativa fazenda modelo que produziria cereais que seriam

escoados para a capital. Para além da utilidade capitalista impressa no trecho destacado, Ferrez (1970), também evidencia que a intenção de George March era adequar o local onde estabeleceria sua fazenda aos moldes estéticos da Inglaterra, mediante a derrubada de mata nativa para a formação de campos. Segundo Ferrez (1970, pg. 63), a iniciativa formou “magníficos pastos que davam a impressão de lindos campos no sul da Inglaterra”. Ainda dentro dessa lógica exploratória em detrimento de tudo aquilo (ou todos aqueles) que fogem à estética e ao “*modus operandi*” colonial, esse mesmo trecho é complementado dizendo que esses campos eram mantidos limpos, com as pragas retiradas à mão por crianças, para que não fossem danificados com a manutenção com enxadas.

Desta forma, o livro de Ferrez (1970), no qual a Casa da Memória embasa suas exposições e iniciativas, desenha a figura de George March como um grande herói salvador de uma região que não seria “civilizada” sem a presença dele. As menções aos povos originários ou pessoas escravizadas pôde de fato ser encontrada ao longo da pesquisa, contudo são citações sem nome, sem identidade, sem história, mesmo essas pessoas tendo aplicado seus conhecimentos na lida com a terra e construído, forçadamente, o sucesso da fazenda modelo. O senhor Galdino, ex-escravizado entrevistado por Rahal (1984), ao descrever o Quilombo da Serra com suas lembranças ancestrais, ratifica a possibilidade de existência e resistência dos “ocupantes primitivos” no território. Infelizmente, essa outra possibilidade não é abraçada pelo poder público. E, considerando o histórico brasileiro de apagamento e inferiorização de pessoas racializadas, como descrito no capítulo primeiro, Teresópolis não foge à regra.

Sobre este aspecto, Chimamanda Ngozi Adichie, importante e influente escritora nigeriana, chama à reflexão para as ciladas contidas na padronização das histórias. Em “O perigo de uma história única”, palestra realizada em 2009 no programa *TED Talk* (que mais tarde se transformaria em um livro homônimo), a autora conta suas experiências ao longo dos anos e das diferentes culturas, destacando como é importante buscar outras narrativas que confrontam a versão socialmente estabelecida. Colocando-se como afetada pela questão, mas também como parte de um problema complexo, Adichie narra como histórias que homogeneízam culturas são perigosas ferramentas de segregação e de preconceito contra diferentes modos de vida cotidianos.

Para Adichie (2009):

É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: "ser maior do que o outro." Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio

do nkali. **Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.** Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. lugar". (tradução nossa, grifo nosso)

Com isso, a narrativa única sobre o território teresopolitano ao longo de tantos anos pode ter sido fator decisivo para que a cidade não pensasse em projetos, iniciativas, políticas públicas e leis que olhassem para as pessoas com a lente da diversidade cultural e racial, considerando as desigualdades socioeconômicas e ambientais estabelecidas.

Para ilustrar o caráter afiliado ao colonialismo, vale lembrar a entrevista cedida pela Secretária Municipal de Cultura do município, trazida anteriormente, na qual ela enfatiza a identidade inglesa dos cidadãos teresopolitanos. Para a Secretária é preciso que o morador da cidade tenha prazer em receber bem, prazer em viver bem e comer bem, tal qual George March fazia à sua época. Ela tenta ainda reivindicar que o povo tenha orgulho da história (única) do município, ignorando o fato de que esse orgulho colonial não se estende aos povos (e seus descendentes) subjugados à perversidade da escravidão e do genocídio físico, histórico e cultural desse empreendimento.

Mas afinal, como todas essas reflexões explicam a questão do embranquecimento do Direito à Cidade (em Teresópolis)? Como essa construção histórica unilateral pode influenciar no modo como se percebe e se experiencia o meio ambiente no bairro de São Pedro? Como o racismo ambiental se encaixa nessa dinâmica? Para tentar estabelecer algumas conexões entre essas questões, a concepção do espaço teresopolitano, bem como do bairro de São Pedro será analisada mediante as reflexões de Lefebvre em outra de suas produções, o livro “A produção do espaço” (2000 [1974]).

Em linhas gerais, neste trabalho, o filósofo francês transcende a concepção isolada de espaço, relacionando-o à ocupação humana e dando a ele o caráter social. Para tecer essas linhas, Lefebvre utiliza aspectos diacrônicos e sincrônicos, sem que estes estejam separados, ou seja, tempo e espaço estão diretamente relacionados. Desta maneira, o autor explica sobre a impossibilidade de um espaço vazio, uma vez que é socialmente construído pelas ações humanas ao longo do tempo. Neste âmbito o espaço é produzido porque a “primeira natureza” passa por intervenções humanas, que o autor chama de trabalho. A natureza não trabalha, ela cria, contudo não é capaz de refletir sobre seu propósito. Já a humanidade cria e reproduz uma natureza oriunda da primeira de acordo com suas necessidades (Lefebvre, 2000 [1974]).

Considerando esta breve apresentação, na qual entende-se que espaço e tempo são indissociáveis e contínuos, contando com a intervenção humana para modificação da natureza,

Lefebvre (2000 [1974]) “divide” a história da humanidade em três blocos (eras). Cada um deles associa-se com o espaço/tempo produzido em suas respectivas temporalidades, sem se extinguirem por completo diante da chegada de uma nova era espaço/temporal. O conceito chave é a tríade espacial defendida pelo autor, formada pelos conceitos de “representação do espaço” (espaço concebido por quem detém o poder); práticas espaciais (espaço percebido e compreendido pelas pessoas) e o “espaço da representação” (o espaço vivido na vida cotidiana).

Desta maneira, entende-se que espaço concebido, estabelecido em uma era industrial, são as representações do espaço idealizadas pelos detentores dos poderes político, econômico e institucional. Pensado e praticado pelas elites sociais ele determina o ordenamento urbano (Lefebvre 2000 [1974]). Convém ao capitalismo a reprodução dos pensamentos homogeneizadores ou ainda a ausência do pensar. Neste espaço, que o autor também relaciona a um espaço de abstração, viver é apenas reproduzir (dias, salários, alienação da vida e do trabalho). É o espaço no qual as elites sociais vibram com a reprodução da vida homogênea, uma vez que a reprodução das relações de e a ausência de criatividade são maneiras da manutenção do capitalismo (Lefebvre 2000 [1974]).

Já a prática espacial, ou o espaço percebido, estabelecido na era urbana, e contemporâneo, é a via atual, na qual lidamos com o dinheiro, com as experiências da materialidade, com o valor de troca, com as pessoas e com as cidades. As práticas espaciais estão diretamente relacionadas aos objetos e aos fenômenos imediatos. Tudo com o que lidamos no cotidiano é parte do espaço percebido. Neste espaço há o consumo imposto pelo capital e os corpos por vezes se transformam em produtos. O modo como se pensa, se transita e se comporta nos espaços da cidade são previamente estabelecidos por símbolos, sinais, objetos e práticas que estão alinhadas à subjetividade e determina os espaços de uso e de abandono das cidades por grupos sociais específicos (Lefebvre 2000 [1974]).

Por sua vez, o espaço vivido (representação do espaço) é construído dentro do espaço absoluto e aparece na essência das cidades antigas, com o valor de uso sobressaindo ao valor de troca. É ao mesmo tempo político e religioso. Existe nesse espaço a apropriação da vida cotidiana, onde é possível fugir dos perigos da propaganda do capitalismo e, de fato, experimentar o direito à cidade. Para Lefebvre esse é o espaço real, onde os espaços concebidos pelo poder são constantemente desafiados, com a criação de alternativas de sobrevivência na cotidianidade (Lefebvre 2000 [1974]). Importante salientar que o autor cita que, diante da indissociabilidade do espaço/tempo, essa tríade da construção do espaço social atravessa o tempo e por vezes se atravessa.

Neste sentido, analisando a maneira como se deu a construção do espaço brasileiro, segundo Manoel (2020), Laidler (2013) e Campelo (2018), compreende-se a influência da legislação (artefato da elite social) na manutenção do poderio escravocrata restringindo a ascensão (econômica, social e moral) dos escravizados e ex -escravizados. Essa ordenação do espaço, pautada no critério genético, cultural e socioeconômico, colocou pessoas negras e indígenas como indesejáveis na construção de uma nova sociedade, onde a escravidão já não mais caberia, por ser um inconveniente social, mas a manutenção do poderio escravocrata, de alguma forma, ser mantida. A nova concepção do espaço tentou homogeneizar o pensamento, a cultura, e a política, excluindo os “indesejáveis” do progresso. Almeida (2018) também ilustra o quanto essa divisão influencia na construção racista e homogeneizadora no Brasil, colocando pessoas negras na base da economia e as segregando nos ambientes precários nas cidades.

Neste contexto, seguindo o “fio” do espaço concebido, Teresópolis se apresenta institucionalmente como uma cidade boa para viver, criar filhos e se afastar da vida apressada das metrópoles. Um lugar que, assim como na época de seu fundador, ofereça a tranquilidade e a paz dos campos britânicos (o clima europeu). Um espaço concebido, físico e simbolicamente, pela elite para servir à elite. A cidade, como trazido na apresentação dos achados documentais, foi idealizada para receber visitantes abastados que procuravam descanso na altura da serra. Nunca foi pensado, por parte do colonizador, um ambiente que acolhesse e comportasse realidades distintas àquelas citadas nos achados. A prática “civilizatória” do capitalismo, observada na narrativa do livro de Gilberto Ferrez (1970), onde entende-se que George March foi o grande empreendedor dessas “terras incultas”, transformando matas virgens em “campos ingleses” e em plantações de itens encontrados na Inglaterra, como batatas e afins, ainda é observada nos dias atuais. Tudo o que diverge da lógica homogeneizante defendida pelo poder público é ignorado. Não registrado, ou registrado, sem identidade.

Dentro deste contexto, a cidade é idealizada para “encantar” um público específico. Não obstante, Pereira (201-) e Camacho e Secchin (2022) destacam a alta especulação imobiliária no município, aquecido pelo êxodo da capital do estado para a Serra dos Órgãos, influenciado pela busca por tranquilidade. Esse fenômeno encarece os serviços da cidade, trocando os espaços por dinheiro. Quem não pode pagar, não tem acesso ao encantamento.

A divisão das terras entre os herdeiros de George March, bem como a aquisição dos lotes de terra por outros descendentes europeus, são pistas para entender a ordenação do espaço teresopolitano. A antiga sede da fazenda e as regiões próximas a ela tornaram-se bairros nobres e centros comerciais com forte apelo imobiliário, turístico, econômico, ecológico e de investimentos provindos de parcerias público-privadas. Sendo assim, o espaço da cidade possui

um alto valor de troca em relação ao valor de uso, onde a paisagem natural se torna moeda de troca.

Diante disso, faz-se necessário refletir sobre as percepções a respeito da construção do espaço do bairro de São Pedro, ainda dentro da lógica da tríade espacial de Lefebvre (2000 [1974]). Mediante a divisão do espaço da cidade, onde as áreas mais próximas à fazenda são atualmente as mais abastadas, as adjacências formaram os bairros mais pobres. Não foram encontrados dados oficiais a respeito do destino dos escravizados após a morte de George March. Contudo, considerando a ordenação do espaço em nível nacional e, entendendo que a legislação não estava em defesa dessas pessoas, é provável que eles foram segregados a espaços precarizados. É possível supor ainda que alguns deles tenham sido adquiridos por outros escravagistas ou até mesmo fugido diante da oportunidade. Fato é que, considerando essas suposições e entendendo que essas pessoas vivenciaram todo o processo para a abolição da escravatura, o destino delas certamente não foi o de ressarcimento diante do trabalho forçado ao longo de gerações. Com isso, a formação dos espaços precarizados, sem estrutura, sem investimento e longe dos olhos do “encantamento” pode ter ocorrido em Teresópolis. O racismo como parte da estrutura brasileira contribuiu para a divisão dos espaços da cidade.

Desta maneira, é possível pensar a formação do espaço do bairro de São Pedro dentro da lógica do espaço percebido (as práticas espaciais). Nos primórdios, segundo a história oficial, o bairro de São Pedro era formado por portugueses. Como já visto, o seu nome antigo era “Vidigueiras”, em alusão ao Conde de Vidigueiras, em Portugal, sendo então renomeado como São Pedro, em função da construção da Igreja Católica na localidade. Fato é que, atualmente, tomando para análise as falas dadas pelo Ponto de Luz Coletivo (PDL) nas oficinas, o local é “o bairro das empregadas domésticas”. Toda a narrativa dada pelo PDL, e aqui é preciso considerar que os integrantes do coletivo vivem e atuam a muito tempo no bairro, com suas famílias ocupando o espaço através das gerações, converge para a construção de um bairro popular, formado por trabalhadores pobres, pretos e pardos. Em contrapartida, a maioria dos espaços nobres da cidade é formada por pessoas de classe média ou alta e de maioria branca. Colocando aqui as pontuações sobre a racialização dos espaços fortemente relacionada ao capitalismo, trazidas por Coelho e Cunha (2020), Santos e Silva (2022), tendo como base o antagonismo entre direito à cidade e desenvolvimento econômico de Lefebvre, percebe-se que o bairro de São Pedro é produto do racismo estrutural na construção do território teresopolitano.

Neste sentido, Lefebvre (2000 [1974]) argumenta que o espaço percebido, ou a prática espacial, está dentro do escopo da vida cotidiana. O capitalismo transforma os corpos em produtos. O modo de pensar, agir, transitar e ordenar a cidade são previamente definidos por

símbolos e práticas. Considerando as pontuações sobre racialização dos espaços, onde o racismo é o símbolo subjetivamente estabelecido, o bairro de São Pedro (o maior e com mais número de favelas do município) é percebido como um lugar destinado a pretos e pobres. Em contradição às áreas nobres da cidade, onde pessoas brancas podem circular livremente, não usando a cidade, mas trocando por conveniências. Um exemplo desse espaço percebido em Teresópolis é a fala de um de “V” durante as entrevistas, onde o mesmo diz que nas palestras para alunos do ensino médio, ele fala que “morar na favela seria porque eles perderam valor social [...] que isso pode se intensificar quando essas favelas se encontram em cidades que são projetadas para uma determinada classe social, porque as ações são pensadas para um determinado público, inclusive nos comércios e nos serviços. Teresópolis seria uma cidade projetada para a branquitude”.

Com isso, sendo o bairro de São Pedro percebido com o marcador da renda e da raça, atravessado pelas questões ambientais inerentes às favelas (precariedade nos serviços de saneamento, mobilidade, lazer, etc.), e ainda rememorando as definições sobre racismo ambiental, cabe dizer que essa projeção embranquecida e elitizada de Teresópolis interfere no cotidiano do morador do bairro no que se refere ao direito à cidade. Bullard (1996) relaciona racismo ambiental ao que ele classifica como colonialismo mental contemporâneo, onde são criadas zonas de descarte e de pobreza, majoritariamente ocupadas por pessoas negras. Pacheco (2008) argumenta que as injustiças ambientais e sociais se retroalimentam e tem o marcador da raça, da origem e da renda como engrenagens. O complexo de favelas do bairro de São Pedro é constituído por morros, com casas construídas em encostas. Esse crescimento irregular, com construções que não são ideais para esse tipo de local, como já destacado, gera problemas ambientais diante da crise climática contemporânea. A tragédia do Morro do Perpétuo é um exemplo do que a falta de políticas públicas de habitação, que levem em conta as colocações sobre desigualdade socioambiental e racial, podem gerar. Como já discutido, o poder público facilitou essas construções irregulares mediante a falta de critérios para adquirir lotes nessas localidades.

Para além dos problemas físicos e financeiros, problemas de saúde podem surgir, como bem destaca “V” nas oficinas, quando o mesmo relatou que o PDL já auxiliou famílias que tiveram problemas de saúde em função da falta de saneamento ambiental em um dos morros do bairro. Outro dado de saúde pública relevante que ilustra como há diferenciação entre os bairros pobres/negros e os bairros nobres/brancos na cidade, é que, segundo reportagem feita pelo jornal local “O Diário de Teresópolis”, o bairro de São Pedro em 2020, foi a localidade com o maior número de óbitos por Covid-19 no município. Entretanto, a notícia ainda destaca que o

número de casos e de óbitos pode não ter sido computados corretamente, isso porque a Prefeitura Municipal separou erroneamente algumas áreas que deveriam ser contabilizadas como integrantes do bairro de São Pedro nos dados de divulgação de casos. Desta maneira, Rosário (10 casos), Pimentel (7 casos), Granja Primor (7 casos) e Bairro dos Funcionários (3 casos) acrescentariam mais 27 casos. Não há notificação sobre erro na computação de casos nas localidades nobres da cidade.

Neste sentido, dentro do escopo das questões sobre o racismo ambiental no bairro de São Pedro, (que constituíram os códigos formadores da categoria de análise desta pesquisa, para além da raça e da renda) mobilidade, percepção ambiental e religiosidade também são partes de um complexo quebra cabeça.

Sobre mobilidade, vale destacar o caráter de negação do direito à cidade (e de muitos outros) que o racismo e o racismo ambiental promovem. Retomando a fala do participante “D” nas oficinas, ao falar sobre sua experiência no bairro, destacou que sempre gostou de “jogar cartas ou basquete na praça no bairro, mas que o simples fato de ser preto e estar naquela praça já era motivo para a abordagem policial, mesmo sendo muito novo”. Disse ainda que “as abordagens eram piores quando informava que não residia no bairro”. Ele, sendo um jovem preto, na tentativa de viver o que o espaço poderia lhe proporcionar, causou estranhamento ao Estado. O que um corpo negro estaria fazendo naquele espaço da cidade? Porque aquele corpo, que habita (ou deveria) habitar a cidade, causa desconforto no exercício do seu direito de estar naquele espaço de lazer, naquela praça? “D” ainda destacou que os próprios moradores estranharam a sua presença, uma vez que ele morava em outra favela e não em São Pedro. Diante disso cabe questionar sobre quais os mecanismos que o espaço percebido pode ativar no inconsciente popular, separando em “excluídos e incluídos” os corpos que podem ou não ser e estar em determinados lugares (mesmo dentro das favelas). Sobre a praça na qual “D” se encontrava, uma particularidade pode ser observada. O local em questão fica numa área central do bairro, relativamente distante dos morros que compõem o complexo de favelas. Fica próxima do comércio, da igreja, do posto da Polícia Militar, do Quartel e do principal Posto de Pronto Atendimento em Saúde. Porque um corpo negro não pode permanecer (para além do ato laboral) nesse espaço? O espaço percebido pode ser tão sutil que até os trabalhadores pobres dentro dos bairros pobres separam por hierarquias os corpos que podem ou não estar em espaços com o mínimo de direitos garantidos.

Entretanto, Lefebvre (2000 [1974]) também alerta que o espaço percebido pode não ser de todo ruim. A percepção dessa dinâmica pode gerar “o despertar” sobre o cotidiano. Segundo o autor, mediante a percepção também é possível lutar contra o que é percebido, ao passo que

se recuse à integração à sociedade sob os moldes da homogeneização. Neste sentido, o espaço percebido também pode ser o espaço de recusa e de libertação. Sobre isso, ainda dentro do código da mobilidade, para além da restrição dos espaços exemplificada anteriormente, A participante “M” destacou nas oficinas que o bairro é um lugar de encontros, de autonomia e de fácil circulação (mesmo destacando as questões que permeiam sua mobilidade sendo uma mulher preta retinta). Para ela o bairro é um local de autonomia, por ser possível ir “a pé” para outros bairros vizinhos. “D” também destacou essa característica.

Sobre a força colonizadora na percepção do espaço da cidade e do bairro, a religiosidade teve papel fundamental na produção do território. Ponto a ser destacado é que o nome do bairro se dá em função da construção de uma igreja católica no local. Essa igreja teve papel relevante tanto no caráter de mobilização quanto no caráter da percepção. Sobre mobilização, ao longo das oficinas a maioria dos participantes da pesquisa relatou que essa instituição despertou o senso de mobilização comunitária neles. Tanto para questões inerentes à religião (como a premissa de evangelizar), quanto para questões inerentes ao território (como mudança de realidades que incomodavam os participantes. Os participantes “D” e “V” tiveram importantes experiências que influenciaram no cotidiano. “D” relatou que a partir da participação em grupos jovens religiosos aprendeu sobre mobilização, sobre comunidades e sobre uma causa comum. Isso influenciou sua formação até mesmo na sua participação no PDL. “V” discutiu sobre como a igreja o fez despertar para quem ele era, enquanto homem negro e bissexual, relevando que descobriu mediante sua experiência religiosa cristã, quem ele era, fazendo com que suas experiências cotidianas o levassem a fundar o PDL. A participante “M” comentou que para ela, o peso da igreja sobre o território pode ser explicado em função da ausência do Estado. Os espaços não ocupados pelo poder público acabam sendo ocupados pelas igrejas que acabam por resolver com solidariedade e mobilização as questões precárias no bairro, em troca da máxima de “ganhar almas para o céu”. Assim, a questão da religiosidade acaba sendo mais uma engrenagem na construção do território. Construindo subjetivamente noções sobre mobilização e coletividade (mesmo que dentro dos moldes do colonialismo), a igreja (católica nesse caso) imprimiu um importante viés nos participantes da pesquisa: olhar para o outro e para si mesmo, dentro do território.

Durante todo o processo das oficinas, os participantes levantaram diversas questões sobre o bairro. Questões essas que giram em torno de marcadores de raça, de gênero, de renda, de cultura que formam o cotidiano das favelas que constituem o bairro. Contudo, os participantes apenas se atentaram sobre meio ambiente e favela após a provocação por parte da pesquisadora. Apenas um dos participantes mencionou a “natureza” em sua relação com o

bairro, destacando que as favelas têm como característica a presença de áreas verdes nos altos dos morros e entre as casas. Embora todos os participantes sejam socialmente engajados e conscientes sobre raça, renda, cultura e a construção dos territórios de favela, o meio ambiente parece não ser um tema tão discutido. Após a provocação, a participante “M” refletiu que o saneamento ambiental é o que se discute em alguns casos, quando surge a discussão sobre meio ambiente. Observou ainda que cada vez menos espaços verdes estão sobrando nas favelas, em função do crescimento desordenado desses locais.

Mas, o que pode explicar esse distanciamento entre favela e meio ambiente nesse território? Porque o assunto não surgiu de maneira espontânea, assim como outros assuntos? Diante disso, analisando a influência do cristianismo na formação da subjetividade dos participantes da pesquisa, é possível sugerir que (dentre outros fatores) essa interferência da religiosidade cristã tenha surtido efeitos na percepção ambiental dos participantes. Sobre essa influência, principalmente do cristianismo, na percepção ambiental, White (1967) analisa que, diferentemente das religiões animistas, o cristianismo constrói a ideia de que a natureza submete-se ao homem, feito à imagem e semelhança de Deus. Com isso, a visão antropocêntrica de relação com a natureza distancia os humanos dos restantes dos seres naturais. O homem é sujeito, diante da natureza, que é objeto.

Para o autor, essa visão pode ter aberto caminho para o domínio da natureza a sua utilização enquanto recurso a ser convertido em conveniências. O tempo linear dentro da lógica cristã, onde existe começo, meio e fim do mundo, pode ter contribuído para a ideia de progresso e ao submeter a natureza à sua vontade, o homem estaria expressando sua imagem à semelhança do criador (White 1967). Considerando que a ideia de dominação da natureza pelo homem se popularizou e se sustentou na ascensão da classe dominante inglesa (Moreira, 2020), é possível perceber que esse “homem” feito à imagem e semelhança do criador, dominador da natureza, seria caucasiano e detentor de inúmeras posses. Diante disso, retomando Lefebvre, a construção do espaço social dentro das lógicas do espaço concebido (pela elite) e do espaço percebido (as nuances imaginárias do cotidiano e a vida na prática) pode ter contribuído para o distanciamento a classe trabalhadora e meio ambiente, uma vez que os natureza e “homem” estariam distanciados e o domínio foi exercido ao longo dos anos pelos homens semelhantes à Deus (brancos e ricos). O natural estaria divinamente destinado aos escolhidos por Deus. A história de Teresópolis, fortemente relacionada à tradição da elite inglesa, pode ter tido influência na construção desse distanciamento dentro das favelas na cidade, como se o direito ao contato com a natureza não fosse um direito de todos, apenas para os que se parecem com o colonizador.

Entretanto, esse pode não ser o único motivo para o distanciamento entre favela e natureza. Aspectos como educação, segurança, a ideia de que meio ambiente tem que ser conservado e intocado e o medo de fenômenos naturais que podem causar desastres ambientais nas favelas surgiram na discussão sobre meio ambiente nas oficinas. A participante “M” relacionou a educação e a construção de meio ambiente nas favelas, onde fica subentendido que o meio ambiente é algo distante e externo à favela. “F” disse que sente que o distanciamento pode vir das restrições e da demonização da ocupação humana nos espaços. As pontuações sobre questões de segurança foram levantadas por “V” que destacou que nas favelas, as pessoas estão cada vez mais presas em casa, com medo da violência da rua, em função da guerra às drogas. Esse fator pode distanciar as pessoas de viver e desfrutar espaços externos mesmo dentro das comunidades. Por fim, foi levantado o medo das pessoas quando chove muito forte, diante do risco de enchentes e deslizamentos. Esses apontamentos ilustram como a construção espaço num cenário homogêneo e não diverso pode influenciar na construção subjetiva da cidade, negando direitos e modificando perspectivas.

Outro questionamento crucial para essa pesquisa também é um ponto que cabe análise. O PDL, mesmo sendo um coletivo atuante na cidade nas favelas de Teresópolis, socialmente engajado, ciente das questões que perpassam o bairro, conseguiu relacionar renda, raça e religiosidade na construção do espaço, contudo, não relacionou racismo e meio ambiente. Ou seja, racismo não foi utilizado como um fator que pudesse explicar como o meio ambiente é interpretado e vivenciado nas favelas. Em outras palavras, mesmo lidando na vida cotidiana com o racismo ambiental, os participantes não o nomearam nas suas contribuições. Uma das possíveis causas para essa falta de associação, foi apontada na fala do participante “F”, que pontuou que a maioria das ações que tratam sobre meio ambiente na favela ficam restritas ao ato da reciclagem e da renda que elas podem gerar para as comunidades. Não se discute o porquê de os ambientes serem como são nas comunidades, o que ele classificou como um tema muito difícil.

Neste sentido, essa pesquisa age como uma ferramenta com a qual foi possível fazer com que os participantes da pesquisa entendessem que a dinâmica do racismo ambiental é frequentemente vivenciada por eles no bairro de São Pedro e na cidade como um todo, bem como para que eles mesmos pudessem apontar as estratégias que a comunidade já utiliza para lidar com esse fenômeno. Diante disso, a lógica da construção do espaço vivido pode ajudar a explicar essa percepção distanciada, mesmo que vivenciada.

O pedaço vivido desafia os espaços de poder construídos para perpetuar as desigualdades. A partir da possibilidade de perceber as amarras sócio-históricas do espaço

percebido, o cotidiano do espaço vivido cria formas que divergem do poder distanciado do povo. Diante disso, após as explicações sobre racismo ambiental (bem como todas as pontuações) feitas nas oficinas finais, os participantes da pesquisa foram capazes de perceber que vivenciam o racismo ambiental, dentro de uma cidade embranquecida pelo colonialismo. E dentro dessa cidade embranquecida, o direito à cidade, de ocupação dos espaços da cidade por seus habitantes acaba sendo igualmente embranquecido, criando nichos onde pessoas não brancas usam os espaços, em vez de trocá-los.

O bairro de São Pedro é um espaço cercado por natureza, que se insere entre o meio ambiente construído pelo humano. O potencial do bairro foi constantemente apontado pelos participantes da pesquisa, mesmo que em alguns momentos eles não relacionassem esse potencial à questão ambiental (restringindo-se às problemáticas sobre saneamento). Os participantes possuem uma relação de afeto com o bairro. Suas vidas, suas experiências, suas ações são atravessadas pela construção geográfica, ambiental, social e histórica do local. Mesmo que o território não esteja dentro dos projetos institucionais para o “encantamento” da cidade, os participantes encontram maneiras de se fazerem protagonistas na construção de um espaço democrático e saudável.

Sobre este aspecto, o participante “V” citou os campinhos de futebol, mas matas perto de casa, onde as crianças entram para brincar, as lindas vistas do alto dos morros do bairro e as montanhas da cidade, que de certa forma aproximam o morador da natureza. Os participantes de maneira geral ainda destacaram o alto valor de uso do bairro, que serve de conexão para outros locais, facilitando o acesso das pessoas aos espaços da cidade. As trilhas abertas pela população para acesso a alguns mirantes, que poderiam contar com mais investimento do poder público, mas que por se encontrarem em um bairro periférico não existe investimento. Nascentes de água limpa, espaços de mata entre as casas, os terreiros e as igrejas, as escolas de samba, a mobilidade, estão entre as potencialidades do bairro. Ao passo que segundo os participantes, a outra face dessa moeda seja o descaso do poder público para com um bairro tão essencial na cidade, que abriga e acolhe boa parte da classe trabalhadora de Teresópolis. Para o PDL é preciso que o morador do bairro se sinta parte da cidade, se enxergue nas iniciativas pensadas pelo poder público, para que o direito à cidade seja garantido e as pessoas possam tomar consciência que elas moram na cidade e não apenas no bairro. Contudo, eles também entendem que as mudanças precisam ser estruturais e que isso pode levar tempo. Demoram, mas são possíveis de acontecer. Tal qual a utopia do possível defendida pelo filósofo francês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível perceber como o racismo ambiental age como um negador de direitos. Esse fenômeno está intrinsecamente relacionado aos problemas sociais contemporâneos nas cidades e nos campos. Mediante as primeiras discussões a respeito do tema, um grande leque de situações a nível mundial começou a ser evidenciado sob esse viés que interliga raça, território, história e meio ambiente, tal qual um imbróglgio interseccional que contaminou a vida cotidiana.

No Brasil, a negação a territórios saudáveis para pessoas negras e indígenas é diretamente proporcional à construção da economia, da conjuntura social e do arcabouço legal. Vide o histórico da abolição da escravatura: realizado de forma gradual, o sistema escravagista lutou intensamente para manter seu poderio, hora restringindo a liberdade dos que ainda tinham condições de “trabalhar”, hora dificultando a emancipação imediata de recém libertos. A premissa primeira da liberdade parecia distante para os ex-escravizados, como um paradoxo macabro que estendia o sofrimento de quem apenas desejava ser tratado como ser humano, não mais como uma besta. Contudo, os detentores do poder, construtores de um espaço concebido para si mesmos, foram obrigados a formalizar a liberdade que já tinha se tornado realidade nas resistências, nas revoltas e nas lutas populares.

Fato é que a liberdade enfim veio. E apenas ela. “E agora José?”. Livre. De que? De quem? O sistema, mesmo diante da cessão de liberdade, não reconheceu os novos cidadãos. Ao contrário, importou novos. Portas abertas para a Europa tentar embranquecer essa terra que estava preta demais. Pra cá vieram, aqui cresceram (mediante a boa vontade institucional) e o novo governo começou a empreitada de embranquecer o Brasil. Conseguiram? Não. Talvez. Sim, embranqueceram. Embranqueceram os direitos, embranqueceram a liberdade, embranqueceram a vida. Embranqueceram as oportunidades. E os pretos? A marginalidade foi empretecida, a pobreza foi empretecida, a subalternidade foi empretecida.

Impossível é negar que uma história cercada pela crueldade de ser quase livre não se reflita nos dias atuais. A presença de pessoas negras em espaços precários de serviços essenciais à vida é uma evidência. A perda de direitos à terra, que foi conquistada a sangue e suor e que agora só pode ser reconhecida se tiver um papel qualquer que assim o diga, é uma evidência. A terra que antes era parte da vida, agora tem prazo de validade. Depois da Constituição não pode. Sempre a perda, sempre a restrição. Assim o racismo se instala nos ambientes, se expressando em precariedade dentro dos espaços nos campos e nas cidades. Negação de direitos sociais de moradia digna, de ambiente saudável, de saúde, de territorialidade. Perde-se o direito à cidade,

embranquecido pelo valor de troca imposto pelo capitalismo, onde a natureza é barganhada. Tem dinheiro? É branco? Opte por opções saudáveis, habite espaços com estrutura, não tema fenômenos naturais, afinal, eles são expressões da natureza. Talvez exacerbadas pela exploração dos ditos 'recursos naturais' constantemente trocados por dinheiro. É preto e pobre? Tema. Pela sua vida, pela sua cultura, pelo clima, pelo espaço. Espaço esse racializado, não ao acaso, mas meticulosamente construído por um sistema muito sofisticado que decide quem morre e quem vive num jogo de (bio) poder.

E, nesse jogo de poder hegemônico, assim como em todas as cidades brasileiras, Teresópolis se formou. A história única do colonizador baliza o contorno de seus espaços. A cidade que quer encantar os turistas, com atrações gastronômicas, turismo ecológico e tranquilidade é a mesma com um dos maiores crescimentos do número de favelas e de moradores nessas localidades. O comer bem, o receber bem e o viver bem são ações restritas aos espaços concebidos pela prática colonial. O embranquecimento do direito à cidade (cenográfica) resultou na criação do espaço das margens.

O bairro de São Pedro é um desses espaços. Embora seja um bairro potente, constituído pela classe trabalhadora (preta e parda e nordestina), com forte movimentação comunitária, não está dentro do projeto de encantamento. Mais uma vez, o racismo ambiental se expressa por meio da precariedade e da diferenciação dos direitos sociais entre os espaços da cidade, de acordo com a etnia. Contudo, assim como explica a Psicossociologia de Comunidade e a Ecologia Social, a vida diversa acha uma maneira de existir e resistir. A vida comunitária, solidária que pensa em outras possibilidades de ser e fazer no cotidiano se expressa no dia-dia.

O PDL é uma das expressões dessa potencialidade periférica que emergiu da precariedade e promove oportunidade. O espaço é reconfigurado para atender a novas demandas, externas ao modo colonial de fazer o mundo. Jovens, pretos em sua maioria, difundindo cultura, solidariedade e senso de comunidade. Resgatando, inconscientemente ou não, a cosmovisão ancestral, o Ubuntu. No entanto, o capitalismo e o colonialismo novamente, em seu requinte, encontram formas de manutenção de pequenas nuances que perpetuam seu sucesso. Mesmo sendo o ponto de luz dentro do bairro, o coletivo não tinha se atentado a uma questão específica: a correlação entre raça e meio ambiente. Como se dá, de onde surgiu e as sutilezas cotidianas da manifestação desse fenômeno, não eram foco de atenção, Muito porque há urgências que não são passíveis de teorização. A vida e as demandas se atropelam e o “pensar sobre”, torna-se “resolver o que é preciso”. Neste sentido essa pesquisa surgiu como um lembrete de que é preciso considerar as problemáticas ambientais nas favelas, uma vez que o racismo ambiental faz com que a crise ambiental pese mais nesses territórios. Não há aqui a

pretensão de dizer que o coletivo apenas conheceu essas questões após a pesquisa. Eles já as conheciam, apenas as nomearam. E a partir do momento no qual “se dá nome aos bois” não é possível esquecer. Pode ser que, dentre as diversas demandas cotidianas do coletivo, esse assunto ainda precise ser mais digerido e aprofundado. Contudo, apenas pelo fato de ter despertado o interesse, de ter nomeado o fenômeno, a intervenção participante já alcançou seu propósito.

Chega-se agora ao fim dessa pesquisa. Contudo, não se findam seus objetivos. Algumas lacunas ainda precisam ser preenchidas, outras questões precisam ser levantadas. Compreender a formação dos espaços é essencial para combater aquilo que não se vê, mas se enfrenta todos os dias no bairro de São Pedro, na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, nesse país Brasil. Racismo. Invisibilidade. Falta de oportunidade. Precariedade. Escassez. Entretanto, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”!

Que outros dias surjam, e que os amanhã sejam utopias possíveis.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. 2009. Disponível em <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story)>. Acesso em 02 de maio. 2023.
- ALMEIDA, Ana Carolina Barros; SALIB, Marta Luiza. RACISMO AMBIENTAL URBANO: Omissão do poder público na efetivação do direito humano ao saneamento básico na cidade de Porto Velho. **CEP**, v. 76, p. 132, 2017.
- ALMEIDA, Sílvio. **O que é Racismo Estrutural?** Feminismos Plurais. 1º Ed.. Pólen Livros. 2018.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, p. 103-119, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 2011 [1977].
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Brasil em desenvolvimento 2015 : Estado, planejamento e políticas públicas**. 2015. Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5838>>. Acesso em fev. 2022.
- BRASIL. **Lei 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: mai. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.517 de 14 de novembro de 1885 [Lei dos Sexagenários]**. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 738, v. 1, 1886. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9517-14-novembro-1885-543970-publicacaooriginal-54764-pe.html>. Acesso em: mai. 2023.
- BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. **Maringá: Massoni**, v. 360, 2007.
- BORDA, Orlando Fals. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis político**, n. 38, p. 73-90, 1999. Disponível em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283/70535>>. Acesso em 16 de fev. de 2022.
- BUSCH, Amarílis; AMORIM, Sônia. **A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas**. 2011. Disponível em <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/328/2/A%20trag%C3%A9dia%20da%20regi%C3%A3o%20serrana%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20em%202011%20procurando%20respostas.pdf>>. Acesso em mai. 2023.
- BULLARD, Robert D. Dismantling environmental racism in the USA. **Local Environment**, v. 4, n. 1, p. 5-19, 1996. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/13549839908725577>>. Acesso em: jul. 2023.
- BULLARD, Robert D. et al. Vivendo na Linha de Frente da Luta Ambiental: Lições das comunidades mais vulneráveis dos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciências e**

**Matemática**, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em <file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Desktop/artigos%20da%20revis%C3%A3o/ed6tji1609817959.pdf>. Acesso em fev. 2022.

CAMACHO, Matheus Rodrigues; SECCHIN, Jucimar André. UM OLHAR SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL EM TERESÓPOLIS E SUAS IMPLICAÇÕES. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 3, n. 1, 2023.

CAMARGO, Daniel Renaud et al. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021.

CAMPELLO, André Barreto. Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil. Paco Editorial, 2018.

CARVALHO, Vilson Sergio de. **Raizes de Ecologia Social. O precurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção**. 2005. Tese de Doutorado. Tesis doctoral. Instituto de Psicología/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ. Disponível em <[http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2005\\_DOUT\\_Vilson\\_Sergio\\_de\\_Carvalho.pdf](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2005_DOUT_Vilson_Sergio_de_Carvalho.pdf)>. Acesso em 13 de fev. 2023.

COELHO, Jéssica Alves. Racismo Ambiental e Estratégias de Superação para o Desenvolvimento Territorial em Santa Cecília, Teresópolis/RJ in DO NASCIMENTO PADILHA, Marcela et al (org.). **Reflexões sobre Educação e Cultura na Serra Fluminense**. Editora IOLE, 2021, cap. 3, p. 83-94.

COELHO, Luana Xavier Pinto; CUNHA, Isabella Madruga da. Direito à cidade contra o desenvolvimento. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 535-561, 2020.

CORREIA, Ricardo Lopes; GONÇALVES, Monica Villaça. Terapia ocupacional e o direito à cidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

CICHOSKI, Pâmela; ALVES, Adilson Francelino. A PESQUISA-AÇÃO NA OBRA DE ORLANDO FALS BORDA: contribuições para repensar o desenvolvimento rural LA INVESTIGACIÓN-ACCIÓN EN LA OBRA DE ORLANDO FALS BORDA: contribuciones para repensar el desarrollo rural. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 34, p. 61-85, 2019.

DA SILVA, Maria Nilza. O negro no brasil: um problema de raça ou de classe?. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.

DE CASTRO FIUZA, Alex; DA COSTA, Samira Lima; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Caminhos para uma Abordagem Psico-Socioambiental: Contribuições da psicossociologia para as discussões socioambientais. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 41, p. 42-54, 2018.

DE SOUZA ABREU, Ivy. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinião Jurídica**, v. 12, n. 24, p. 87-99, 2013. Disponível em <file:///C:/Users/Giovanni/Downloads/723-Texto%20del%20art%C3%ADculo-2002-1-10-20140915.pdf>. Acesso 28 de abril 2022.

DE SOUZA FILGUEIRA, André Luiz. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021.

DIÁRIO TV TERESÓPOLIS. **Entrevista com a Secretária de Turismo Beth Mazzi**. YouTube. 2022. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=XZ\\_paE-DZc4](https://www.youtube.com/watch?v=XZ_paE-DZc4)>. Acesso em maio. 2022.

DIÁRIO TV TERESÓPOLIS. **Visita à Casa da Memória Arthur Dalmaso**. Youtube, 2022. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KzaqXLZ751Y>>. Acesso em maio. 2022.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **Cicatrices da escravização**, v. 29075, p. 22, 2018. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5120556/mod\\_resource/content/1/BISPO-DOS-SANTOS\\_Somos%20da%20terra%20-%20Piseagrama.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5120556/mod_resource/content/1/BISPO-DOS-SANTOS_Somos%20da%20terra%20-%20Piseagrama.pdf)>. Acesso em: dez. 2022.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 828, p. 1-13, 2009

FERREZ, Gilberto. **Colonização à sombra do Dedo de Deus: da Fazenda George March a Teresópolis (1700 - 1900)**. Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1970.

FLEIG, Daniel Gustavo; OLIVEIRA, Luis Carlos Ferreira de Souza; BRITO, Mozar José de. Democracia, Participação e Gestão Social: desafios da construção dos programas de Ação Temática de uma Organização não Governamental. **o&s** - v.13 - n.38 - Julho/Setembro – 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/SYtdDQ38sW4Vzw9rvwyfQ4L/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 16 de fev. de 2022.

FIOCRUZ. Instituto Oswaldo Cruz. **Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Amostra do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em <[http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?uf=rj&post\\_types=conflito](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?uf=rj&post_types=conflito)>. 2022 [2010]. Acesso em: jul. de 2022.

GRINBERG, Keila. **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América**. FAPERJ, 2012.

GILLAM, Cintia; CHARLES, Anthony. Community wellbeing: The impacts of inequality, racism and environment on a Brazilian coastal slum. **World Development Perspectives**, v. 13, p. 18-24, 2019.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Building environmental justice in Brazil: A preliminary discussion of environmental racism. In: **International Clinical Sociology**. New York, NY: Springer New York, 2008. p. 244-265.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teresópolis - Panorama. IBGE 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>>. Acesso em fev. 2023

LAIDLER, Christiane. A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”. **Revista Escritos, Rio de Janeiro, ano**, v. 5, p. 169-205, 2013.

Disponível

em<[http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos\\_5/FCRB\\_Escritos\\_5\\_9\\_Christiane\\_Laidler.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_5/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf)>. Acesso em mai. de 2023.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 2000 [1974].

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2001.

LEONARD, Annie. A História das Coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro. Zahar. 2011.

MANOEL, Julio Cesar Costa. A lei dos sexagenários como estratégia para manutenção da precariedade socioespacial no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 12-31, 2020. Disponível em <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/852>>. Acesso em 20 de jun.2023.

MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antonio Leandro. " Se acabar o rio, a comunidade acaba": dimensão pedagógica do racismo ambiental. **Praxis & Saber**, v. 12, n. 28, p. 24-39, 2021.

MENDONÇA, Luíz Cavaleira de. Participação na organização: uma introdução aos fundamentos, conceitos e formas. São Paulo: Atlas, 1987. 143 p.

MOHR, Susana; COSTABEBER, Ijoni Hilda. Aspectos toxicológicos e ocorrência dos bifenilos policlorados em alimentos. **Ciência Rural**, v. 42, p. 559-566, 2012.

MORATO, Rúbia Gomes; MACHADO, Reinaldo Paul Pérez; MARTINES, Marcos Roberto. Mapeamento da Justiça Ambiental e Racismo Ambiental na Bacia Do Córrego Do Morro do “S”, São Paulo/SP. **Geoambiente On-Line**, n. 30, 2018.

NASCIUTTI, Jacyara. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. **Revista Documenta**, v. 7, p. 51-58, 1996.

PACHECO, Tania. Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour. **Development in Practice**, v. 18, n. 6, p. 713-725, 2008.

PEREIRA, Luiz Antônio de Souza. **EVENTOS NATURAIS EXTREMOS E A FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO: POTENCIALIZANDO PERDAS DE VIDAS E ECONÔMICAS**. [201-] Disponível em <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/076.pdf>>. Acesso em fev. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. **Conflitos no campo–Brasil**, p. 18-26, 2013.

TERESÓPOLIS. **Casa da Memória Arthur Dalmaso**. 2022. Disponível em <<https://www.teresopolis.rj.gov.br/casa-da-memoria-arthur-dalmasso/>>. Acesso em fev. 2023.

TERESÓPOLIS. **Memorial descritivo da delimitação do Bairro de São Pedro - Região 03**. 1974.

TRAGÉDIA DO PERPÉTUO COMPLETA 18 ANOS. **O Diário de Teresópolis**, 23 dez. 2020. Disponível em <<https://netdiario.com.br/noticias/tragedia-do-perpetuo-completa-18-anos/>>. Acesso em 23 de jun. 2023.

RAHAL, Osiris. **Imagens de Teresópolis (História Ilustrada)**. Teresópolis: [s.n.]. 1984.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Quem Somos? Brasil, 2022. Disponível em <<https://rbja.org/a-rede/>>. Acesso em: fev. 2022.

RENAUD, Daniel; SÁNCHEZ, Celso. Lembranças e histórias de um vale encantado: a educação ambiental popular através da metodologia investigação ação participante (IAP) na proteção de saberes locais no Vale do Jequitinhonha. **Anais do VIII EPEA, Rio de Janeiro**, 2015. Disponível em <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/5.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/5.pdf)>. Acessado em 16 de fev. de 2022.

**SÃO PEDRO: O BAIRRO QUE DECIDE UMA ELEIÇÃO**. Revista Cobertura, ano I, nº 09. Setembro, 2000.

SANTOS, Josiane Soares; DA SILVA, Everton Melo; DA SILVA, Mylena. RACISMO AMBIENTAL E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL. **Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 158-173, 2022.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, v. 17, p. 11-41, 2006.

TAKEITI, Beatriz Akemi et al. Editorial PPP 16 (2)-Psicossociologia desde a América Latina. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-8, 2021.

WHITE JR, Lynn. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### **ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA PRODUÇÃO DE NARRATIVA DOS MORADORES DO BAIRRO DE SÃO PEDRO**

Nome: ( o nome relatado aqui não será divulgado na pesquisa)

Sugestão de nome fictício:

Qual a sua idade:

Qual o seu gênero?

Qual a sua sexualidade?

Qual a sua profissão?

Como você se autodeclara? (preto, branco, pardo ou indígena)

A quanto tempo você mora ou atua no bairro?

Você pode contar um pouco sobre sua história na localidade?

Sua família sempre morou neste bairro?

Para você, quais são os principais problemas do bairro relacionados ao meio ambiente?

Como a comunidade lida com os problemas que você relatou acima?

---

## ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO CFCH UFRJ

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.379.641

Ao todo, serão duas etapas de desenvolvimento da pesquisa, sendo a relativa à pesquisa documental realizada a partir de informações disponibilizadas publicamente por centro de documentação local, o qual reúne materiais com informações sobre os bairros da cidade de Teresópolis. Os dados sobre as histórias oficiais coligidos nesta etapa serão depois comparados à narrativa dos atores do bairro e, assim, ser criado um paralelo entre os distintos discursos. Já a etapa interventiva da pesquisa contará com quatro fases de desenvolvimento das “oficinas de intervenção”, que poderão ser presenciais ou remotas, a depender da preferência dos participantes.

### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos moradores no Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

Objetivos secundários:

Compreender a formação do espaço social do bairro São Pedro na cidade de Teresópolis;

Caracterizar o perfil das pessoas que participam do cotidiano do bairro São Pedro enquanto participantes da pesquisa;

Identificar a percepção dos participantes da pesquisa a respeito das dinâmicas do racismo ambiental no bairro São Pedro e na cidade de Teresópolis;

Identificar as estratégias cotidianas dos participantes da pesquisa no bairro São Pedro para lidar com as problemáticas do racismo ambiental na garantia do direito à cidade.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos descritos foram emoções manifestas, constrangimento e sentimentos negativos diversos que o tratamento do tema de pesquisa pode gerar nos seus participantes. Como forma de minimizar tais riscos a pesquisadora salienta que havendo algum desconforto ou desistência, o participante terá a liberdade para retirar a sua participação. É ainda apontada a possibilidade do participante judicializar a questão, caso se sinta constrangido ou incomodado por alguma informação coletada durante os encontros. É também ponderado o risco de exposição à SARS-CoV-2 e são indicadas medidas protetivas.

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
**Bairro:** URCA **CEP:** 22.290-240  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.379.641

Aponta-se que o benefício da pesquisa seria o de se considerar em conjunto a pessoa humana e o meio ambiente nas discussões dentro do campo da psicossociologia e da ecologia social, especialmente trazendo à discussão a perspectiva do recorte racial, com vistas à equidade de direitos. Além desse aspecto, entende-se que o protagonismo da comunidade local incentivado pelo projeto de pesquisa em análise poderá promover uma maior simetria entre os conhecimentos produzidos pela academia e os provenientes de comunidades locais, sendo particularmente interessante à produção de conhecimento nos campos da psicossociologia e da ecologia social. Considera-se ainda que a comunidade envolvida na pesquisa se beneficie com o conhecimento produzido por eles mesmos sobre o território que habitam, alargando a possibilidade de se pensar as questões ambientais identificadas no bairro de São Pedro e, assim, fortalecer o protagonismo local.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto de pesquisa pretende compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dentre os moradores do bairro de São Pedro (Teresópolis, RJ).

Os resultados da pesquisa permitirão a identificação e análise do perfil da população preta e parda do bairro de São Pedro, os impactos ambientais na vivência cotidiana dessa população, a consciência sobre o racismo na (re)produção do espaço social da cidade de Teresópolis e as estratégias de enfrentamento destes impactos. Espera-se que a partir da identificação desses elementos o protagonismo local seja fortalecido.

Discrimina-se quem serão os participantes da pesquisa e apontou-se na Plataforma Brasil e no RCLE, os riscos aos quais as participantes poderão se submeter. Foi apontado como risco, na Plataforma Brasil e no RCLE, o possível desconforto que os participantes poderão experimentar durante as oficinas. Foi prevista como medida para minimizar os riscos a garantia do sigilo dos dados de cada participante, a judicialização de questões levantadas durante as oficinas e a liberdade de se encerrar a participação, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

Foi também informado que os resultados da pesquisa serão veiculados como divulgação científica, que o material será armazenado em local seguro e que a participação é isenta recompensas financeiras, mas que poderá haver a despesas com o deslocamento dos interlocutores ao local de realização das oficinas, caso sejam realizadas de modo presencial. Por fim, houve menção ao risco

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
**Bairro:** URCA **CEP:** 22.290-240  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.379.641

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 30 de Abril de 2022

Assinado por:  
**ERIMALDO MATIAS NICACIO**  
(Coordenador(a))

e Plataforma  
sinta algum  
os.

i da pesquisa

	Situação
	Aceito
:S	Aceito

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
**Bairro:** URCA **CEP:** 22.290-240  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

Página 05 de 05

**UF:** RJ **município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

Página 04 de 05

## ANEXO III – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

### Informações aos participantes

**1) Título do protocolo do estudo: Perspectivas sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ.**

#### **2) Convite**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Percepções sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ**: injustiça ambiental com recorte racial na favela. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

#### **3) O que é o projeto?**

O projeto consiste em buscar saber sobre como as pessoas que moram ou trabalham no Bairro de São Pedro conseguem identificar os problemas relacionados ao meio ambiente na localidade, como elas lidam com esses problemas e se elas associam esses problemas à questão racial.

#### **4) Qual é o objetivo do estudo?**

O projeto visa compreender a vivência do racismo ambiental na (re)produção do direito à cidade dos moradores no Bairro São Pedro, na cidade de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.

#### **5) Por que eu fui escolhido(a)?**

Você foi escolhido porque mora ou trabalha do Bairro de São Pedro e também porque é maior de 18 anos de idade. Sua escolha está atrelada à participação nas oficinas que acontecerão com todos (as) outros (as) participantes da pesquisa que se enquadram nos mesmos critérios descritos acima. Sua participação é voluntária, assim como a de todos (as) os (as) outros (as) participantes.

#### **6) Eu tenho que participar?**

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto **Perspectivas sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ**, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

#### **7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?**

Caso você aceite, sua atuação consistirá em participar de quatro oficinas coletivas de aproximadamente uma hora em local, data e horário a serem acordados com os (as) participantes, que serão guiadas pela pesquisadora. Nestas oficinas, os conceitos de racismo

ambiental e direito à cidade no contexto das favelas serão apresentados e debatidos com os (as) participantes, que serão convidados a produzir materiais (mapas, registros escritos, falados, performances, etc...) com suas reflexões sobre o tema que, posteriormente, serão analisados pela pesquisadora.

Após essa análise, o (a) participante será convidado para participar de uma nova oficina para que o material produzido possa ser discutido junto com o (a) participante.

É possível que as oficinas sejam gravadas para auxiliar a pesquisadora no registro dos conteúdos que serão discutidos e produzidos nos encontros. É importante destacar que os vídeos ou áudios fazem parte dos registros necessários para o andamento da pesquisa, uma vez que a pesquisadora irá guiar as oficinas e não poderá realizar registros escritos. Portanto, é necessário que, ao assinar este Termo, você esteja ciente de que as oficinas serão registradas por meio de gravação de vídeo e/ou áudio e que, ao assinar o documento, você concorda com o acontecimento das gravações que servirão apenas para fins de registro de pesquisa.

#### **8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?**

Será preciso que você, além do desejo de participar da pesquisa, esteja disponível para a participação em pelo menos 3 dos 5 encontros que compõem o projeto.

#### **9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?**

A sua participação nesta pesquisa pode gerar apenas custos relacionados ao seu transporte até o local onde acontecerão os encontros, que acontecerão no Bairro de São Pedro.

#### **10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?**

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. O tema envolve a discussão sobre os desdobramentos do racismo no campo do meio ambiente e pode gerar emoções manifestas, constrangimento e sentimentos negativos diversos. Portanto salienta-se que caso algum participante não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira não participar da oficina atual ou das próximas, o mesmo poderá se retirar do local (físico ou virtual) imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejar. Caso os atores desejem, a pesquisadora também poderá se retirar do local e findar a conversa se algum desconforto for identificado.

O participante também poderá, caso se sinta constrangido ou incomodado por alguma informação coletada durante os encontros, judicializar a questão, conforme as orientações feitas no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Contudo, no momento da manifestação do interesse da pessoa em participar desta pesquisa, todos os pormenores serão explicitados, a saber: do que se trata a pesquisa, como ocorrerão as oficinas, sobre a proteção dos dados pessoais na publicização do trabalho, como o uso de nomes fictícios, por exemplo. A ciência sobre todos estes pormenores será consentida pelos participantes no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido.

Caso as oficinas aconteçam de maneira presencial, existe o risco à exposição ao Coronavírus. Para que este risco seja efetivamente minimizado, os participantes só poderão participar da pesquisa utilizando máscaras corretamente colocadas, o espaço a ser utilizado será avaliado para que o distanciamento social possa ser respeitado, levando-se em consideração que a casa do Ponto de Luz Coletivo conta com uma área aberta e arejada para reuniões presenciais e que os participantes estejam com o ciclo vacinal completo. A pesquisadora providenciará máscaras descartáveis e álcool em gel que ficarão disponíveis para uso durante as oficinas. Reforça-se que as oficinas somente serão presenciais mediante as determinações sobre medidas

sanitárias e dados sobre infecção pelos órgãos responsáveis da prefeitura de Teresópolis, do estado do Rio de Janeiro e da UFRJ.

### **11) Quais são os possíveis benefícios de participar?**

O estudo das relações entre o humano e o meio ambiente considerando o recorte racial, responde à demanda atual das pautas sociais que buscam equidade de direitos.

Ainda neste contexto, também entende-se que o protagonismo da comunidade é incentivado nesta pesquisa e isto faz com que a academia possa também considerar a produção de conhecimento popular e local como produção de conhecimento científico.

A comunidade estudada ganhará com o conhecimento produzido por eles mesmos sobre seu território e isso poderá agir no sentido de fomentar novas abordagens sobre as questões ambientais identificadas no Bairro de São Pedro, que poderão ser utilizadas para o fortalecimento do protagonismo local.

### **12) O que acontece quando o estudo termina?**

Como dito anteriormente, após 4 oficinas, os dados serão analisados pela pesquisadora e após a análise, uma nova oficina acontecerá para que os (as) participantes possam ter acesso aos dados, bem como refletir sobre o que foi analisado.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos, fóruns, seminários e na dissertação de mestrado da pesquisadora.

### **13) E se algo der errado?**

Essa pesquisa só será realizada com o consentimento dos envolvidos. Mesmo assim, durante a participação, caso você não se sinta confortável, poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa ou mesmo se retirar dela quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

### **14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?**

Segundo o Art. 9º, inciso III, IV e V da Resolução N°510 de 07 de abril de 2016:

–

Art. 9º São direitos dos participantes:

III - ter sua privacidade respeitada;

IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;

V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Registro.

### **15) Contato para informações adicionais**

Dados da pesquisadora responsável:

Jéssica Alves Coelho

Telefone: (21) 98241-5874

E-mail: [jessicaacoelhom@gmail.com](mailto:jessicaacoelhom@gmail.com)

Dados da Instituição Proponente.

Dados do CEP: *Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: [cep.cfch@gmail.com](mailto:cep.cfch@gmail.com)*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

### **16) Remunerações financeiras**

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Contatos:

[cep.cfch@gmail.com](mailto:cep.cfch@gmail.com)

Tel. (21) 3938 – 5167 Prédio da Decania do CFCH – Praia Vermelha 3º andar – Sala 40

Jéssica Alves Coelho

---

Nome e Assinatura da Pesquisadora

**Teresópolis, 2022.**

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

(Assinatura do (a) participante da pesquisa)

Nome do (a) participante: